

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MARÇO/2012

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Recife-PE, 30/03/2012

MARÇO/2012

LISTA DE ABREVIATURAS

RG – Relatório de Gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
Port. - Portaria
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria Geral da União
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
11ª SRPRF/PE – 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco
Del – Delegacias de Polícia Rodoviária Federal
VTR – Viatura de Polícia Rodoviária Federal
PRF – Polícia Rodoviária Federal
DETRAN – Departamento Estadual de Transito
DOU – Diário Oficial da União
Mem.- Memorando
SAF – Seção Administrativa e Financeira
SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização
NA – Não Aplicável
UJ – Unidade Jurisdicionada
BR – Rodovia Federal – Brasileira
EDA – Equipamento para processamento de informações – PALM
MPT – Ministério Público do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
DOA/NE – Divisão de Operações Aéreas – Base Nordeste
NUINT – Núcleo de Inteligência
RNTRC – Registro Nacional de Transporte de Transportadores de Carga

Lista de Tabelas

Organograma.....	08
Demonstrativo da Execução por Programas de Governo.....	27
Capacitações Realizadas pela 11ª SRPRF – PE.....	38
Projeção de cursos para 2012.....	41
Resultados obtidos na Ação de Serviços de Inteligência.....	47
Diárias Patrulha da Saúde.....	49
Compra de materiais e equipamentos para Patrulha da Saúde.....	49
Relatório CGU PAD.....	58
Relatório CGU PAD.....	59
Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	60
Gráficos de Percentual de Classe de Segurança.....	61
Gráficos de Percentual de Classe de Segurança.....	62
Gráficos de Percentual de Classe de Segurança.....	63
Gráficos de Percentual de Classe de Segurança.....	64
Indicador Taxa de Variação de Acidentes 2011.....	64
Detalhamento Indicador Taxa de Acidentes 2011.....	66
Variação de Acidentes 2011.....	67
Acompanhamento Mensal Meta do Indicador Taxa de Mortalidade 2011.....	68
Meta Procedimentos de Fiscalização 2011	70
Gráfico de Evolução de Infrações de Trânsito.....	72
Ocorrências de Fiscalização de Trânsito.....	72
Apreensão de Drogas.....	73
Apreensão de Contrabando.....	73
Apreensão de Armas.....	73
Apreensão de Munições.....	73
Carga Roubada.....	74
Carga Recuperada.....	74
Meio Ambiente.....	74
Detenções.....	74
Crimes Diversos.....	74
Crianças e Adolescentes – Vítimas.....	74
Crianças e Adolescentes – Infratores.....	74
Operações Policiais em 2011.....	76
Relatório Anual de Missão com Aeronave.....	77
Entrada e Saída de Processos de Recursos de Multas.....	78
Entrada e Saída de Processos de Recursos de Multas.....	79
Identificação das Unidades Orçamentárias.....	79
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	80
Despesas por Modalidade de Contratação	81
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	82
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	82
Pagamento de Restos a Pagar 2011.....	84
Força de Trabalho da UJ 31/12/2011.....	85
Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	85
Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	86
Detalhamento da Estrutura de Cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	87
Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	87
Quantidade de Servidores da UJ por Escolaridade.....	87

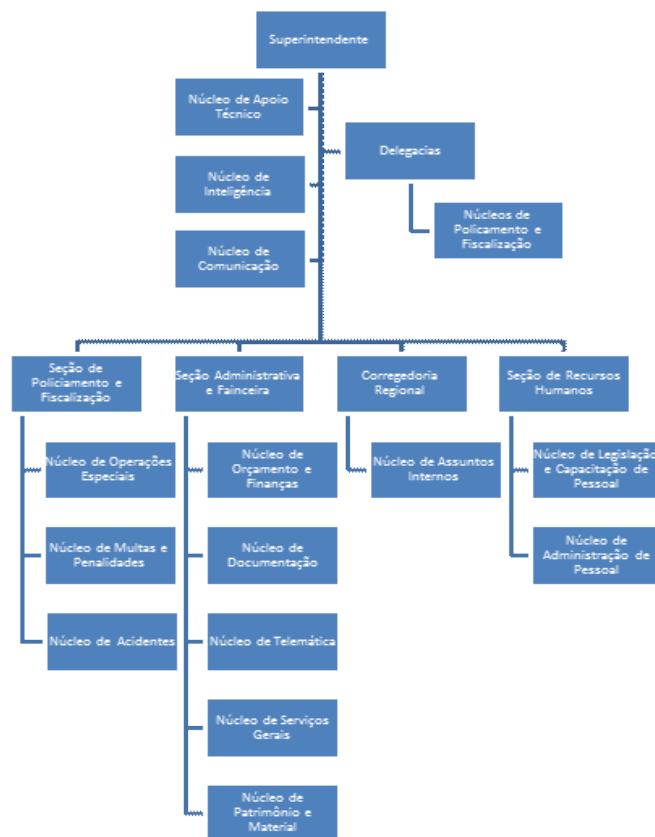
Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	88
Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	88
Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores.....	89
Contrato de Prestação de serviço de limpeza, higienização e vigilância	92
Contrato de Prestação de serviço de locação de mão de obra.....	93
Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	95
Estrutura de Controles Internos da UJ.....	96
Estrutura de Controles Internos da UJ.....	97
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	98
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	99
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	100
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	101
Distribuição dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	101
Gestão de Tecnologia da Informação da UJ.....	102
Informações sobre a Utilização do Cartão de pagamento do Governo Federal.....	103
Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	106
Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	107

SUMÁRIO

<u>ORGANOGRAMA E COMPETÊNCIAS</u>	08
<u>INTRODUÇÃO</u>	21
<u>A CONTEÚDO GERAL</u>	23
<u>1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual</u>	23
<u>2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	24
<u>2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade</u>	24
<u>I- Competência</u>	24
2.1.1 – <u>Missão da Polícia Rodoviária Federal</u>	24
2.1.2 – <u>Visão da Polícia Rodoviária Federal</u>	24
2.1.3 – <u>Valores da Polícia Rodoviária Federal</u>	24
<u>2.2 – Objetivos Estratégicos</u>	25
2.2.1 - <u>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</u>	25
I - <u>Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida e Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão</u>	25
<u>2.3 - Programas sob a responsabilidade da unidade</u>	27
I - <u>Relação dos programas e suas principais ações</u>	28
<u>Programa 1386</u>	28
<u>Ação 200C</u>	29
<u>Ação 200G</u>	29
<u>Ação 8698</u>	30
<u>Ação 8623</u>	32
<u>Programa 0663</u>	33
<u>Ação 2B11</u>	34
<u>Ação 2524</u>	35
<u>Ação 2720</u>	43
<u>Ação 2723</u>	43
<u>Ação 2816</u>	46
<u>Ação 4290</u>	48
<u>Ação 8692</u>	50
<u>Programa 0750</u>	51
<u>Ação 2000</u>	52
<u>Ação 2004</u>	55
<u>Ação 2010</u>	55
<u>Ação 2011</u>	56
<u>Ação 2012</u>	56
<u>Ação 09HB</u>	57
<u>Ação 8703</u>	58
2.3.2 – <u>Execução física das ações</u>	60
<u>2.4 – Desempenho Operacional</u>	60
2.4.1 – <u>Percepção de segurança</u>	60
2.4.2 – <u>Taxa de Variação de Acidentes</u>	65
2.4.1 – <u>Taxa de Mortalidade</u>	68
2.4.2 – <u>Procedimentos de Fiscalização</u>	69
<u>2.5 – Programação Orçamentária</u>	79
<u>2.6 – Execução Orçamentária</u>	81

I – <u>Execução Orçamentária de Crêditos Originários da UJ</u>	81
II - <u>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</u>	81
1 - <u>Despesas por Modalidade de Contratação</u>	81
2 - <u>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa</u>	81
3 - <u>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa</u>	82
III - <u>Execução Orçamentária por Programa de Governo</u>	83
2.7 – <u>Indicadores Institucionais</u>	83
3. <u>Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 108/2010. Reconhecimento de passivos por insuficiência</u>	84
4. <u>PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010. RESTOS A PAGAR</u>	84
5 – <u>RECURSOS HUMANOS</u>	85
a) <u>Composição do Quadro de Recursos Humanos</u>	85
6 – <u>Parte A item 6 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010. - Convênios</u>	94
7 - <u>Declaração da área responsável atestando informações referentes a contratos</u>	94
8 - <u>Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n 8.730 de 1 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento de bens e rendas</u>	95
9 - <u>Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010</u>	96
10 - PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, de 24/11/2010	98
11- PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, de 24/11/2010	100
12- PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, de 24/11/2010	102
13- <u>PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010</u>	103
14- <u>PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010</u>	105
15 - <u>PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, de 24/11/2010</u>	105
15.1 - <u>Recomendações do OCI atendidas no exercício - Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI</u>	107
15.2 - <u>Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício - Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício</u>	120
16 – <u>Anexo I - Comissão de Regularização de Veículos</u>	121
17 – <u>Anexo II – Planejamento Operacional para 2011</u>	126
18 – <u>Anexo III – Declaração do contador</u>	157
19 – <u>Anexo IV – Coeficiente de adequação das instalações físicas</u>	158

ORGANOGRAMA E COMPETÊNCIAS



Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições,

competete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio,

quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e

apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações

de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

- I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;
- II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;
- III - prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;
- IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;
- V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;
- VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e
- VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

- I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;
- II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;
- III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;
- IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;
- V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e
- VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

- I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;
- II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;
- III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;
- IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;
- V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;
- VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;
- VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;
- VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;
- IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;
- X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da

Superintendência;

XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com

a sua área de atuação;

XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;

XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o

trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;

XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à

atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do

Superintendente; e

XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina

rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas,

prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes,

socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação,

locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da

circunscrição da Superintendência;

III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua

subordinação direta;

IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades

nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um

corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à

apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados,

cancelados ou danificados;

VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito,

objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência,

além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas,

gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias

e estradas federais.

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;
- II estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;
- III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;
- IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;
- V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;
- VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;
- VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e
- VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;
- II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;
- III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;
- IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;
- V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos,

extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas,

bem como manter registros de débitos existentes;

VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e

IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas

Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

a) atendimento pré-hospitalar e resgate

b) transporte inter-hospitalar;

c) transporte de órgãos;

d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;

e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;

f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;

g) atividades de medicina do tráfego;

h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;

i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia,

Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro;

Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para

uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento

de locais de acidentes;

VI propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos

servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de

acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e

procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e

análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais

meios necessários à
ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter
cadastro
atualizado de formulários ligados a boletins de ocorrências; e
XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a
determinação de pontos
críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e
divulgação de
dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à
identificação dos
fenômenos do trânsito rodoviário.

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

- I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;
- II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;
- III orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;
- IV coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;
- V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;
- VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;
- VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;
- VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;
- IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;
- X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e
- XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

- I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;
- II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;
- III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de

notas de

empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;

IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;

VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;

IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;

X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;

XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;

XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e

XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros

e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;

III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;

IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos

bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irre recuperáveis, de

acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;

V promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;

VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a

aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;

VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;

VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o

controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do

material de consumo;

IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as

determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para

efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;

X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso

pela Superintendência;

XI manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e
XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na
Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

- I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;
- II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;
- III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;
- IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;
- V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;
- VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;
- VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e
- VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

- I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;
- II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;
- III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;
- IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;
- V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;
- VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;
- VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;
- VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;
- IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos -PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;
- X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem

como sobre

movimentações para estes fins; e

XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo

com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da

Superintendência;

IV pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de

hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;

V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e

programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e

VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) juntas médicas regionais.

III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção

à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem,

Farmácia,
Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de

aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado

da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à

área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram

índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e

concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de

pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de

Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações rídico-legais necessárias à defesa da União;

e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de

pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação,

incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-officio, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:

- a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;
- b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;
- c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável -PROSSERV;
- d) apoio de saúde institucional;
- e) higiene e saúde no trabalho;
- f) perícias de saúde;
- g) doenças do trabalho;
- h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;
- i) atividades de medicina do trabalho;
- j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;
- l) Junta médica nacional;
- m) juntas médicas regionais;
- n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;
- o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

- p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;
- q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;
- r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.

XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

- I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;
- II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;
- III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;
- IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;
- V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;
- VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;
- VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;
- VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;
- IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;
- X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;
- XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;
- XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;
- XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;
- XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e
- XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

- I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;
- II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada

suspeita da prática de

ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos

disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e

reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 94. Às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais

de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;

III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à

consecução dos objetivos da delegacia;

IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e

estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;

V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em

casos de acidentes;

VI zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das

construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança

do trânsito;

VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de

particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos

previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;

VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo,

zeladoria, material e patrimônio;

IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente

autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e

X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às

áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações,

medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros

trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão está estruturado conforme os normativos e orientações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, relativamente ao exercício de 2011.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos destinados a esta Descentralizada. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - Pernambuco.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores os recursos orçamentários disponibilizados pelo DPRF a esta Descentralizada e os relatórios de atividades das diversas áreas desta Administração Regional, o que possibilita uma visão geral com acompanhamento individualizado de cada setor.

Com este documento, a 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício 2011, ressaltando a busca incessante da consecução de sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança e cidadania, objetivo para o qual se focou permanentemente a gestão, primando sempre pela responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a preservação da ordem e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

O Relatório de Gestão está estruturado conforme os normativos e orientações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, nas seguintes partes:

- 1 – Gestão Orçamentária, com as Responsabilidades Institucionais da Unidade, suas competências, a missão do órgão e sua visão de futuro, valores e objetivos estratégicos;
- 2 – Principais programas e ações da unidade;
- 3 – Desempenho Operacional;
- 4 – Programação e Execução Orçamentária da Unidade;
- 5 – Composição do Quadro de Recursos Humanos da Unidade;
- 6 – Demais quadros da Portaria 123/2011;
- 7 - Anexos.

As principais realizações da gestão no exercício estão detalhadas no item 2.4 desempenho operacional.

Para o Exercício de 2011 a 11ª SRPRF/PE elaborou um planejamento mais aprofundado, em relação aos exercícios anteriores, levando em consideração os aspectos econômicos (desenvolvimento) do Estado de Pernambuco, posto que esta Unidade da Federação experimenta crescimento econômico expressivo e bem acima da média nacional, analisando seus impactos nas atividades da PRF. Nada obstante a grande resistência cultural do efetivo e a forte influência de paradigmas administrativos e operacionais antigos e dessintonizados com a demanda atual da Sociedade, nesse primeiro ano de remodelagem da gestão da Superintendência foi dado ênfase aos indicadores operacionais, resultando num planejamento operacional desdobrado em diversas ações com vistas ao alcance dos resultados almejados. No entanto, e em decorrência das dificuldades culturais acima citadas, no decorrer do exercício observou-se dificuldades na execução das diversas ações planejadas, em função da necessidade de capacitação dos gestores, assim como definição de responsáveis e cronogramas das ações a serem desenvolvidas. Para o exercício de 2012, o planejamento contemplou as ações que não foram executadas em 2011 e a criação de indicadores para as demais áreas da regional, devendo essas no decorrer do exercício 2012 planejar suas ações e definir cronogramas.

Os planos e projetos para o presente Exercício são, em linhas gerais, os abaixo relacionados:

1. Reforma e manutenção de bases operacionais;
2. Construção de novas bases operacionais, unificando, na mesma estrutura, postos e delegacias;
3. realização de ações operacionais e educativas com vistas a redução no número de acidentes de trânsito e de vítimas;
4. Ações operacionais voltadas ao enfrentamento da criminalidade, em especial tráfico de drogas, assaltos a veículos, sequestros e roubos de carga;
5. Ações educativas e operacionais voltadas ao combate da exploração sexual e tráfico de seres humanos;
6. Ações voltadas ao monitoramento dos indicadores de saúde de motoristas profissionais e prevenções de riscos de acidentes causados por mal súbitos;
7. Criação de indicadores para todas as áreas da regional;
8. Ações voltadas a melhoria dos indicadores de saúde dos servidores efetivos e terceirizados do Departamento de Polícia Rodoviária Federal com o aperfeiçoamento do projeto patrulha da saúde;
9. Capacitação, aperfeiçoamento e treinamento dos diversos quadros e especialidades do DPRF;
10. Ações educativas para motoristas profissionais e estudantes da rede de ensino, com vistas a melhoria do comportamento dos usuários nas rodovias.

De forma mais detalhada apresentamos no **ANEXO II** ao presente relatório de gestão o Planejamento Operacional da Regional para o Exercício 2012, onde são esmiuçadas as ações operacionais da Regional.

Os Quadros A.2.2, A.2.4, A.2.5, A.2.6 e A.15.1 da Portaria nº 123/2011 e os itens 3, 6, 9 e 14 do Anexo II da DN 108 de 14/11/2010 não foram preenchidos por não haver movimentação durante o exercício ou por não se aplicar à UJ.

JOSÉ ROBERTO ANGELO BARROS SOARES
SUPERINTENDENTE REGIONAL

A – CONTEÚDO GERAL

Item 1 da Parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			Código SIORG: 704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – PE			
Denominação abreviada: 11ª SRPRF – PE			
Código SIORG: NÃO SE APLICA	Código LOA: UJ NÃO É UO		Código SIAFI: 200113
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(081) 3201-0700	(081) 3201-0765	(081) 3201-0705
E-mail: sup.pe@dprf.gov.br e saf.pe@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Antônio de Góes, 820, Pina – Recife - PE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Lei nº 8.028, de 12/04/1990, DOU de 13/04/1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura Organizacional: Portaria MJ nº 1.375, de 02/08/2007, DOU de 06/08/2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200113	NÃO SE APLICA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	NÃO SE APLICA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200113		00001	

ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108/2010

2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1- Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência.

– Missão da Polícia Rodoviária Federal

A declaração de missão da empresa deve refletir a razão de ser da empresa, qual o seu propósito e o que a empresa faz.

A missão é a razão de ser da organização. Nesse ponto procura-se determinar qual é o negócio da organização, porque ela existe, ou, ainda, em que tipos de atividades a organização deverá concentrar-se no futuro (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). Neste sentido, para fins operacionais considerar-se-á a Missão abaixo descrita.

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da união.

– Visão da Polícia Rodoviária Federal

A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Ela deve ser clara, estar em permanente demonstração para a comunidade, ser compatível com os valores da organização e ser ligada as necessidades dos clientes (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ).

Ser a polícia ostensiva federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de políticas públicas de segurança e cidadania.

– Valores da Polícia Rodoviária Federal

Para alcançarmos nossa missão, nós afirmamos os nossos valores, que refletem o caráter duradouro da PRF e de seus colaboradores e são ancorados no projeto institucional (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). São eles: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de equipe, Transparência e Responsabilidade social.

2.2 - Objetivos estratégicos;

Ação Administração da Unidade – ao executar esta ação a UJ buscou suprir as demandas ligadas às atividades meio, dando suprimentos, contratando serviços, adquirindo equipamentos, dentre outras, de tal modo que fosse possível o desenvolvimento das ações com o máximo de suporte, condições e assessoramento, tudo com o objetivo de alcançar as metas com o máximo de eficiência.

2.2.1- Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais:

- I. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida e Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

2.2.1.1 - Para fins de alcance dos resultados institucionais o principal mecanismo de trabalho deverá ser a abordagem de pessoas e veículos, devendo esta ser permeada por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações;

2.2.1.2 - Implementar a educação de trânsito no ato da abordagem, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, devendo as atuações serem precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança de trânsito, de modo a contribuir para a mudança de comportamento dos condutores;

2.2.1.3 - Contribuir com o indicador “sensação de segurança” por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências;

2.2.1.4 - Incluir na fiscalização ao transporte de passageiros e cargas ações de combate ao crime, quando possível com o emprego de grupos táticos e cães farejadores;

2.2.1.5 - Informar aos passageiros, ao término da fiscalização, a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos às apreensões de pessoas e drogas;

2.2.1.6 - Contemplar nos planejamentos operacionais as operações especiais e os comandos específicos, bem como as operações relativas a eventos regionais e nacionais;

2.2.1.7 - Considerar quando da elaboração do planejamento operacional as informações relativas aos pontos críticos de ocorrências de acidentes e crimes;

2.2.1.8 - Fazer o planejamento específico das equipes de ronda e de Postos (Cartão-Programa). As

equipes de ronda devem priorizar a fiscalização de infrações de deslocamento e a dos Postos as condições veiculares;

2.2.1.9 - Aumentar a eficiência das abordagens, estabelecendo um padrão;

2.2.1.10 - Controlar os trabalhos dos policiais para fins de avaliação de desempenho e qualidade do trabalho executado;

2.2.1.11 - Implementar a fiscalização de excesso de velocidade com emprego de equipamentos estáticos e portáteis e a fiscalização de alcoolemia com emprego de etilômetros;

2.2.1.12 - Implementar ações de fiscalização a motociclistas, principalmente em áreas urbanas;

2.2.1.13 - Desenvolver políticas de comandos ou operações especiais com o uso do pessoal administrativo das sedes das regionais, mantendo atualizado os policiais da área administrativa;

2.2.1.14 - Realizar eventos de capacitação, abrangendo os temas direitos humanos, cidadania, ética e postura profissional, idiomas, comunicação e relações interpessoais;

2.2.1.15 - Melhorar as condições nos postos para atender aos usuários com mais eficiência, dotando-os de mapas, informações turísticas e equipamentos de informática;

2.2.1.16 - Monitorar os status das comunicações no BR-Brasil e reduzir o tempo de resposta às ocorrências;

2.2.1.17 - Viabilizar a criação de grupos táticas nas delegacias e o fortalecimento dos Núcleos de Operações Especiais;

2.2.1.18 - Integrar as ações de combate ao crime com as atividades de inteligência;

2.2.1.19 - Promover a integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização.;

2.2.1.20 - Implementar ações para prevenir e combater a corrupção na PRF;

2.2.1.21 - Intensificar as ações multidisciplinares envolvendo todas as áreas das Regionais;

2.2.1.22 - Implementar ações de monitoramento com a utilização de novas tecnologias (câmeras, OCR, etc.);

2.2.1.23 - Implementar os convênios com estados e municípios, através do SAMU, para o

atendimento qualificado das vítimas de acidentes de trânsito;

2.2.1.24 - Realizar pesquisas de satisfação dos usuários, periodicamente, utilizando as fichas de fiscalização, verificando aspectos relativos a urbanidade, apresentação individual, clareza e firmeza na orientação/autuação;

2.2.1.25 - Estimular ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos;

2.2.2 - Dentro do cenário vivido durante o exercício de 2010 entendemos como importante destacar os seguintes eventos:

2.2.2.1 – Nomeação do Superintendente Titular;

2.2.2.2 – Contingenciamento de recursos financeiros dificultando o pagamentos das despesas já liquidadas;

2.2.2.3 – Contingenciamento de recursos orçamentários limitando a execução das despesas, inclusive as essenciais e de manutenção;

2.3 - Programas sob a responsabilidade da unidade:

QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Esta UJ não tem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), portanto não se aplica a UJ.

Quadro resumo do gasto por ações:

Projeto/Atividade		Empenho Liquidado	Valores Pagos
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	R\$ 45.692,56	R\$ 0,00
2B11	Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica	R\$ 1.974,00	R\$ 1.974,00
20CI	Segurança para os V Jogos Mundiais Militares	R\$ 36.731,73	R\$ 36.731,73
2000	Administração da Unidade	R\$ 2.809.294,46	R\$ 2.809.294,46
2346	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário	R\$ 18.307,22	R\$ 18.307,22
2524	Capacitação dos Servidores do DPRF	R\$ 218.771,18	R\$ 218.771,18
2723	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas	R\$ 2.089.214,95	R\$ 2.089.214,95
2816	Serviço de Inteligência da PRF	R\$ 75.966,38	R\$ 75.966,38
4017	Exames Nacionais de Habilidades e Competências	R\$ 1.093,04	R\$ 1.093,04
4290	Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	R\$ 18.543,74	R\$ 18.543,74
8692	Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias	R\$ 733,46	R\$ 733,46
8698	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia	R\$ 695.767,58	R\$ 695.767,58
8787	Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso de Menores	R\$ 20.710,22	R\$ 20.710,22

2.3.1 - Execução Orçamentária por Programa de Governo

Demonstrativo da da Execução Orçamentária por Programa de Governo - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO. Conforme redação constante na Portaria 123/2011, este

demonstrativo só deve ser preenchido pelas Unidades com responsabilidade para gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).

I. Relação dos programas e suas principais ações;

2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Código no PPA	1386					
Denominação	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativos, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.					
Objetivos Específicos	1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal					
Gerente	Ricardo Max de Oliveira Pereira					
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	80,00	62,47
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2011 a reforma de unidades foi proibida por decreto presidencial, prejudicando sobremaneira o atingimento das metas deste programa. A meta final foi estipulada no início do PPA com a previsão de que os recursos seriam abundantes no final do PPA em virtude da conclusão da nova sede prevista para 2009, porém, a empresa quebrou e atrasou toda a conclusão da nova sede, prejudicando o planejamento do repasse de recursos para a execução de reforma dos postos.						

2.3.1.2. Gestão das Ações

2.3.1.2.1. AÇÃO: 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

2.3.1.2.1.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

2.3.1.2.1.2. Resultados:

Não houve aplicação no exercício.

2.3.1.2.2. AÇÃO:200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.2.2.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

2.3.1.2.2.2. Resultados:

Não houve aplicação na Regional

2.3.1.2.3. AÇÃO:8698- Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

2.3.1.2.3.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc

2.3.1.2.3.2. Resultados:
conforme relatório abaixo

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO NAT. DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
33903017	Material de Processamento de Dados	R\$ 2.890,00
33903025	Material para Manut. Bens Móveis	R\$ 2.630,00
33903912	Locação de Máquinas e Equipamentos	R\$ 29.210,00
33903917	Manut. e Conservação Máq. e Equipamentos	R\$ 1.895,00
33903936	Multas Não dedutíveis	R\$ 2.998,83
33903937	Juros	R\$ 3.245,98
33903958	Serviços de Telecomunicações	R\$ 154.259,98
33903997	Despesas de Teleprocessamento	R\$ 669.206,20
44905206	Aparelhos e Equip. de Comunicação	R\$ 29.858,40
44905230	Máq. e Equip. Energéticos	R\$ 6.480,00
44905235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 204.514,00

Realizações:

- Aquisição de Scanner de produção para digitalização de processos pela Corregedoria;
- Aquisição de 104 Estações de Trabalho de Informática para substituição das unidades obsoletas;
- Aquisição de No-break 6 KVA para substituição do equipamento de suporte do servidor de rede, o qual foi danificado por queima;

- Aquisição de 52 monitores de computador para troca das unidades obsoletas;
- Aquisição de 104 aparelhos telefônicos tipo VOIP para equipar as unidades da Superintendência, visando redução de custos com telefonia;
- Aquisição de diversos equipamentos necessários à operação e manutenção da rede de dados da Superintendência;
- Aquisição de peças de reposição para equipamentos de informática;
- Pagamentos referentes a contrato continuado de serviço de rede de dados;
- Pagamentos referentes a contrato continuado de serviço de dados – tipo EDA;
- Pagamentos referentes a contratos continuados de serviços de telefonia fixa, telefonia móvel e longa distância nacional;
- Pagamentos referentes a contratos continuados de serviço de dados – modem 3G;
- Pagamentos referentes a contrato continuado de serviço de locação de impressoras multifuncionais.
- Os pagamentos de multas e juros foram causados por repasse de recursos após os vencimentos das faturas pela UO.
- Aquisição, por dispensa de licitação emergencial, de transformador de energia elétrica, do posto de Igarassu, para substituição do antigo equipamento, atingido e danificado por descarga elétrica atmosférica.

Principais Resultados:

- Maior agilidade e segurança na análise de processos disciplinares por parte da Corregedoria, com formação de banco de dados digital com todos os processos;
- Maior segurança à rede de dados da Superintendência, com a aquisição de um equipamento de proteção, no-break, de maior capacidade, a fim de evitar possíveis incêndios por superaquecimento;
- Maior agilidade na prestação dos serviços à sociedade, com a substituição de equipamentos de informática defasados tecnologicamente por equipamentos novos, amparados por garantia de quatro anos;
- A redução nas despesas com telefonia serão observadas tão logo todos os equipamentos estejam instalados.

2.3.1.2.4. AÇÃO:8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.2.4.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

2.3.1.2.4.2. Resultados:

Conforme relatório abaixo

NAT. DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
339039	R\$ 14.732,00

Realizações:

- Serviço de reforma do telhado da sede da Superintendência.

Principais Resultados:

- Eliminação de infiltrações graves de água pluvial na sede da Superintendência, que comprometiam a segurança do patrimônio e dos servidores.

2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

Código no PPA	663					
Denominação	Segurança pública nas rodovias federais					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito					
Objetivos Específicos	Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais					
Gerente	Giovanni di Mambro Bosco					
Público Alvo	Usuários de Rodovias Federais					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/07	1,51	1,35	1,35	1,27
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Meta alcançada, devido à priorização da fiscalização nos pontos onde aconteciam acidentes gravíssimos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/07	27,20	25,50	25,50	28,21
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Atingimento da meta em 90,28%.</p> <p>O atingimento desta meta depende da participação de diversos ministérios:</p> <p>Ministério dos Transportes: duplicação de rodovias em trechos com demasiado fluxo de veículos, principalmente veículos de carga, intervenção em pontos críticos.</p> <p>Ministério da Educação: Inclusão nos currículos escolares de matérias afetas à segurança no trânsito.</p> <p>Ministério da Saúde: Ampliação do atendimento de urgência (SAMU) para abranger o maior número de rodovias federais.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/07	65,00	80,00	76,00	Sem apuração
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
Análise do Resultado Alcançado						
Por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, o Indicador não foi aferido.						

2.3.1.2.1. AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

2.3.1.2.1.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.

2.3.1.2.1.2. Resultados:

Conforme relatório abaixo

NAT. DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
339039	R\$ 1.974,00

Resultado:

- Aferição de medidores de velocidade com radar fotográfico, no INMETRO.

2.3.1.2.2. AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2.3.1.2.2.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico

2.3.1.2.2.2. Resultados:

Conforme relatório abaixo

NAT. DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
339014	R\$ 154.037,50
339030	R\$ 393,30
339033	R\$ 83.524,46
339139	R\$ 1.820,00

NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

O Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal tem como atribuição, dentre outras, a capacitação do efetivo da Regional, como também a promoção da educação para o trânsito para o público interno e externo, divulgando o trabalho da PRF perante a sociedade. Quanto a Legislação de Pessoal, o Núcleo analisa os processos e produz pareceres quanto a legalidade dos pleitos dos servidores.

CAPACITAÇÃO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES

Durante o exercício de 2011, o NUCAP/PE organizou e administrou 13 cursos onde foram efetuadas 721 capacitações a servidores do DPRF e 47 a integrantes de outros órgãos e membros da equipe de terceirizados que trabalha na 11ª SRPRF/PE. Os cursos da área meio atenderam a 07 servidores. Na área fim foram efetuadas 714 capacitações.

Pelo NUCAP, a COEN também convocou muitos instrutores desta Regional, nas suas diversas áreas de qualificação, para ministrar cursos de capacitação em todo Brasil. Vale destacar que no ano de 2011, 10 servidores da 11ª SRPRF foram aprovados no CFI, passando a integrar o quadro de instrutores do DPRF.

Durante o ano foram executados 93 lançamentos no SCDP, totalizando R\$ 163.160,02 em pagamentos de diárias e de R\$ 64.120,79 em passagens. Na sua grande maioria para servidores convocados pela COEN para participarem de cursos, como alunos ou instrutores.

Dentro das atribuições do NUCAP está a de providenciar o pagamento de horas-aula do instrutores e tutores lotados na Regional. Foram instruídos 14 processos para o pagamento de horas-aula.

Em 2011, foram abertos 08 processos de 02ª via de identidade funcional e 06 processos de porte de arma.

O Núcleo participou ainda, da aplicação dos testes de aptidão física – TAF, para os Cursos de Técnicas Policiais – TPCC e de Controle de Distúrbios – COCD,

Prosseguindo com o Programa de Atualização Policial, promovido pela Coordenação de Ensino e gerenciado pelo NUCAP, foi concluído o módulo II desse programa. O PAP II visou atualizar os PRF's no uso legal e progressivo da força, armamento e tiro. Durante o ano foram treinados 111 policiais. Participaram também, como convidados, 03 Procuradores Federais e 01 Delegado da Polícia Federal;

- Foi realizado em todas as Delegacias da Regional, o Curso de Leitura, Análise e Interpretação de Disco de Diagrama de Tacógrafo, sob a responsabilidade da Continental VDO. Participaram desta capacitação 245 servidores;
- d) Nos cursos voltados para atividade meio, se destacaram os de Licitações e Contratos, o de Pregoeiro e o de Execução Financeira, organizados pela ESAF;
- e) Na área de Inteligência foram capacitados servidores nos Cursos Básicos de Inteligência e no Curso de Inteligência para a Segurança Pública;
- e) No segundo semestre, dentro do Programa de Atualização Policial, foi iniciado o PAP V, com intuito de habilitar os policiais no uso do dispositivo de condução de energia – Taser e do espargidor de agente de pimenta. Foram capacitados servidores da Sede, 1ª e 2ª Delegacia, totalizando 151 policiais e 10 servidores de outras forças no uso do Taser, e 155 policiais e 10 servidores de outras forças no uso do espargidor;
- e) Em atendimento a Lei Federal 10.436 de 22/04/2002 regulamentada pelo Decreto 5262 de 22/12/2005 que versa sobre a obrigatoriedade das instituições públicas capacitarem parte de

seus servidores no uso da Linguagem Brasileira de Sinais, o NUCAP promoveu o curso de LIBRAS, onde participaram 34 servidores e 06 terceirizados;

- Por solicitação da Seção de Policiamento e Fiscalização, 02 servidores participaram em Fortaleza-CE, do Curso de Fiscalização de RNTRC, realizado pela ANTT. Os policiais serão multiplicadores dos conhecimentos adquiridos;
- e) Para o desenvolvimento de competências habilidades e atitudes de Policiais, nos campos da segurança de autoridades e autoproteção contra atentados, foi realizado o Treinamento de Segurança Policial de Autoridades. Participaram 10 policiais, e atendendo a solicitação da Associação dos Juízes Federais da 05ª Região, participaram 18 Juízes Federais;
- f) No final do ano, visando atender as demandas crescentes do manuseio e manutenção dos armamentos da Regional, o NUCAP viabilizou a participação de um servidor no Curso de Armeiro promovido pela TAURUS;

CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELA 11ª SRPRF/PE.

CURSO	CARGA HORÁRIA (h/a)	PERÍODO	Nº DE PRFs CAPACITADOS	OUTROS CAPACITADOS	TOTAL SERVIDORES	CUSTO
Treinamento Tacógrafo	8	27/28/jan e 05/JUL a 28/JUL	245		245	0,00
PAP II	30	15/mar a 13/abr	111	3 (Procuradores Federais e Delegado PF)	114	886,75
Licitação e Contrato	20	06 a 08/jul	2		2	500,00
Formação Pregoeiro	20	15 a 17/ago	2		2	500,00
Execução Financeira	20	15 a 17/ago	2		2	820,00
Curso Básico de Inteligência	80	22/ago a 02/set	1			2.314,20
LIBRAS	12	13 a 14/out e 17 a 18/nov	34	6	40	0
Curso Intel. Seg. Pública	40	24 a 28/out	5			1.081,45
Curso RNTRC	2	21 a 24/nov	2			2.466,32
Habilitação Espargidor	6	Out. a Dez.	151	10 (PM, P. Civil e TRT)	161	755,05
Habilitação TASER	7	Out. a Dez.	155	10 (PM, P. Civil e TRT)	165	755,05
Curso Segurança Autoridade	26	21 a 25/nov	10	18 (Juizes Federais e Auditores Receita Federal)	28	1376,32
Curso Armeiro Taurus	40	11 a 17/dez	1		1	1311,55
			721	47	768	12766,69

CRET - COMISSÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Em 2011, tomou posse uma nova Comissão Regional de Educação para o Trânsito. Presidida pela servidora Carla Spinelli Ferrari Arruda, e tem como demais membros as servidoras: Ieda Maria de Oliveira Rezende Bezerra e Valeria Terezinha dos Santos Souza. A Comissão promoveu junto com o NUCAP e com alguns servidores que se identificam com o tema, palestras educativas em diversas instituições, tais como indústrias, empresas, escolas de educação infantil, hospitais e paróquias. Houve participações também, em feiras e eventos. As palestras e apresentações atingiram um público aproximado de 950 espectadores em todo o Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CRET/PE Período junho a dezembro 2011

Empresas solicitantes:

Tomé engenharia S/A
Vitarella
Andaluz logística e transportes
Bunge alimentos
Camargo Corrêa
Transpetro
MCM construções e montagens
consórcio Camargo Corrêa

Participação em feiras e eventos:

Semana nacional de trânsito – Detran/PE
Hospital da aeronáutica
Prefeitura de Olinda – secretaria de saúde
Olinda moto fest

Escolas:

Colégio Motivo
Colégio referência em ensino médio – professor Antônio Farias (Gravatá)
Colégio municipal Carmelita Gomes da Silva (Caruaru)

Paróquias:

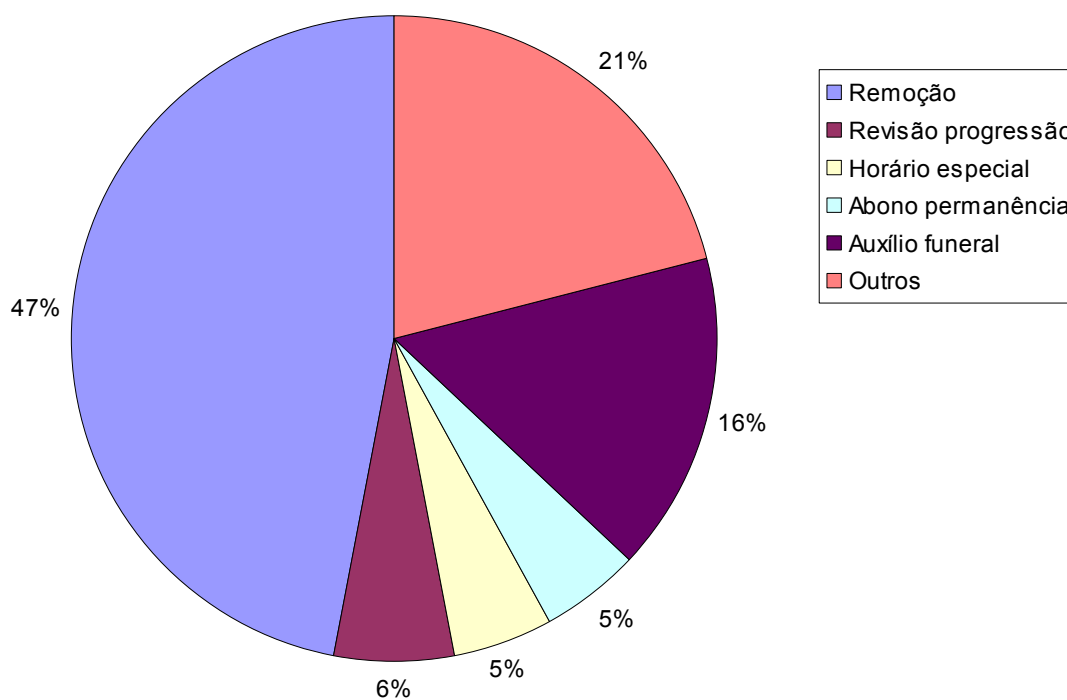
Paróquia Santo Isídio (projeto segurança pública – trânsito com cidadania).

Palestras realizadas..... 13
Participação em feiras e eventos de trânsito.....04
Quantidade aproximada de expectadores.....950

LEGISLAÇÃO

Como foi anteriormente mencionado, faz parte das atribuições do NUCAP analisar processos e emitir pareceres quanto a legalidade dos mesmos e dos pleitos constantes nos requerimentos dos servidores. No exercício de 2011 foram emitidos 64 pareceres, destacando-se as solicitações de remoção e auxílio-funeral, que chegaram a 47% e 16%, respectivamente, do total das análises. Segue abaixo uma estratificação simplificada quanto aos tipos:

PARECERES EMITIDOS



DA ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2011 E AS METAS PARA 2012

No ano de 2011, como foi relatado, o NUCAP promoveu 729 capacitações, um aumento de mais de 400% em relação a 2010. Resultado muito positivo, que demonstrou o esforço da Coordenação de Ensino juntamente com Núcleo de Capacitação em preparar seus servidores para melhor desempenhar suas funções.

No final do ano de 2011, o Núcleo enviou para a COEN as ações que pretende implantar juntamente com a previsão de recursos. Este é um fator condicionante para a realização de ações de capacitação. Exemplo disto, é pouca realização de cursos nos primeiros meses do ano, pela demora das chegada de recursos. A COEN demonstra que está planejando com eficiência a distribuição destes recursos. Com isto, esperamos pôr em prática o que o NUCAP projeta para 2012. São ações de capacitação nas diversas áreas de atuação da PRF. A relação de cursos listados abaixo, mostra isto. A prioridade é a conclusão do PAP V – Taser e Espargidor, para que todos os servidores da Regional fiquem aptos a utilização destes equipamentos. Neste ano também aguardamos da COEN, cursos destinados aos grandes eventos que estão para acontecer em 2014 e 2016. Este fator, atrelado a liberação de recursos irão nortear as ações do NUCAP durante o ano.

PROJEÇÃO DE CURSOS PARA 2012

Nome	Justificativa
CURSO NA ÁREA DE GESTÃO (LIDERANÇA)	Ajudar os gestores com informações, para a difícil tarefa de liderar
PREGOEIRO	Capacitar servidores na legislação e nos sistemas utilizados na realização na modalidade de pregão eletrônico
LICITAÇÕES E CONTRATOS	Capacitar servidores na legislação e nos procedimentos relativos à licitações e contratos
ORATÓRIA	Desenvolver aptidão para expressão em público requisitada ao policial e a assessoria de comunicação social
COREL-DRAW	Capacitar servidor na utilização do software para elaboração de materiais gráficos
SIAPE-FOLHA	Capacitar o servidor da área de recursos humanos para utilização dos módulos da folha de pagamento do SIAPE
SIAPE-CADASTRO	Capacitar o servidor da área de recursos humanos para utilização dos módulos de cadastro do SIAPE
SIAPE-APOSENTADORIA E PENSÕES	Capacitar o servidor da área de recursos humanos para utilização dos módulos de aposentadoria e pensões do SIAPE

Nome	Justificativa
TASER E ESPARGIDOR	Continuidade ao processo de capacitação iniciado em 2011
CONDUÇÃO POLICIAL	Oportunizar ao policial a atualização e prática de técnicas em condução policial de viaturas
IDENTIFICAÇÃO VEICULAR	Aprimorar o emprego de técnicas para reconhecimento de falsificação na identificação de veículos
TÉCNICAS DE ABORDAGEM	Massificar o emprego das técnicas de abordagem
USO E MANEJO DA PT 840	Habilitar o policial para o uso e manejo do equipamento
CICLOS DA SENASP	Promover a formação permanente e contínua do efetivo policial, com base na matriz curricular nacional da SENASP
POLICIAMENTO COM MOTOCICLETAS	Habilitar o policial para o uso e manejo do equipamento
USO DOS SISTEMAS INTERNOS	Promover a correta utilização dos recursos de tecnologia disponibilizados para a atividade policial por meio de multiplicadores
FISCALIZAÇÃO DE PESO	Promover e Incentivar à correta fiscalização do excesso de peso
FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS	Promover e Incentivar à correta fiscalização do transporte de produtos perigosos
LEVANTAMENTO DE LOCAL DE ACIDENTE	Promover o correto levantamento dos locais de acidentes, por meio de multiplicadores
TÉCNICAS DE SALVAMENTO	Habilitar o policial para a prática na aplicação dos primeiros socorros visando à redução da mortalidade

2.3.1.2.3. AÇÃO:2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

2.3.1.2.3.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna.

2.3.1.2.3.2 Resultados:

Não houve aplicação nesta UJ, ação exclusiva da sede do DPRF.

2.3.1.2.4. AÇÃO: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2.3.1.2.4.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar as atividades de policiamento e fiscalização das rodovias
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando a garantir a segurança da sociedade e do patrimônio da União, nas rodovias federais, com destaque para a fiscalização a fim de reduzir o número de acidentes de trânsito e para o combate às organizações criminosas e suas ramificações, que utilizam as rodovias federais para transporte de cargas ilegais, tráfico de drogas e roubos.

2.3.1.2.4.2. Resultados:

Conforme relatório abaixo

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO NAT.DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
33901414	diárias nacionais	R\$ 717.790,47
33903001	Combustíveis	R\$ 796.709,68
33903006	alimento para animais	R\$ 7.939,00
33903009	material farmacológico	R\$ 7.242,86
33903012	material de uso zootécnico	R\$ 5.860,00
33903016	material expediente	R\$ 4.148,43
33903023	Uniformes, tecidos e aviamentos	R\$ 168.992,86
33903025	manutenção bens moveis	R\$ 1.430,00
33903026	Material elétrico e eletrônico	R\$ 1.480,24
33903027	Material de manobra e patrulhamento	R\$ 111.200,00
33903032	Suprimento de aviação	R\$ 302,40
33903039	mat. Manut. veículos	R\$ 390.392,50
33903301	passagem aérea	R\$ 95.187,95
33903903	tx adm combustíveis	R\$ 38.810,43
33903905	Sv tec profissional	R\$ 3.000,00
33903917	Mat maq e equip.	R\$ 43.168,00
33903919	Mnt veículos	R\$ 69.597,29
33909239	Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 9.873,45
33909292	Material de consumo	R\$ 22.760,63
44905224	Equip. Proteção, Segurança e Socorro	R\$ 16.438,60

Análise dos resultados:

Da análise dos dados acima, nota-se que mais de 60% das despesas na ação referem-se a diárias nacionais e combustíveis. Destaque também para o item Manutenção de veículos, correspondente aos contratos de manutenção de viaturas policiais, que equivale a 15,54% dos gastos na ação.

No final do exercício de 2011, houve uma grande aquisição de uniformes policiais para equipar o efetivo que se encontra com itens gastos, principalmente as botas táticas.

Há que se destacar, também as despesas com a área de zootecnia, com aquisição de ração, medicamentos e caixas de transporte para os cães farejadores.

Dentre as inexigibilidades, incluem-se o serviço de licenciamento anual da frota para o exercício de 2011, assim como o serviço de aferição pelo INMETRO de bafômetros e radares.

Gestão da Frota

1. Manutenção

O Núcleo de Serviços Gerais está elaborando Termo de Referência para Contratação de empresa especializada em Gerenciamento e Administração compartilhada da frota, envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e

acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender aos veículos oficiais da frota da 11ªSRPRF/PE, com previsão de contratação em setembro de 2012.

Esta nova sistemática possibilitará implementar um eficaz e rigoroso controle de acompanhamento da manutenção da frota, priorizando a manutenção preventiva e conseqüente diminuição dos custos e do tempo de indisponibilidade da frota. Outra vantagem é a descentralização das oficinas, dispondo de rede credenciada em todo o estado e também em todo território nacional, atendendo às viaturas que frequentemente são deslocadas em missões nas outras regionais.

2. Monitoramento

Outra novidade para 2012 foi a Contratação de sistema de monitoramento completo, incluindo hardware embarcado, sistemas computacionais, conexão de dados e manutenção corretiva, para o monitoramento e controle da frota, realizada pelo DPRF e que atenderá a toda a frota da 11ª SRPRF/PE.

A otimização do uso de uma frota de viaturas depende de dois fatores, possuir informação de qualidade sobre a utilização dos veículos e possuir capacidade para analisar e interpretar essa informação. A solução exigida visa a automatizar o acompanhamento do uso diário das viaturas, provendo inclusive um controle melhor da manutenção desses veículos.

2.3.1.2.5. AÇÃO: 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.2.5.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.

2.3.1.2.5.2. Resultados:

Deslocamento de servidores para levantamento de informações fora da sede da Regional.

NAT.DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
339014	R\$ 63.829,51
339033	R\$ 14.749,06

1. FINALIDADE DA ATIVIDADE:

Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

2. DESCRIÇÃO:

Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.

3. RESULTADOS:

- No ano 2011 foram desenvolvidos diversos trabalhos de inteligência com a intenção de prevenir e combater os crimes ocorridos nas rodovias federais em seus diversos aspectos, sem descuidar de questões relativas à contra-inteligência ao buscar sempre a implementar e otimizar as soluções que favoreçam a segurança orgânica institucional . Tais trabalhos resultaram nos seguintes números e implementações:
- **DOCUMENTOS :**

• Nº DE PLANOS DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA	• Nº DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA
• 24	• 25

• **RESULTADOS OBTIDOS:**

• Nº DE PRISÕES	• ARMAS APREENDIDAS	• VEÍCULOS RECUPERADOS	• DROGAS
• 34	• 02	• 04	• 74KG DE PASTA BASE; • 5240 COMPRIMIDOS DESOBESI-M

- IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ORGÂNICA:
- Aquisição e orientação da instalação de sinalização visual na 11ª SRPRF/PE;
- Trabalhos no Processo de Coleta Seletiva do materiais recicláveis da Sede da 11ª SRPRF;
- Aquisição das fragmentadoras e dos espelhos convexos;
- Realizou-se contato com a EMLURB para retirada de árvore que encontrava-se ameaçando cair próximo às viaturas;
- Encaminhamento à SAF dos três orçamentos de empresas de vigilância, considerando a repactuação contratual solicitada pela empresa contratada (LISERVE VIGILÂNCIA LTDA.);
- Produção de Memorando distribuído a todos os setores da Sede da Regional, apresentando, conforme determinação do Superintendente da Regional, restrição de horário ao acesso de servidores e funcionários terceirizados ao edifício-sede da 11ª SRPRF/PE pelo portão principal;
- Contato telefônico e via e-mail com a DIRCON (Diretoria de Controle Urbano)/Recife, solicitando providências para a retirada de carroceiros que ocuparam área às margens do Rio Capibaribe, por trás da sede da 11ª SRPRF/PE, aglutinando no local bastante lixo e material reciclável. A situação também foi apresentada à EMLURB via e-mail, sendo que esta retirou os entulhos dos carroceiros;
- Produção do Plano de Segurança Orgânica da 1ª Delegacia da 11ª SRPRF/PE;
- Abertura dos processos de aquisição de concertinas e alambrados da Sede e da 1ª Delegacia da 11ª SRPRF/PE;
- Abertura do processo de manutenção de alarmes da Sede da 11ª SRPRF/PE;

• O Núcleo de Inteligência permanece tem como finalidade assessorar o processo decisório do Superintendente, em consonância com a Política Nacional de Inteligência, sempre com o exercício sistemático e permanente de ações especializadas, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimento.

2.3.1.2.6. AÇÃO: 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

2.3.1.2.6.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.

2.3.1.2.6.2. Resultados: Conforme relatório abaixo

NAT.DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
339014	R\$ 5.357,33
339030	R\$ 10.491,44
339039	R\$ 725,00
449052	R\$ 35.258,97

Abaixo é apresentado o detalhamento dos gastos elaborado pelo Núcleo de Registro, Acidentes e Medicina Rodoviária.

DIÁRIAS			
PATRULHA DA SAÚDE			
	19,5 DIÁRIAS	21 A 27/08	PATRULHA NAS 6ª, 7ª E 8ª DEL'S
	7,5 DIÁRIAS	04 A 06/10	PATRULHA NA 5ª DEL
	7,5 DIÁRIAS	19 A 21/10	PATRULHA NA 4ª DEL
COMANDO DE SAÚDE NAS RODOVIAS			
	1,0 DIÁRIA	3/8	REUNIÃO PRÉVIA 4ª DEL
	10,5 DIÁRIAS	16 A 17/08	CSR NA 4ª DEL
DIVERSAS			
	3,0 DIÁRIAS	21/7	APOIO AÇÃO DO SEST/SENAT
TOTAL	49,0 DIÁRIAS		R\$ 7.913,45

COMPRA DE MATERIAIS			
MATERIAIS DE USO/CONSUMO CSR E PATRULHA DA SAÚDE			
COLESTEROL	29 CAIXAS		R\$ 4.358,40
TRIGLICERÍDEO	26 CAIXAS		R\$ 4.017,80
GLICOSE	26 CAIXAS		R\$ 1.551,30
LANCETADOR	06 CAIXAS		R\$ 563,94
TOTAL			R\$ 10.491,44
EQUIPAMENTOS CSR/PATRULHA DA SAÚDE E APH			
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA	03 UNIDADES		R\$ 2.829,00
OXÍMETRO PORTÁTIL	03 UNIDADES		R\$ 2.429,97
DESENCARCERADOR	01 UNIDADE		R\$ 30.000,00
TOTAL			R\$ 35.258,97
TOTAL			R\$ 45.750,41
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
CAMPÍMETRO HORIZONTAL			R\$ 145,00
CAMPÍMETRO HORIZONTAL			R\$ 120,00
TOTAL			R\$ 265,00

Os Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR) são operações realizadas com o objetivo de detectar e alertar alterações em parâmetros de saúde que podem prejudicar e/ou impedir a condução de veículos por condutores profissionais, os quais dado às características peculiares de sua profissão, descuidam-se em prevenir-se, compondo sobremaneira, o rol de causas de acidentes. Nos CSR, abordagens aleatórias são realizadas aos motoristas profissionais que, de forma voluntária, se submetem a uma sequência de exames clínicos que identificam nos condutores sinais e sintomas relacionados à obesidade, hipertensão, hiperglicemia, hipercolesterolemia, etilismo, tabagismo, deficiência na força manual, acuidade visual imprópria, e ainda carga horária trabalhada em excesso e utilização de medicamentos impróprios. Quando identificadas anormalidades, esses motoristas recebem dos profissionais da saúde, orientações adequadas, e nos casos mais graves podem ser conduzidos às unidades de saúde locais pra tratamento imediato, desta forma,

preservando a saúde do motorista, como também, a sua retirada de circulação. Além dos exames realizados nos CSR, também são promovidas orientações socioeducativas, através de palestras relativas a orientação jurídica, de primeiros socorros, vacinação, doação de sangue e direção defensiva. Com tais atividades, além do auxílio imediato ao usuário em questão, obtemos indicadores estatísticos acerca do perfil de saúde dos motoristas profissionais, visando maior segurança nas estradas e, por consequência, a redução dos acidentes.

O **Patrulha da Saúde** consiste no conjunto de atividades realizadas visando a promoção da qualidade de vida dos servidores do DPRF tanto individualmente quanto em seu ambiente de trabalho. Estas atividades são voltadas a ações na área de educação e saúde, como palestras e orientações sobre saúde e doenças, verificação de índices biométricos e bioquímicos, dentre outras. Todos os servidores do DPRF, policiais, administrativos e terceirizados estão convidados a participarem deste projeto, sendo sua participação de caráter obrigatório apenas aos policiais ativos. O principal motivo do Patrulha da Saúde é assistir o servidor no âmbito de sua saúde e orientá-lo sobre possíveis fatores de riscos que podem levá-lo ao estado de doença e afastamento. Em cada etapa são realizados exames clínicos que identificam sinais e sintomas relacionados à obesidade, hipertensão, hiperglicemia, hipercolesterolemia, etilismo, tabagismo, deficiência na força manual, acuidade visual imprópria, entre outros.

No final do ano de 2011, foi adquirido o Desencarcerador Hidráulico, marca Holmatro, o qual devido a sua atuação específica em situações típicas de alguns acidentes, foi encaminhado à atual 2ª Delegacia, município de Caruaru, por apresentar maior gravidade em acidentes que justificam o uso de tal instrumento.

2.3.1.2.7. AÇÃO: 8692- Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

2.3.1.2.7.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

2.3.1.2.7.2. Resultados:

Conforme relatório abaixo

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO NAT.DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
33901414	diárias nacionais	R\$ 733,46

Análise dos Resultados:

Realização de palestras no município de Caruaru sobre educação para o trânsito para usuários das rodovias, por comissão específica constituída para este fim, conforme relatório da Ação 2524.

2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

Código no PPA	0750
Denominação	Apoio Administrativo
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos Específicos	Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Gerente	Não Existe
Público Alvo	Governo
Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente. De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos,	

2.3.1.4. Gestão das Ações

2.3.1.4.1. Ação 2000 Administração da Unidade

2.3.1.4.1.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

2.3.1.4.1.2. Resultados

Atividades ligadas a manutenção do funcionamento administrativo da PRF (terceirizados/segurança orgânica e etc).

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO NAT.DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
31900801	Auxílio-funeral Ativo	R\$ 10.544,14
33901414	Diárias	R\$ 145.908,87
33903004	Gás engarrafado	R\$ 495,00
33903007	Gêneros de Alimentação	R\$ 24.040,25
33903016	Material de Expediente	R\$ 18.610,60
33903017	Material de Processamento de Dados	R\$ 254,41
33903019	Material de Acondicionamento e Embalagem	R\$ 237,92
33903021	Material de Copa e Cozinha	R\$ 3.420,80
33903022	Material de Limpeza e Prod.Higienização	R\$ 174,32
33903024	Material para Manut.de Bens Imóveis	R\$ 3.215,84
33903025	Material para Manut.de Bens Móveis	R\$ 1.158,50
33903026	Material Elétrico e Eletrônico	R\$ 6.213,12
33903027	Material de Manobra e Patrulhamento	R\$ 96,75
33903028	Material de Proteção e Segurança	R\$ 35,78
33903029	Material para Áudio, Vídeo e Foto	R\$ 387,92
33903042	Ferramentas	R\$ 6,40
33903044	Material de Sinalização Visual e Outros	R\$ 4.885,80
33903045	Material Técnico para Seleção e Trein.	R\$ 62,98
33903301	Passagens para O País	R\$ 44.773,22
33903701	Apoio Adm. Técnico e Operacional	R\$ 588.948,36
33903702	Limpeza e Conservação	R\$ 668.171,16
33903703	Vigilância Ostensiva	R\$ 570.701,28
33903901	Assinaturas de Periódicos e Anuidades	R\$ 1.795,50
33903910	Locação de Imóveis	R\$ 152.947,99
33903916	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R\$ 3.954,67
33903917	Manutenção e Conservação de Equipamentos	R\$ 46.884,50
33903920	Manut.e Conserv.de Bens Móveis Outras Nat.	R\$ 1.085,00
33903936	Multas Não dedutíveis	R\$ 1.007,91
33903937	Juros	R\$ 264,47
33903943	Serviços de Energia Elétrica	R\$ 417.771,42
33903944	Serviços de Água e Esgoto	R\$ 32.799,71
33903946	Serviços Domésticos	R\$ 44,00
33903947	Serviços de Comunicação em Geral	R\$ 37.528,60
33903966	Serviços Judiciários	R\$ 16,75
33903969	Seguros em Geral	R\$ 20.364,62
33903974	Fretes e Transportes de Encomendas	R\$ 4.280,00
33903975	Pedágios	R\$ 13.886,02
33903978	Limpeza e Conservação	R\$ 2.840,00
33903983	Serv.de Cópias e Reprod.de Documentos	R\$ 46,56
33904710	Taxas	R\$ 9.807,48
33909237	Locação de Mão de obra	R\$ 192.096,46
33909303	Ajuda de Custo Pessoal Civil	R\$ 4.042,06
33913947	Serviços de Comunicação em Geral	R\$ 17.610,00
33913990	Serviços de Publicidade Legal	R\$ 23.300,00
44905224	Equip. Proteção, Segurança e Socorro	R\$ 495,00
44905230	Máquinas e Equipamentos Energéticos	R\$ 4.605,00
44905239	Equip.e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	R\$ 3.943,00
44905242	Mobiliário em Geral	R\$ 147.838,97

Como se pode verificar, o maior volume de recursos executados pela UJ durante o exercício de 2011 foi classificado neste programa e nesta ação, o que significa termos caracteristicamente uma execução voltada à manutenção e ao funcionamento da unidade e aos investimentos e às despesas sob nosso controle e direção. É possível destacar as despesas com terceirização (Apoio Administrativo, Limpeza e conservação e vigilância armada), que somadas representam mais de 56% do total executado com custeio. Outros 14% foram gastos com Energia Elétrica e fornecimento de água. Verifica-se, ainda, que mais de 80% são despesas compulsórias e não disponíveis, o que não significa que os 20% restantes são despesas eletivas, pois, dentre estas existem gastos com remoção, publicidade legal, aluguel de imóveis, etc;

Desde o exercício de 2010, as diárias com as ações de corregedoria são incluídas dentro da ação administração da unidade de tal forma que o controle e o acompanhamento das ações e os procedimentos dos servidores são custeadas e viabilizadas por recursos da área administrativa;

Apesar do rigoroso controle e da gestão austera que se realiza na unidade, verificou-se um aumento de 28,76% nas despesas somadas de vigilância armada, limpeza e conservação e apoio administrativo, decisivamente influenciados por reajustes salariais e concessão de benefícios decididos em convenções coletivas;

A gestão administrativa da 11ª SRPRF-PE tem sido fortemente impactada pela insuficiente quantidade de servidores disponíveis na área administrativa, e pela priorização dada pela Coordenação de Ensino da Unidade Central à capacitação de servidores na área finalística da instituição, em virtude inclusive de restrições orçamentárias. É natural que a prioridade da PRF seja a atividade de policiamento ostensivo das rodovias federais, contudo, a falta de concursos públicos para contratações de servidores para área administrativa, com competências e habilidades específicas para os mais diversos assuntos e questões adstritos às ações-meio da PRF, e o baixo investimento em formação de gestores públicos tem comprometido a qualidade do próprio serviço prestado à sociedade e desgastado sobremaneira os servidores que aceitam contribuir com a atividade-meio. Porém, vale salientar que, infelizmente, esta não é uma realidade apenas da PRF e sim, de todo o Serviço Público Federal, principalmente quando se considera apenas o Poder Executivo.

2.3.1.4.2. Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes

2.3.1.4.2.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

2.3.1.4.2.2. Resultados:

Não houve aplicação pela UJ, ação exclusiva da Sede do DPRF

2.3.1.4.3. Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2.3.1.4.3.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

2.3.1.4.3.2. Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.4.4. Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2.3.1.4.4.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

2.3.1.4.4.2. Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.4.5. Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

2.3.1.4.5.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

2.3.1.4.5.2. Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.4.6. Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2.3.1.4.6.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

2.3.1.4.6.2. Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.4.7. AÇÃO: 8703- Atividade Correicional

2.3.1.4.7.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.

2.3.1.4.7.2. Resultados:

Promoção de processos administrativos disciplinares através do deslocamento de servidores.

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS:

01/01/2011 a 31/12/2011

Total de Processos Administrativos Disciplinares: 35

Quadro Detalhado:

Número do Processo	Data da Situação	Tipo de Processo
08650001647201177	22/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08650001648201111	22/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08650001649201166	22/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08650001651201135	22/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08650002008200912	07/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000081201126	17/01/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000156201179	11/01/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000242201181	02/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000243201126	02/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000247201112	02/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000364201178	13/06/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000490201122	07/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000515201198	26/04/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000667201191	02/03/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001183201169	16/03/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001193201102	22/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002580201158	01/06/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002901201033	21/09/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002933201039	11/03/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003204201181	07/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003665201072	11/03/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003690201056	28/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003691201009	26/05/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003749201014	22/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

08654004242201151	22/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004322201025	28/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004681201082	17/01/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004876201022	17/01/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004949201086	02/03/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005190201059	11/05/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005431201060	26/05/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005578201050	21/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005608201028	11/01/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005613201031	02/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005876201040	28/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS: 01/01/2011 a 31/12/2011

Total de Processos Administrativos Disciplinares 22

Quadro Detalhado:

Número do Processo	Data da Situação	Tipo de Processo
08654000081201126	09/08/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000490201122	08/08/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000536201022	10/06/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000955201064	07/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001203201011	13/06/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001333200839	16/12/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001391200943	16/12/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001570200981	13/06/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001605200981	16/12/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001776201044	28/03/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002607200998	20/01/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002900201099	07/02/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003031201010	21/09/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003083200952	16/12/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004876201022	16/09/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004960200821	16/06/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005431201060	22/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005578201050	04/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005782200937	21/01/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654006721200563	21/03/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654007836200818	21/09/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654008819200806	21/09/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS: 01/01/2011 A 31/12/2011

Total Não-Indiciado: 10

Total Absolvido ou Arquivado: 7

Advertência: 3

Suspensão: 2

Total Submetido a outro processo disciplinar: 0

Demissão de Cargo Efetivo: 0

Demissão por Justa Causa: 0

Demissão sem Justa Causa: 0

Destituição de Diretor de Empresa: 0

Cassação de Aposentadoria: 0

Destituição de Cargo em Comissão: 0

Destituição de Função Comissionada: 0

Outra: 0

2.3.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
6	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1.500	1.171	Ação excluída
6	128	663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	14.950	9.261	6.276
6	183	663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	8.500.000	10.322.726	8.750.000
6	183	663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	320	265	54
6	181	663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	10.000	17.361	Ação excluída
6	181	663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.611.111	2.575.283	3.402.862
6	452	663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	100.000	154.244	Ação excluída
6	301	750	2004	Atividade	3 – Outras prioridades	unidade	20.504	27.351	23.982
4	365	750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.631	2.446	2.158
4	331	750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	639	571	844
4	306	750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	9.925	9.659	9.868
6	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	51	108	1
6	181	1386	200C – 0052	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	4	3	Ação excluída
6	181	1386	200G-0001	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	4	1	11
6	181	1386	200G-0056	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	2	0	Ação excluída
6	181	1386	200G-0058	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	200G-0060	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	2	0	Ação excluída
6	181	1386	200G-0070	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	200G-072	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	200G-0074	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	2	Ação excluída
6	181	1386	200G-0078	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	4	9	72
6	181	1386	8623-0023	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção	76	82	80
6	122	1386	1D49	Projeto	4 – Nenhuma prioridade	% execução financeira	90	54	29
6	301	750	20CW	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	6.839	Ver DISAS/CGRH	6.839

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores de desempenho

1. Percepção de Segurança

1.2 Pesquisa de Avaliação da Segurança nas Estradas Federais do Estado de Pernambuco pelos motoristas de Automóveis e Caminhões - BR 101/ BR-232/BR-408

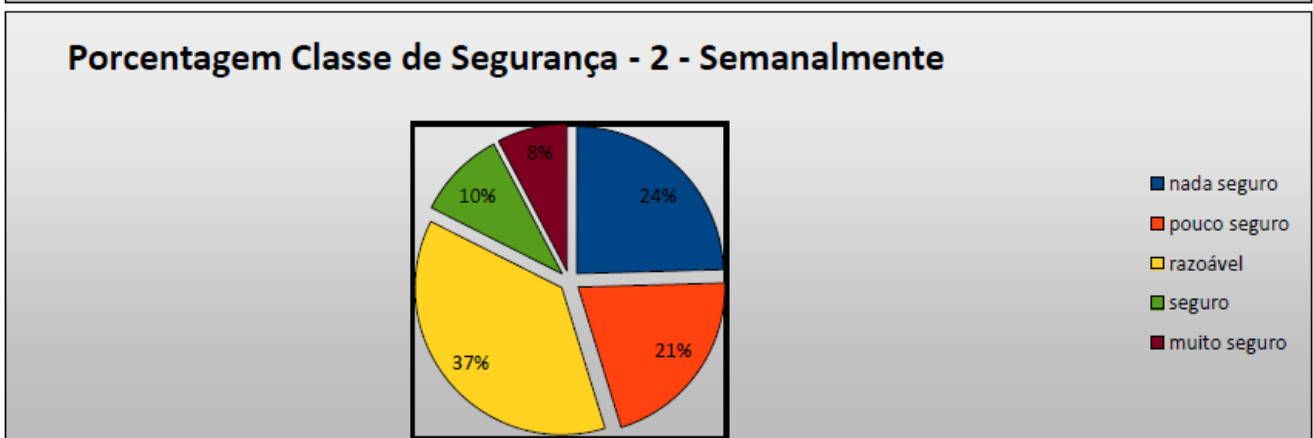
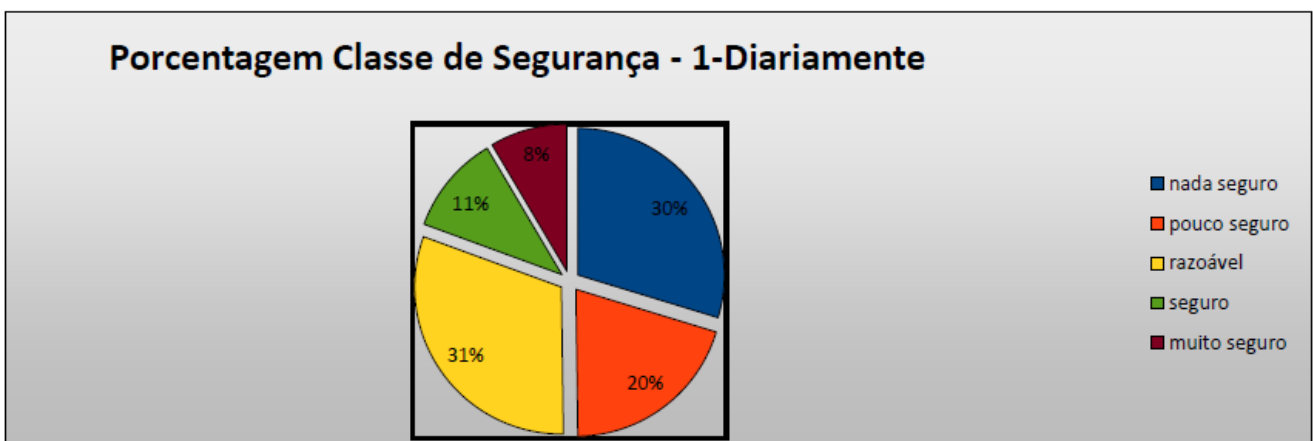
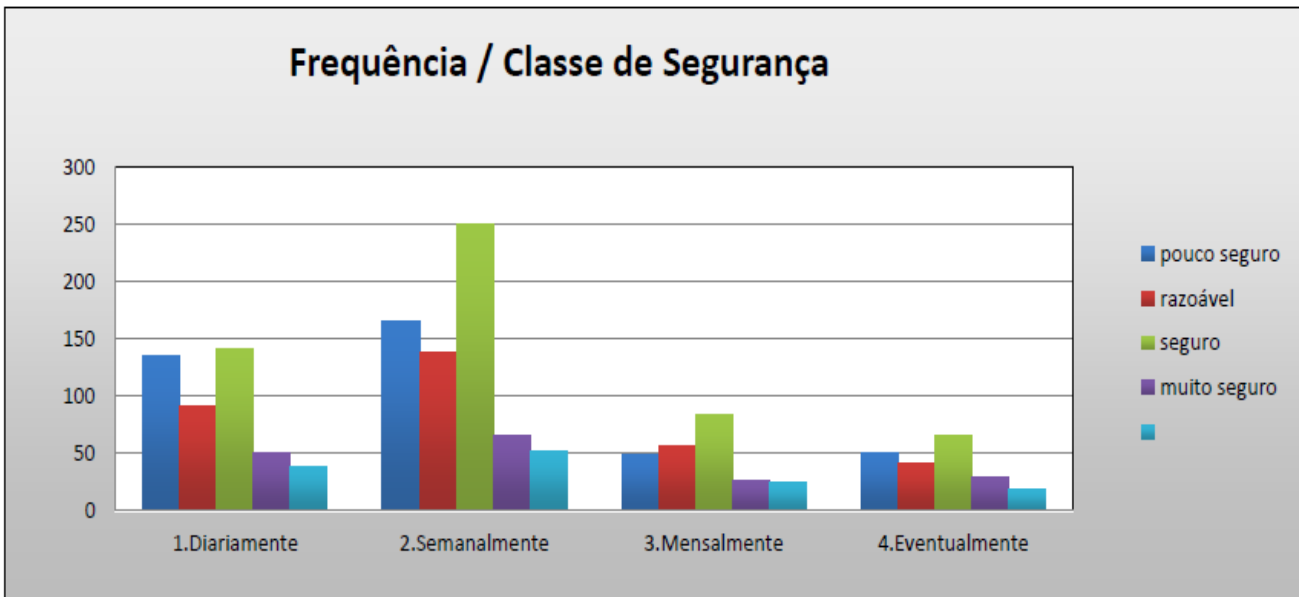
Foi realizada pesquisa de satisfação dos usuários em 2011 pela empresa COMAP Consultorias, na ocasião em que a empresa citada realizava pesquisa de tráfego para o Governo do Estado, com os seguintes resultados:

Analisando a amostra geral percebe-se que 36% dos motoristas de automóveis se declaram nada ou pouco seguros, enquanto 35% responderam razoavelmente seguros e 29% se sentem seguros em relação às rodovias nos pontos pesquisados.

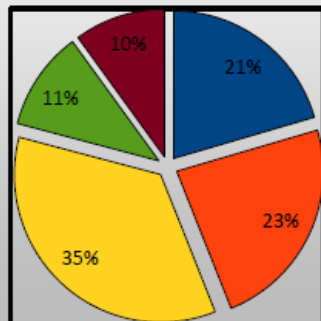
Quando fazemos a análise individualizando a amostra em relação à frequência de utilização

da rodovia, percebemos que os que se utilizam da rodovia com maior frequência (diariamente) têm o maior índice de respostas nada seguro + pouco seguro (40%), contra os que declararam seguro + muito seguro (29%). Em contra partida os que utilizam com menor frequência as rodovias (eventualmente) têm uma percepção de maior segurança, respondendo nada seguro + pouco seguro (33%) na mesma proporção de seguro + muito seguro (34%)

Em relação à renda os motoristas com menor renda se sentem mais seguros, com 31% respondendo nada seguro + pouco seguro e 31 e 33% respondendo seguro + muito seguro. Já o de maior renda sente-se menos seguro com 44 % se declarando nada seguro + pouco seguro e 24% respondendo seguro + muito seguro.

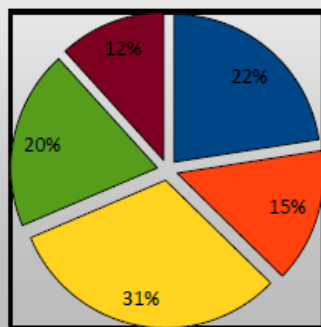


Porcentagem Classe de Segurança - 3 - Mensalmente



- nada seguro
- pouco seguro
- razoável
- seguro
- muito seguro

Porcentagem Classe de Segurança - 4 - Eventualmente



- nada seguro
- pouco seguro
- razoável
- seguro
- muito seguro

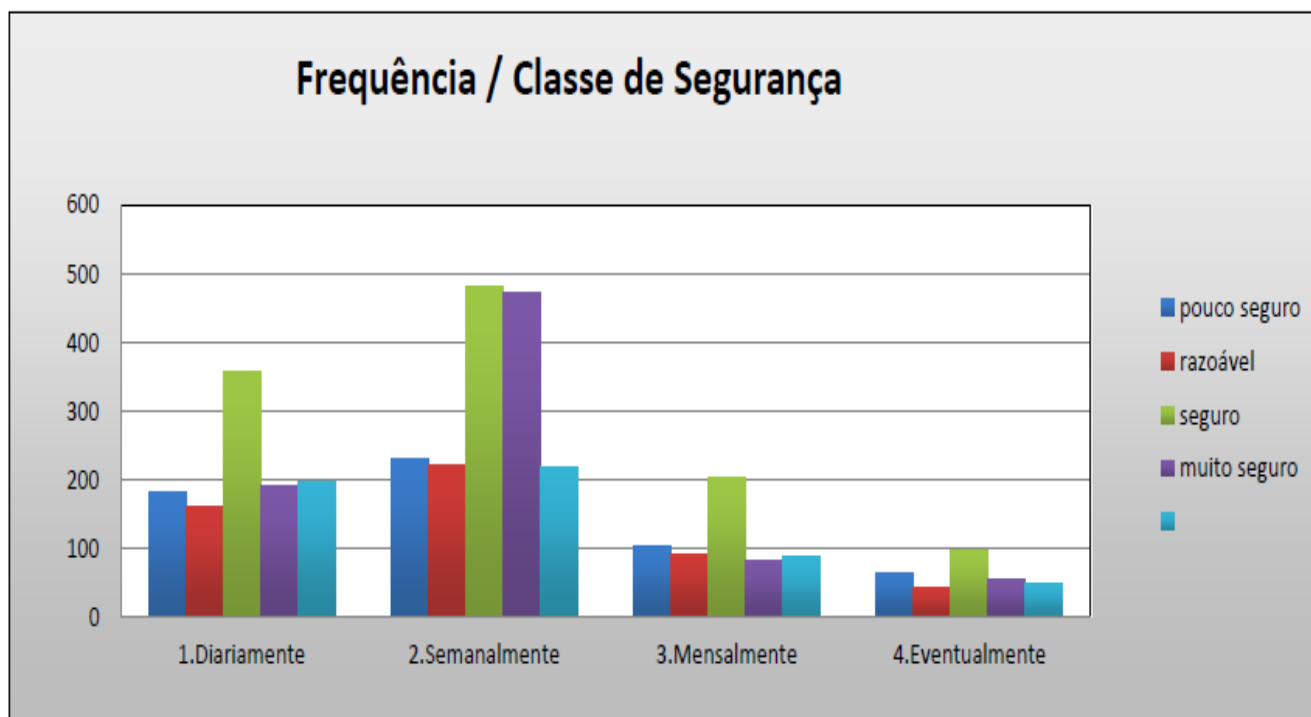
1.3 Apresentação dos valores totais das pesquisas com caminhões

Analisando a amostra geral, percebe-se que 31% dos motoristas de caminhões se declaram nada ou pouco seguros, enquanto 32% responderam razoavelmente seguros e 38% se sentem seguros ou muito seguros em relação à rodovia nos pontos pesquisados.

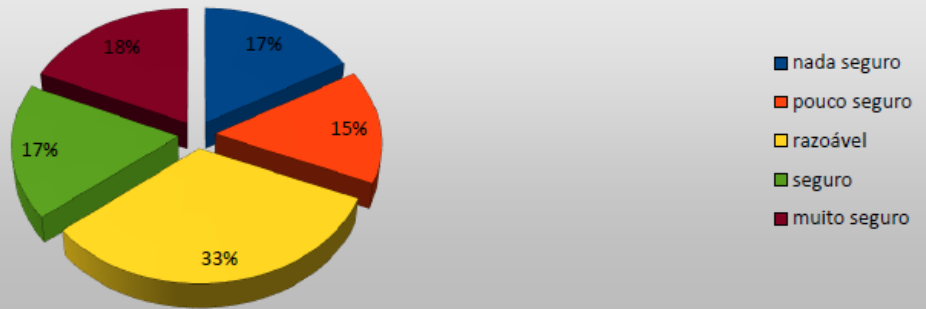
Quando fazemos a análise individualizando a amostra em relação à frequência de utilização da rodovia, percebemos que aqueles que utilizam a rodovia eventualmente têm o maior índice de respostas nada seguro + pouco seguro (35%) contra os que declaram seguro + muito seguro (34%). Já dos que se utilizam das rodovias semanalmente, 28% se declaram nada seguro + pouco seguro, enquanto 42% se declaram seguro + muito seguro.

Em relação ao ano de fabricação dos caminhões, os motoristas com modelos mais novos (2010 – 2011) se sentem mais seguros, com 27% respondendo nada seguro + pouco seguro e 49% respondendo seguro + muito seguro.

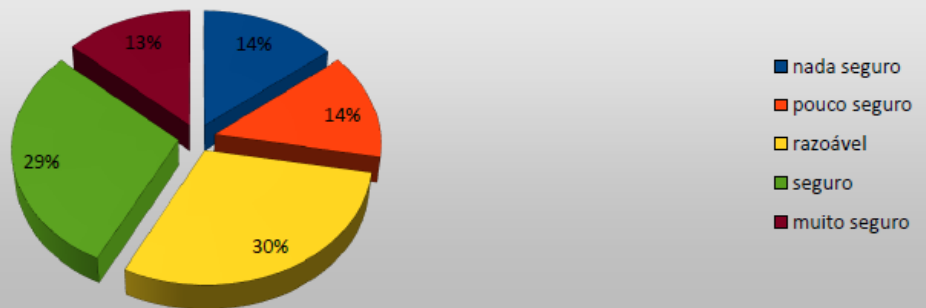
A variação percentual para os outros anos de fabricação foi entre 31% e 34% para os que responderam nada seguro + pouco seguro e de 32% a 35% para os que se declaram seguro + muito seguro.



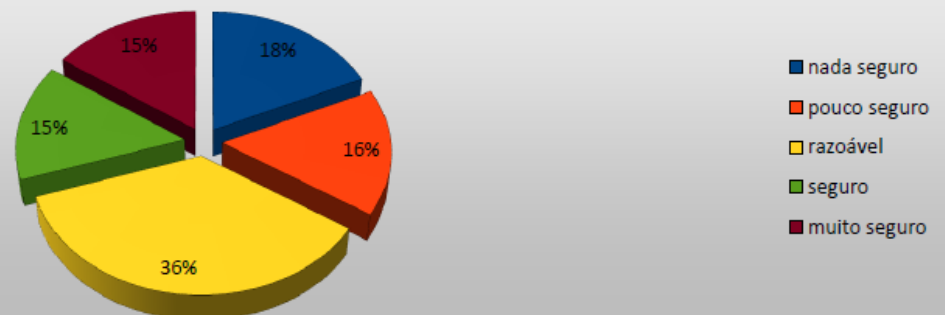
Porcentagem Classe de Segurança - 1-Diariamente



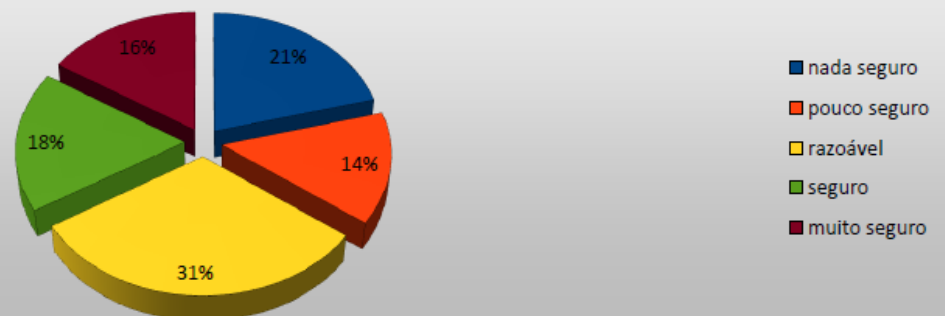
Porcentagem Classe de Segurança - 2 - Semanalmente



Porcentagem Classe de Segurança - 3 - Mensalmente



Porcentagem Classe de Segurança - 4 - Eventualmente



2. Taxa de Variação de Acidentes

O indicador Taxa de Variação de Acidentes, conforme dispõe a Portaria nº 30/2009 – DG, no § 2º Artigo 1º, é aferido em função da variação da frota nacional de veículos automotores. Utilizando dados do Departamento Nacional de Trânsito–DENATRAN, foram obtidas as metas de variação de acidentes e mortalidade conforme abaixo.

Anexo IV - Instrução de Serviço 01/2011 - Metas Operacionais para o Exercício 2011

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES	TAXA DE MORTALIDADE	PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO	SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
Meta Anual Acidentes/1.000.000 veic	Meta Anual Mortos/1.000.000 veic	META DE PROCEDIMENTOS	META
100,83	7,371	430.248	76%

2.1 Apresentação dos resultados obtidos

Para o exercício de 2011 o DPRF/MJ atribuiu para esta Regional a meta de, no máximo, **7155** acidentes, tendo em vista a frota nacional. Visando possibilitar a implementação de mudança de estratégia ao longo do exercício, caso fosse necessário fazê-lo, a Superintendência desmembrou por trimestre a meta para ela atribuída, considerando a “contribuição” de cada um desses períodos na totalização dos acidentes registrados no exercício anterior.

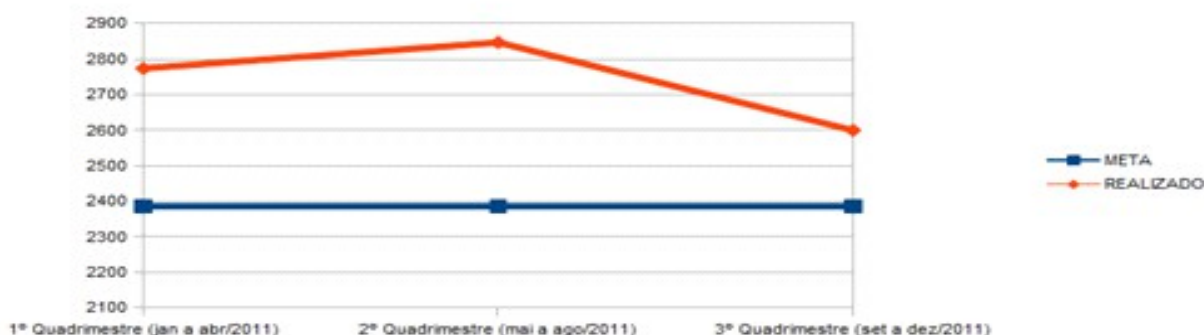
O quadro abaixo detalha a distribuição acima referida, bem como os resultados obtidos.

Acompanhamento mensal da meta do Indicador Taxa de Variação de Acidentes/2011

mês	ACIDENTES		
	Meta	Quantidade	%
1	571	665	116,46%
2	489	609	124,54%
3	568	724	127,46%
4	532	752	141,35%
5	580	701	120,86%
6	609	741	121,67%
7	597	730	122,28%
8	621	627	100,97%
9	605	625	103,31%
10	616	603	97,89%
11	635	591	93,07%
12	732	732	100,00%
TOTAL	7155	8100	113,21%

Fonte: Central de Informações Operacionais

TAXA DE ACIDENTES					
UNIDADE DE MEDIDA: Taxa de acidentes por 1.000.000 de veículos da frota nacional					
ORIGEM DOS DADOS: Sistema de Informações Gerenciais – SIGER e Sistema ROD ONLINE					
RESPONSÁVEL PELA META: Coordenação-Geral de Operações - CGO					
	1º Quadrimestre (jan a abr/2011)	2º Quadrimestre (mai a ago/2011)	3º Quadrimestre (set a dez/2011)	DIFERENÇA PERCENTUAL ENTRE PERÍODOS	
META	2.385,00	2.385,00	2.385,00	Q2 / Q1	Q3 / Q2
REALIZADO	2774	2.847,00	2.600,00	2,63%	-8,68%
REALIZADO / META	85,98%	83,77%	91,73%		



DETALHAMENTO DO INDICADOR "TAXA DE ACIDENTES"					
	1º Quadrimestre (jan a abr/2011)	2º Quadrimestre (mai a ago/2011)	3º Quadrimestre (set a dez/2011)	DIFERENÇA PERCENTUAL ENTRE PERÍODOS	
				Q2 / Q1	Q3 / Q2
DELEGACIA 7/1	1.787,00	1.775,00	1.648,00	-0,67%	-7,15%
DELEGACIA 7/2	296	389	319	31,42%	-17,99%
DELEGACIA 7/3	216	199	227	-7,87%	14,07%
DELEGACIA 7/4	86	74	90	-13,95%	21,62%
DELEGACIA 7/5	161	156	135	-3,11%	-13,46%
DELEGACIA 7/6	227	248	179	9,25%	-27,82%
TOTAL	2.773,00	2.841,00	2.598,00	2,45%	-8,55%

UF	BR	Km	COM VÍTIMAS FATAIS	COM VÍTIMAS FERIDAS	SEM VÍTIMAS	Índice de Gravidade
PE	101	60-70	9	200	518	1743
PE	101	70-80	13	176	303	1508
PE	101	80-90	14	116	345	1275
PE	101	50-60	13	91	247	1027
PE	101	90-100	8	100	210	910
PE	101	40-50	10	75	181	806
PE	104	60-70	2	68	136	526
PE	232	40-50	5	58	81	496
PE	101	100-110	6	36	62	392
PE	232	410-420	3	57	27	387

2.2 Análise dos resultados obtidos

Conforme depõe o quadro 1, a 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PE não atingiu plenamente a meta relativa ao Indicador Taxa de Variação de Acidentes. Ao verificarmos os resultados por quadrimestre, constatamos que a meta apesar de não ter sido alcançada, no último

período houve uma aproximação, tendo um dos motivos principais a evolução nos procedimentos realizados.

Considerando que o Departamento concentrou os seus esforços na gravidade das ocorrências, de acordo com o quadro 2, dos 10 pontos com maior índice de gravidade, 80% estão localizados na rodovia BR-101, para isso foi criada a delegacia metropolitana, unindo três delegacias já existentes, fechando o posto PRF de Carpina, e tornando o posto PRF de Moreno um ponto de apoio, tudo com a intenção de melhor utilizar o efetivo na BR 101, já que com tais medidas administrativas, ocorridas neste último quadrimestre, muitos policiais administrativos foram deslocados para a ronda diária.

Houve alguns fatores determinantes que se constituíram em óbices para alcançarmos resultado positivo:

- **A prevenção do acidente de trânsito está muito além da simples presença da viatura ou do PRF, faz-se necessário um conjunto de ações que envolvam a fiscalização, a educação de trânsito e a infraestrutura das rodovias. O trabalho hodierno da PRF, através da escala de serviço, foi deveras prejudicado no ano de 2011, com os postos mobiliados diariamente com uma média de 03 policiais, ficando a fiscalização nos pontos críticos resumidos a ação de uma dupla. A saída das Chefias das delegacias foram lançar mão dos comandos específicos, com o reforço de policiais de outras delegacias, que no seu retorno ao posto de origem, tinham que compensar as horas devidas. Para minimizar as dificuldades atuamos nos acidentes mais críticos onde se envolviam vítimas em estado grave e em óbitos, onde alcançamos resultados positivos como se segue:**

Variação de acidentes			
2010 - 2011			
Ano do Acidente	Qtd Acidentes	Qtd Morto	Qtd Ferido Grave
2010	7358	476	1281
2011	8100	470	1286
Variação	10,08	-1,26	0,39

Fonte: Central de Informações Operacionais

- Observa-se que apesar do aumento no número absoluto de acidentes houve redução no número de mortos.
- O crescimento exponencial da frota de veículos, além de impactar diretamente na fluidez e segurança do trânsito, traz consigo uma outra circunstância que deve ser considerada ao analisarmos os números acima: o aumento do número de condutores. De fato, nas rodovias, o grau de experiência ao volante constitui fator ainda mais significativo em relação às vias urbanas, compondo expressiva parcela relativamente à segurança do trânsito, mormente ao considerarmos aspectos como a geometria da via, velocidade operacional elevada, trânsito intenso de veículos pesados, ausência de iluminação pública, dentre outras características das vias rurais.

– Investimentos estruturais de grande porte no Estado também têm impactado significativamente o funcionamento das principais rodovias do Estado. A continuação do crescimento do complexo portuário de SUAPE, por exemplo, aumentou consideravelmente o transporte de cargas superdimensionadas, que necessitam de autorização especial e de escolta da PRF para transitarem. Tal crescimento aumentou significativamente, também, o tráfego do trecho da BR 101-SUL, em que os acidentes já eram uma realidade, somando-se o término da duplicação daquele trecho.

– A realização, cada vez mais frequente, de eventos festivos de médio e grande porte em municípios cujo principal acesso é realizado por rodovia federal. Frise-se que, alguns desses eventos ocorrem em estabelecimentos localizados às margens de rodovias.

3. Taxa de Mortalidade

Conforme dispõe a Portaria nº 30/2009 – DG, no § 3º Artigo 1º, o Indicador Taxa de Mortalidade também é aferido em função frota nacional de veículos automotores. Para o exercício de 2011, a meta estabelecida pelo DPRF/MJ para a Regional foi de, no máximo, 7,95 mortes por milhão de veículos da frota nacional.

3.1 Apresentação dos resultados obtidos

A 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal empregou o mesmo critério utilizado para acompanhamento do Indicador Taxa de Variação de Acidentes, ou seja, desmembrou por mês a meta para ela atribuída, considerando a “contribuição” de cada um desses períodos na totalização das mortes registradas no exercício anterior, visando possibilitar a implementação de mudança de estratégia ao longo do exercício, caso fosse necessário fazê-lo.

O quadro seguinte detalha a distribuição acima referida, bem como os resultados obtidos.

Acompanhamento mensal da meta do Indicador Taxa de Mortalidade/2011

Mês	MORTOS		
	Meta	Quantidade	Realizado
1	44	28	63,64%
2	31	35	112,90%
3	45	43	95,56%
4	46	36	78,26%
5	32	42	131,25%
6	50	35	70,00%
7	40	39	97,50%
8	55	40	72,73%
9	40	55	137,50%
10	43	41	95,35%
11	42	26	61,90%
12	47	50	106,38%
TOTAL	515	470	91,26%

Fonte: Central de Informações Operacionais

3.2 Análise dos resultados obtidos

Verifica-se que a meta para o Indicador Taxa de Mortalidade foi plenamente cumprida, havendo uma redução de **8,74 %** do número de mortos em relação à meta estabelecida.

A intensificação do emprego de etilômetro para fiscalizar a ingestão de bebidas alcoólicas por parte dos condutores de veículos automotores contribuiu expressivamente para o êxito ora analisado. A mudança na lei, que promoveu o endurecimento da pena, foi um fator importante para tirar de circulação os infratores flagrados pelas equipes de fiscalização. A criação do Comitê de Prevenção de Acidentes de Motos no Estado, juntamente com a Operação Lei Seca, contribuíram para a mudança no comportamento dos motoristas que saem dos municípios e adentram às rodovias.

No exercício de 2011, foram autuados **1040** pessoas por dirigirem sob influência de álcool, o que representa um aumento de **22,21 %** em relação ao exercício anterior.

Os principais tipos de acidentes responsáveis pelas vítimas fatais foram: colisão frontal e atropelamento de pessoa.. Das colisões frontais e atropelamentos que tiveram registro de mortes, os veículos envolvidos com mais frequência foram os automóveis e as motocicletas.

As principais dificuldades observadas foram:

- Excessiva perda de tempo nas Delegacias de Polícia Civil por ocasião dos encaminhamentos de flagrantes de alcoolemia. Esta situação retira as equipes do serviço por horas, prejudicando o andamento dos trabalhos de fiscalização, bem como o atendimento de outras demandas ocorridas nas rodovias.
- Aumento exponencial da frota de motocicletas e similares, considerando que, principalmente nas rodovias, os acidentes envolvendo os citados veículos, em regra, são de natureza grave, potencializando a ocorrência de vítimas fatais. No Estado de Pernambuco, a frota de motocicletas aumentou em 343% em 10 anos no nosso estado.
- Impossibilidade de emprego dos radares para fiscalização do excesso de velocidade, em função da falta dos Estudos Técnicos previstos na legislação de trânsito e que são indispensáveis para emprego dos referidos equipamentos, no ano de 2012 não teremos tal óbice, pois não haverá mais a necessidade de estudo para a utilização.
- Alta incidência de atropelamento de pedestres onde, em muitos casos há suspeita de consumo de bebidas alcoólicas por parte das vítimas.
- Carência de efetivo para fazer frente às demandas, notadamente nos finais de semana.

4. Procedimentos de Fiscalização

O Indicador Procedimentos de Fiscalização é aferido pela quantidade de veículos fiscalizados, pelo número de pessoas fiscalizadas e pelos testes de alcoolemia realizados.

4.1 Apresentação dos resultados obtidos

A meta atribuída à 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal para o exercício de 2011 foi de 444.036 procedimentos de fiscalização, os quais a critério da Regional foram assim distribuídos: 266.424 para fiscalização de veículos, 133.212 para fiscalização de pessoas e 44.400 testes de alcoolemia. Podemos observar os resultados obtidos através do quadro abaixo:

Acompanhamento mensal da meta Procedimentos de Fiscalização/2011

MÊS	VEÍCULOS			PESSOAS			ALCOOLEMIA			PROCEDIMENTOS FISC.		
	Metas	Realiz	%	Metas	Realiz	%	Metas	Realiz	%	Metas	Realiz	%
1	22202	14495	65,29%	11101	9267	83,48%	3700	3179	85,92%	37003	26941	72,81%
2	22202	13362	60,18%	11101	9362	84,33%	3700	2988	80,76%	37003	25712	69,49%
3	22202	14489	65,26%	11101	10055	90,58%	3700	3269	88,35%	37003	27813	75,16%
4	22202	14182	63,88%	11101	10456	94,19%	3700	3315	89,59%	37003	27953	75,54%
5	22202	14530	65,44%	11101	9208	82,95%	3700	1661	44,89%	37003	25399	68,64%
6	22202	15113	68,07%	11101	7018	63,22%	3700	1376	37,19%	37003	23507	63,53%
7	22202	13543	61,00%	11101	5961	53,70%	3700	935	25,27%	37003	20439	55,24%
8	22202	16275	73,30%	11101	7065	63,64%	3700	1010	27,30%	37003	24350	65,81%
9	22202	20990	94,54%	11101	10343	93,17%	3700	1673	45,22%	37003	33006	89,20%
10	22202	22228	100,12%	11101	10946	98,60%	3700	2247	60,73%	37003	35421	95,72%
11	22202	22601	101,80%	11101	12452	112,17%	3700	2482	67,08%	37003	37535	101,44%
12	22202	20782	93,60%	11101	11030	99,36%	3700	1760	47,57%	37003	33572	90,73%
TOT	266424	202590	76,04%	133212	113163	84,95%	44400	25895	58,32%	444036	341648	76,94%

Fonte: Central de Informações Operacionais

Análise dos resultados obtidos

Constata-se, através da análise do quadro inserido no item 4.1 acima que a meta para o Indicador Procedimentos de Fiscalização não foi atingido, situando-se no patamar de **77 %**.

As metas relacionados aos indicadores analisados foram estabelecidos pela administração central do DPRF, em consonância com a Ação 2723 (Policimento Ostensivo nas Rodovias Federais) do Programa 0663 (Segurança Pública nas Rodovias Federais) do Plano Plurianual (PPA2008-2011), tendo esta Superintendência Regional desmembrado as metas entre as Delegacias, para um melhor acompanhamento do desempenho operacional.

Como pode ser observado nos dados da planilha, a Regional não logrou êxito no cumprimento das metas estabelecidas para nenhum dos indicadores, fazendo-se necessário a análise dos motivos que levaram ao resultado operacional não satisfatório.

O principal motivo para o não cumprimento das metas 2011, começou a se desenhar ainda no ano de 2010, quando no mês de junho foi desencadeada pela Polícia Federal em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal a “Operação Boa Viagem”, que teve como objeto combater a corrupção nas Rodovias Federais no Estado de Pernambuco. A partir de 09 de junho de 2010, data do cumprimento dos mandados judiciais, foram afastados de imediato 30 policiais rodoviários federais. Além dos afastamentos, a operação provocou durante os meses seguintes, mais de 20 pedidos de aposentadorias, o que acabou por provocar uma redução total no já deficiente efetivo da Regional

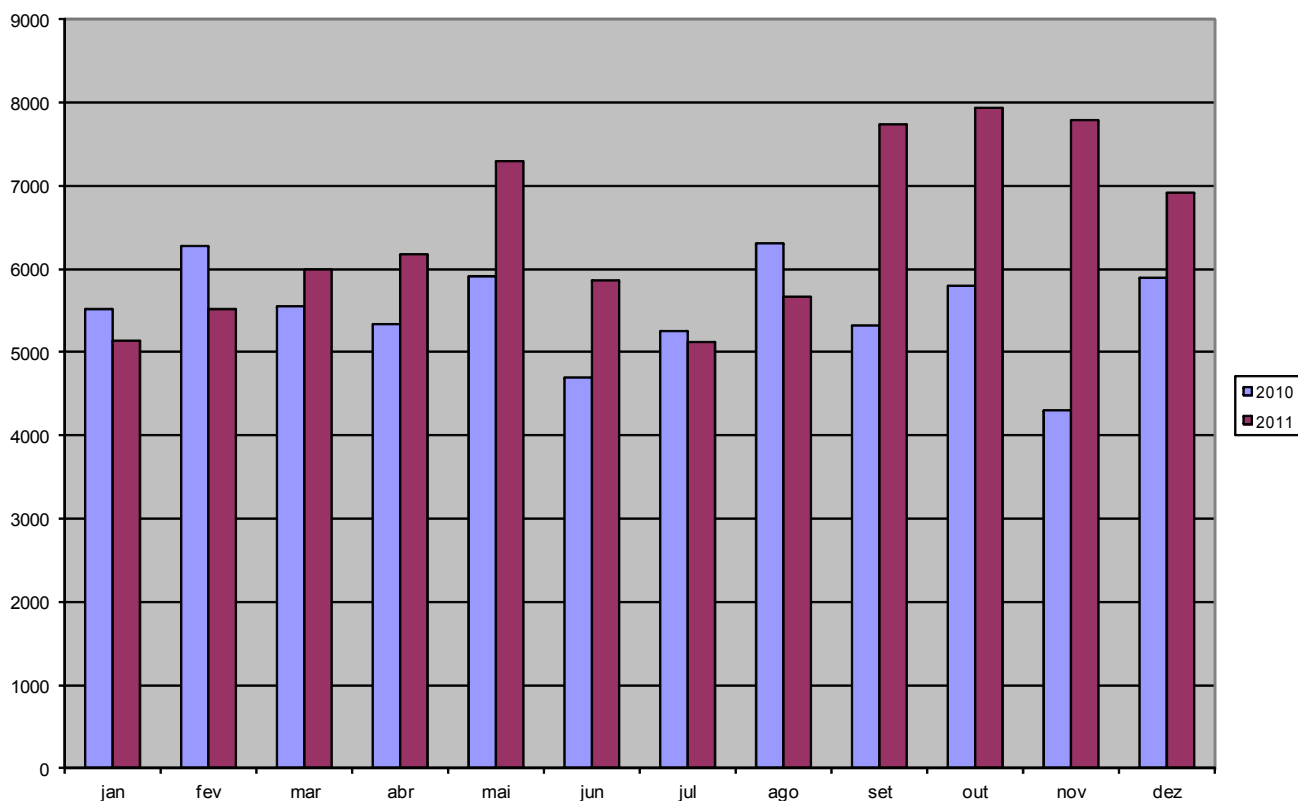
em mais de 50 policiais. Isto significa que de 2010 para 2011 houve uma redução percentual de 12% no efetivo de policiais rodoviários federais em Pernambuco. Aliado a isto, é preciso citar o grande número de atestados médicos, muitos deles por longos períodos, o que acaba por agravar a situação.

Visando minimizar a carência de efetivo, começou-se a estudar uma reestruturação da Superintendência no Estado, o que necessariamente teria que ser feita através de fechamento de postos, situados em pontos considerados não estratégicos, e a fusão de delegacias situadas numa mesma Região. A partir deste estudo, optou-se pelo fechamento de 04 (quatro) postos, a mudança de localização de outros dois, que passarão a funcionar junto à sede das delegacias, e a fusão das três delegacias situadas na Região Metropolitana do Recife. A implementação dessas mudanças mostrou-se necessária, pois com a diminuição de unidades fixas há a liberação de policiais para realizarem o patrulhamento ostensivo e fiscalização, que é a atividade precípua e mais eficaz da Polícia Rodoviária Federal.

Nem todas as mudanças estabelecidas puderam ser implantadas até o final de ano de 2011, em virtude da logística necessária para a implementação de algumas delas, inclusive a necessidade de disponibilidade de recursos financeiros. Já foram fechados 03 (três) postos, e efetuada a fusão das três delegacias da Região Metropolitana.

As ações até então implementadas já se mostraram eficazes no que diz respeito à otimização do uso dos recursos humanos existentes, pois possibilitaram o lançamento diário de mais equipes de patrulhamento e fiscalização, o que causou reflexo direto nos resultados operacionais da regional, como pode ser verificado nos dados referentes ao 4º quadrimestre de 2011, período no qual os procedimentos realizados apesar de não terem atingido as estabelecidas, apresentaram um aumento significativo quando comparado com os três primeiros quadrimestres do ano ora analisado, o que demonstra que a superintendência está no rumo certo. Apenas o item fiscalização de alcoolemia destoou dos demais no 4º quadrimestre, pois no mês de dezembro boa parte dos etilômetros estavam em aferição, o que provocou redução nos resultados operacionais no referido mês.

Infrações 2010 / 2011



Fonte: SIGER/DPRF

Apesar de infrações aplicadas não fazerem parte dos indicadores do DPRF, o gráfico acima representa um aumento na fiscalização, tendo em vista está diretamente ligado ao aumento das infrações, principalmente no último quadrimestre.

4.2 Outros resultados obtidos relacionados ao indicador

4.2.1 Relativamente à fiscalização de trânsito e atendimentos

4.2. Fiscalização/Escolta/Batedor						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Autuações		68.917	59.019	73937	25,28%	-14,36%
Autos de Infração extraídos		68.917	59.019	74239	25,79%	-14,36%
CNH's Recolhidas		772	837	844	0,84%	8,42%
Documentos Retidos		6.162	4.871	5214	7,04%	-20,95%
Veículos Retidos		1.231	1.386	2013	45,24%	12,59%
Veículos Fiscalizados		293.395	213.979	204903	-4,24%	-27,07%
Animais Recolhidos		490	350	532	52,00%	-28,57%
Auxílio Usuário		4.197	3.790	4415	16,49%	-9,70%
Escolta/ Batedor		532	503	468	-6,96%	-5,45%

4.3. Apreensão de Drogas						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Cocaína	Gramas	5.500	18.065	75000	315,17%	228,45%
Crack	Gramas	32.160	100	3056	2956,00%	-99,69%
Lança-Perfume	Frasco	6	0		#DIV/0!	-100,00%
Maconha	Gramas	302.353	230.232	341581	48,36%	-23,85%
Pés de Maconha	Unidade	0	0		#DIV/0!	#DIV/0!
Outras	Unidade	819	25		-100,00%	-96,95%
Total de ocorrências		23	14	23	64,29%	-39,13%

4.4. Apreensão Contrabando						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Bebida	Litro	0	0		#DIV/0!	#DIV/0!
CD/VHS/DVD	Unidade	8.658	812	2974	266,26%	-90,62%
Cigarro	Pacote	0	11.364	17100	50,48%	#DIV/0!
Equipamentos de Informática	Unidade	0	0		#DIV/0!	#DIV/0!
Eletrônicos	Unidade	9.741	1.022	155	-84,83%	-89,51%
Medicamentos	Unidade	0	6.663	3104	-53,41%	#DIV/0!
Outras	Unidade	2.788	3.115	83627	2584,65%	11,73%
Diversos	Gramas	1.500.000	0	300	#DIV/0!	-100,00%
Total de ocorrências		10	10	?	#VALOR!	0,00%

4.5. Apreensão de Armas						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Revolver	Unidade	23	13	11	-15,38%	-43,48%
Pistola	Unidade	13	4	4	0,00%	-69,23%
Espingarda	Unidade	6	0	6	#DIV/0!	-100,00%
Fabricação caseira	Unidade	5	0		#DIV/0!	-100,00%
Fuzil	Unidade	1	0		#DIV/0!	-100,00%
Submetralhadora	Unidade	1	0		#DIV/0!	-100,00%
Total de armas de fogo	Unidade	49	17	21	23,53%	-65,31%
Armas brancas	Unidade	1	1	3	200,00%	0,00%
Total geral de armas		50	18	25	38,89%	-64,00%
Total de ocorrências		31	15	20	33,33%	-51,61%

4.6. Apreensão de Munições						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Calibre 22/32	Unidade	46	2	27	1250,00%	-95,65%
Calibre 38	Unidade	161	64	25	-60,94%	-60,25%
Calibre 40	Unidade	21	0		#DIV/0!	-100,00%
Calibre 380	Unidade	76	56	18	-67,86%	-26,32%
Calibre 762/308	Unidade	74	0	7	#DIV/0!	-100,00%
Calibre 9mm	Unidade	78	0		#DIV/0!	-100,00%
Outras	Unidade	51	0	41	#DIV/0!	-100,00%
Total de munições apreendidas		507	122	118	-3,28%	-75,94%
Total de ocorrências		30	10	33	230,00%	-66,67%

4.7. Carga Roubada						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Alimentos	Kilo	0	0	1700	#DIV/0!	#DIV/0!
Eletrônicos	Unidade	0	0		#DIV/0!	#DIV/0!
Outras	Unidade	3.001	0		#DIV/0!	-100,00%
Total de ocorrências		3	0		#DIV/0!	-100,00%
4.8. Carga Recuperada						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Alimentos	Kilo	0	7.000	215	-96,93%	#DIV/0!
Eletrônicos	Unidade	0	481	1	-99,79%	#DIV/0!
Outras	Unidade	500	480		-100,00%	-4,00%
Total de ocorrências		1	2	2	0,00%	100,00%
4.9. Meio Ambiente						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Animais Silvestres	Unidade	528	156	58	-62,82%	-70,45%
Carvão	m3	204	93	115	23,66%	-54,41%
Madeira	m3	5.717	109	53	-51,38%	-98,09%
Outros	Unidade	3	7	870	12328,57%	133,33%
Total de ocorrências		42	10	23	130,00%	-76,19%
4.10. Detenções						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Assaltante de Carga		5	0	0	#DIV/0!	-100,00%
Assaltante ônibus		0	1	2	100,00%	#DIV/0!
Estrangeiros		3	2	0	-100,00%	-33,33%
Mandado		205	191	144	-24,61%	-6,83%
Tráfico de entorpecentes		20	15	21	40,00%	-25,00%
Roubo/Furto de veículos		76	34	35	2,94%	-55,26%
Contrabando/Descaminho		11	8	11	37,50%	-27,27%
Crimes de trânsito		796	576	564	-2,08%	-27,64%
Crimes ambientais		17	21	25	19,05%	23,53%
Outros		174	139	120	-13,67%	-20,11%
Total de Detidos		1.307	987	922	-6,59%	-24,48%
4.11. Crimes Diversos						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Assalto a ônibus		7	4	4	0,00%	-42,86%
Assalto a veículo de carga		11	1	6	500,00%	-90,91%
Assalto veículo particular		6	4	29	625,00%	-33,33%
Crimes c/vida e patrimônio		56	38	36	-5,26%	-32,14%
Falsificação de Documento		33	33	19	-42,42%	0,00%
Trabalhador Libertado		38	14		-100,00%	-63,16%
Veículos recuperados		146	118	121	2,54%	-19,18%
Crimes diversos		160	110	110	0,00%	-31,25%
Crimes de Trânsito		794	580	573	-1,21%	-26,95%
Total de ocorrências		1.158	864	853	-1,27%	-25,39%
4.12. Crianças e Adolescentes – Vítimas						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Criança		5	5	4	-20,00%	0,00%
Adolescente		4	7	3	-57,14%	75,00%
Total de menores vítimas		9	12	7	-41,67%	33,33%
Total de ocorrências		4	5	2	-60,00%	25,00%
Total de pessoas envolvidas		4	14	6	-57,14%	250,00%
Total de pessoas detidas		4	4	1	-75,00%	0,00%
4.13. Crianças e Adolescentes – Infratores						
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2009	2010	2011	%2010-2011	%2009-2010
Criança encaminhada		9	4	5	25,00%	-55,56%
Adolescente apreendido		28	23	30	30,43%	-17,86%
Total de menores infratores		37	27	35	29,63%	-27,03%
Total de ocorrências		18	18	17	-5,56%	0,00%
Total de pessoas envolvidas		16	18	24	33,33%	12,50%
Total de pessoas detidas		12	13	18	38,46%	8,33%

- Realização de operações específicas de enfrentamento à violência e à criminalidade. São operações planejadas de acordo com as peculiaridades de cada região, tendo como temas principais: o narcotráfico, os assalto a ônibus, a adulteração de veículos, o contrabando e o descaminho, a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes, os crimes ambientais, o trabalho análogo à escravidão, o roubo de carga, dentre outros. Dentre as principais destacamos: Operação Medusa combate as fraudes de documentos do Detran; Operação Sulanca, realizada todas as segundas-feiras e terças-feiras ao longo do exercício, no agreste do Estado, visando coibir assalto a ônibus, por ocasião das tradicionais feiras da sulanca; Operações de Controle de Distúrbio para liberação de rodovias, na manutenção da ordem e retirada de instalações na faixa de domínio da união, em apoio ao DNIT. Destaca-se a atuação da Força de Choque Ligeiro, com componentes do Núcleo de Operações Especiais e policiais das delegacias que concluíram o Curso de Operações de Controle de Distúrbios; Operação Emancipação de Serra Talhada, em maio, visando coibir o tráfico de drogas;
- Foram desencadeadas diversas ações em conjunto com outras Forças: Departamento de Narcotráficos da Polícia Civil de Pernambuco e Receita Federal, resultando no aumento de mais de 300% na apreensão de cocaína. Em conjunto com a Polícia Federal realizamos a Erradicação de Plantios de maconha de 07 a 15 de novembro; Em novembro atuamos com Exército Brasileiro nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem no Sertão do Estado.
- Em 27 de maio nos integramos a campanha de desarmamento e recebemos diretamente do cidadão suas armas e munições realizando sua inutilização e entregando ao Exército Brasileiro. Foram retiradas da sociedade no ano de 2011: 191 armas.
- Realizamos durante o ano 12 operações em conjunto com DNIT utilizando as balanças fixa e móveis situadas nas rodovias federais.
- Realização de operações especiais durante os feriados, férias e festividades locais, considerando que nestes períodos, o volume de veículos em trânsito nas principais rodovias federais do Estado aumenta significativamente. Tal situação aumenta a atuação das equipes em serviço nos trechos impactados pois há redução da fluidez do trânsito, aumento do número de acidentes, do número de condutores com pouca experiência de condução em rodovia, do desrespeito à legislação do trânsito, dos auxílios a usuários em dificuldade, enfim há uma sobrecarga de trabalho bastante expressiva. Para fazer frente a tal demanda, as escalas de serviço ordinárias são reforçadas durante os períodos críticos. Para tanto, emprega-se o efetivo lotado na sede da Regional, no Núcleo de Operações Especiais, além da convocação de policiais lotados nas Delegacias cujos trechos sob sua circunscrição não sofrem impacto durante os feriados. É importante frisar que, durante tais operações, a estratégia principal empregada para reverter a tendência de aumento do número de acidentes é a intensificação das abordagens, com ênfase à fiscalização de veículos e realização de testes de alcoolemia, atuando nos trechos e horários com maior índice de acidente nos anos

anteriores, reavaliando constantemente de acordo com as mudanças durante o período (obras na pista, construção de instalações que atraem os usuários de veículos como hospitais, indústrias, entre outros. O quadro abaixo detalha as principais operações realizadas:

OPERAÇÃO	LOCAL	PERÍODO
Carnaval	Todo o Estado	04 a 09/03/2011
Semana Santa e Tiradentes	Todo o Estado	14 e 24/04/2011
Vaquejada de Carpina	Carpina	13 a 15/05/2011
Fórmula Truck	Caruaru	15 a 16/05/2011
Controle da Ponte de Xexéu	Divisa PE/AL	15/05 a 10/08/2011
São João	Todo o Estado	23 a 26/06/2011
Expo Serra	Serra Talhada	06 a 09/07/2011
Festival de Inverno	Garanhuns	14 a 24/07/2011
Escolta de Provas do Enem	Todo Estado	04 a 06/09/2011
Sete de Setembro (Independência)	Todo o Estado	07/09/2011
Nossa Senhora Aparecida	Todo o Estado	11 a 13/10/2011
Anjos do Sol (Enfrentamento Exploração Sexual de Crianças)	Todo Estado	26 a 28/10/2011
Defesa da Vida (IBAMA)	Sertão	12/12 a 20/12/2011
28ª Festa do caminhoneiro	Salgueiro	29 a 31/11/2011
Fim de Ano/ Verão	Todo o Estado	23/11 a 01/01/2012

– Obedecendo a Ordem de Serviço 111/2011-CGO – OPERAÇÃO RODOVIDA, foram desencadeadas ações em conjunto com outros órgãos: Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual, Guardas Municipais, Diretoria estadual de trânsito e fiscais de trânsito dos municípios com o objetivo de reduzir os acidentes graves, tendo como resultado a fiscalização de mais de 1000 pessoas e mais 1.200 veículos, diferenciando das atividades hodiernas pelo impacto positivo causado na sociedade, no que tange a presença do Estado de forma integrada.

– Atuação do Grupo de Operações com Cães nas ações de enfrentamento ao tráfico de drogas. A carência de efetivo tem sido um fator bastante limitador para o emprego mais frequente de cães farejadores de drogas, pois as equipes que compõem as escalas de serviço ordinárias dos postos, em regra, não dispõem de um número mínimo de policiais para realizar tal ação. Dessa forma, os cães farejadores são mais empregados nas ações do Núcleo de Operações Especiais e mais precisamente nas atividades nacionais, com destaque no ano de 2011 na Operação Sentinela. Destaca-se o apoio às outras unidades: Delegacia de Polícia Marítima do DPF, aos quartéis das forças armadas e nas apresentações sócio educativas de eventos escolares.

– Formação de um grupo com policiais lotados nos diversos núcleos da Sede da Regional para atuar em situações específicas, considerando a possibilidade de indisponibilidade dos grupos de

pronto-emprego em decorrência do número excedente de demandas, bem como as limitações das Delegacias. Neste sentido, a Seção de Policiamento e Fiscalização, através de convocações, aciona o referido grupo.

– Atuação da Base de Operações Aéreas no resgate de vítimas de acidentes de trânsito, no trânsito e no enfrentamento da criminalidade. O emprego de helicóptero para o resgate de vítimas, através do convênio com o SAMU, está promovendo grau de excelência nessa atividade; fato este que vem ao encontro da meta de redução do índice de mortes decorrentes dos acidentes de trânsito, além da minimização das sequelas decorrentes dos ferimentos das vítimas, em face da presteza do serviço. Segue relatório ano 2011:

RELATÓRIO ANUAL DE MISSÃO – AERONAVE 2011

BASE DOA - NE	TOTAL			RESULTADOS
	MISSÃO	HORA		
OP. AEROMÉDICA	252	173,3	275	Vítima
BUSCA/ SALVAMENTO	0	0,0	0	Vítima
DEFESA CIVIL	19	13,6	300	Vítima
OP. MISERICÓRDIA	0	0,0	0	Vítima
PATRULHAMENTO	26	22,3	500	Km
CONTROLE RODOVIÁRIO	13	8,4	40	Km
CONTROLE TULMULTO	4	3,4	350	Pessoa
CERCO/ PERSEGUIÇÃO	8	8,2	0	Pes/Vei
CORTEJO/ ESCOLTA	2	3,0	15	Veículo
LEVANTAMENTO	21	21,8	1000	Km
COMBATE INCÊNDIO	0	0,0	0	Focos
POLÍCIAM. FLORESTAL	0	0,0	0	Km
INTERVENÇÃO TÁTICA	0	0,0	0	UND.
TRANSPORTE GERAL	6	6,0	9	Pax
TRENSPORTE MATERIAL	5	8,5	0	Kg
TRANSPORTE VIP	5	5,4	6	Pax
TREINAMENTO	5	6,3	0	Manob
INSTRUÇÃO	1	0,9	0	Manob
DIVULGAÇÃO	8	5,5	2	UND.
TRASLADO	30	29,4	12	Etapa
MANUTENÇÃO	133	21,8	18	UND.
ABASTECIM. REMOTO	1206	0,0	0	Lt.
TOTAL (Mis/H)	1744	337,8		
TOTAL (Comb.)	41681		Litros	

– Em 2011 foram realizados 3 Comandos de Saúde nas Rodovias.

Foram eles:

- 11 de maio, na BR 101, km 70,0, circunscrição da 1ª Delegacia, Recife. Tal evento foi realizado das 08:00 às 14:00h, e contou com a participação de 7 PRFs, sendo examinados 110 motoristas, num total de 2310 exames.

- 17 de agosto, na BR 232, km 148,0, circunscrição da 4ª Delegacia, São Caetano. Tal evento foi realizado das 08:00 às 14:00h, e contou com a participação de 7 PRFs, sendo examinados 111 motoristas, num total de 2321 exames.
- 01 de dezembro, na BR 101, km 90,0, circunscrição da 2ª Delegacia, Cabo. Tal evento foi realizado das 08:00 às 14:00h, e contou com a participação de 11 PRFs, sendo examinados 131 motoristas, num total de 2751 exames.
- Estabelecimento de parcerias com o DER/PE e Consórcio Grande Recife para fiscalização do transporte de passageiros em nível estadual e municipal. Tendo como resultado um disciplinamento no tráfego do Transporte Alternativo, principalmente no trecho do município de Abreu e Lima
- Criação de uma comissão de educação para o trânsito para cuidar especificamente do tema, atuando junto a sociedade através de empresas, escolas e hospitais.
- Realização de operações temáticas, ou seja, ações que visam à capacitação em áreas específicas, tais como combate ao crime ambiental (OTECA), a fiscalização do excesso de peso nos veículos de carga, a regulamentação do transporte rodoviário de cargas e o transporte de produtos perigosos, a identificação veicular, dentre outras.
- Realização de Escoltas de Autoridades, em destaque: Dignatário da Secretaria de Direitos Humanos, o Ministro da Previdência Social, Juízes em deslocamento no “polígono da maconha” e compondo a equipe de segurança presidencial em visita ao Estado.
 - Considerando o efeito didático da penalidade de multa, bem como o fato de que enquanto o processo da aplicação dessa punição não for consolidado, obedecendo aos trâmites estatuidos, contemplando desde a fase de aplicação do auto de infração por parte do agente de trânsito, até o efetivo recebimento dos valores decorrentes das multas aplicadas, gera-se uma danosa sensação de impunidade, a Regional viabilizou mecanismos para agilizar a análise das defesas prévias e recursos apresentados pelos usuários. Assim, além da Comissão de Análise de Defesa Prévia (CADA) instituída na Sede, foram nomeados servidores lotados nas diversas Delegacias como membros da referida comissão. Ademais, houve incremento na Junta Administrativa de Recurso de Infração (JARI). Os resultados diretos dessa ação estão detalhados no quadro abaixo:

MÊS	CADA			JARI		
	Entrada	Saída*	Saldo**	Entrada	Saída*	Saldo**
Janeiro	177	158	1165	86	107	553
Fevereiro	169	198	1136	173	85	641
Março	144	91	1189	232	45	828
Abril	226	94	1321	76	1	903
Mai	174	433	1062	42	89	856

Junho	224	235	1051	50	228	678
Julho	266	295	1022	10	118	570
Agosto	272	273	1021	54	65	559
Setembro	187	189	1019	30	117	472
Outubro	171	253	937	103	44	531
Novembro	167	144	960	133	63	601
Dezembro	232	57	1135	86	33	654
Total	2409	2420	-	1075	995	-

- * No campo saída foi somado os processos analisados e os enviados para outros setores ou SR.
- ** O saldo do mês anterior está incluído.

A despeito da estratégia acima discriminada, que contempla o emprego de todos os meios disponíveis na Regional, é necessário destacar a necessidade da realização de investimentos em tecnologia de fiscalização eletrônica, principalmente nas áreas urbanas das rodovias onde o volume de veículos em trânsito é consideravelmente alto, o que em alguns trechos impossibilitam a realização de abordagens, bem como nos postos próximos às divisas estaduais.

2.5 - Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIA

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	30107	30107

Evolução das receitas e despesas

A.2.4 - Programação de Despesas Correntes – Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

A.2.5 - Programação de Despesas de Capital -Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109-DPRF	05811018120CI0001			R\$ 36.731,73
		200109-DPRF	06122075020000001	R\$ 10.544,14		R\$ 3.080.578,88
		200109-DPRF	06128066325240001			R\$ 239.775,36
		200109-DPRF	0618106632B110001			R\$ 1.974,00
		200109-DPRF	06181066327230001			R\$ 2.511.049,01
		200109-DPRF	06181066342900001			R\$ 16.573,77
		200109-DPRF	06181138686230001			R\$ 14.732,00
		200109-DPRF	06181138686980001			R\$ 866.335,99
		200109-DPRF	06183066328160001			R\$ 78.578,57
		200109-DPRF	06452066386920001			R\$ 733,46
		200109-DPRF	09272008901810001	R\$ 45.692,56		
		200109-DPRF	12362144940170001			R\$ 1.148,32
		200109-DPRF	14243007387870001			R\$ 20.710,22
200109-DPRF	26125146323460001			R\$ 101.360,21		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109-DPRF	06122075020000001	R\$ 195.278,08		
		200109-DPRF	06181066327230001	R\$ 18.398,60		
		200109-DPRF	06181066342900001	R\$ 35.258,97		
		200109-DPRF	06181112712OM0001	R\$ 69.216,00		
200109-DPRF		06181138686980001	R\$ 240.852,40			
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI2011

Análise Crítica:

Durante o exercício de 2011, ainda como reflexo da crise econômica iniciada no final de 2008, foram publicados o Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, e a Portaria GM nº 259, de 16 de março de 2011, que restringiram a concessão de diárias e passagens aéreas, dentre outras medidas, visando conter as despesas de custeio a fim de aumentar o superávit primário. Esta medida impactou fortemente a quantidade de deslocamentos de servidores a serviço, reduzindo o gastos com diárias. O Decreto nº 7.446/2011 vetou, ainda, investimentos em imóveis, como obras, construções, reformas e novas locações, o que impossibilitou esta unidade regional de contratar os serviços necessários à melhoria das instalações físicas de suas unidades administrativas e bases operacionais.

A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
- Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

2.6 - Execução Orçamentária

I - Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.6.1 -Conforme orientação contida na Consolidação das instruções operacionais que orientarão o preenchimento das partes A e B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009, os demonstrativos desse ponto só devem ser preenchidos pelas UJ que também são UO, que não é o nosso caso.

1 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	5.336.949,19	4.476.733,40	5.336.949,19	4.476.733,40
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	5.336.949,19	4.476.733,40	5.336.949,19	4.476.733,40
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	-	799.871,88	764.774,92	554.674,28
Dispensa	764.774,92	554.674,28	764.774,92	554.674,28
Inexigibilidade	182.953,89	245.197,60	182.953,89	245.197,60
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	4.144,50	2.745,10	4.144,50	2.745,10
Pagamento de Pessoal	1.158.923,63	1.387.620,27	1.158.923,63	1.387.620,27
Pagamento em Folha				
Diárias	1.158.923,63	1.387.620,27	1.158.923,63	1.387.620,27
Outras				
Totais	6.495.872,82	6.664.225,55	7.260.647,74	6.419.027,95

Fonte: SIAFI

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS: As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes à Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei nº 9.472/97, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 93.972/1986 e Portaria MPOG nº 265/2001.

2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 - Despesas de Pessoal	R\$ 56.236,70	R\$ 68.585,46	R\$ 56.236,70	R\$ 68.585,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
319008	R\$ 56.236,70	R\$ 68.585,46	R\$ 56.236,70	R\$ 68.585,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3 - Outras Despesas Correntes	7.011.859,50	6.391.518,39	6.353.033,45	5.894.744,65	751.994,62	468.986,11	6.353.032,55	5.888.788,17
339014	R\$ 1.230.129,69	R\$ 1.465.252,64	R\$ 1.158.923,63	R\$ 1.387.620,27	R\$ 77.632,37	R\$ -	R\$ 1.158.923,63	R\$ 1.387.620,27
339030	R\$ 1.658.302,19	R\$ 1.326.511,70	R\$ 1.315.417,30	R\$ 1.215.086,31	R\$ 342.884,89	R\$ 228.172,10	R\$ 1.315.417,30	R\$ 1.215.086,31
339033	R\$ 240.524,31	R\$ 278.534,35	R\$ 214.518,29	R\$ 165.601,85	R\$ 112.932,60	R\$ 5.813,96	R\$ 214.518,29	R\$ 160.585,37
339037	R\$ 1.827.820,80	R\$ 1.419.526,28	R\$ 1.827.820,80	R\$ 1.419.526,28	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.827.819,90	R\$ 1.419.526,28
339039	R\$ 1.773.772,43	R\$ 1.826.739,40	R\$ 1.584.533,77	R\$ 1.643.447,09	R\$ 189.054,34	R\$ 222.857,37	R\$ 1.584.533,77	R\$ 1.642.507,09
339047	R\$ 9.807,48	R\$ 9.075,66	R\$ 9.807,48	R\$ 9.075,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.807,48	R\$ 9.075,66
339092	R\$ 224.730,54	R\$ 4.194,92	R\$ 224.730,54	R\$ 4.194,92	R\$ -	R\$ -	R\$ 224.730,54	R\$ 4.194,92
339093	R\$ 4.042,06	R\$ 44.180,86	R\$ 4.042,06	R\$ 44.180,86	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.042,06	R\$ 44.180,86
339139	R\$ 42.730,00	R\$ 17.502,58	R\$ 13.239,58	R\$ 6.011,41	R\$ 29.490,42	R\$ 12.142,68	R\$ 13.239,58	R\$ 6.011,41
Totais	R\$ 7.068.096,20	R\$ 6.460.103,85	R\$ 6.409.270,15	R\$ 5.963.330,11	R\$ 751.994,62	R\$ 468.986,11	R\$ 6.353.032,55	R\$ 5.888.788,17

Fonte: SIAFI

3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	518.647,94	2.277.023,12	155.846,53	953.160,64	407.407,89	189.816,49	155.846,53	953.160,64
449051	-	44.606,48	44.606,48	-	-	44.606,48	44.606,48	-
449052	518.647,94	2.232.416,64	111.240,05	953.160,64	407.407,89	145.210,01	111.240,05	953.160,64
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	518.647,94	2.277.023,12	155.846,53	953.160,64	407.407,89	189.816,49	155.846,53	953.160,64

Fonte: SIAFI

Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

– Quanto às alterações significativas ocorridas no exercício:

Durante o exercício de 2011, ainda como reflexo da crise econômica iniciada no final de

2008, foram publicados o Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, e a Portaria GM nº 259, de 16 de março de 2011, que restringiram a concessão de diárias e passagens aéreas, dentre outras medidas, visando conter as despesas de custeio a fim de aumentar o superávit primário. Esta medida impactou fortemente a quantidade de deslocamentos de servidores a serviço, reduzindo o gastos com diárias. O Decreto nº 7.446/2011 vetou, ainda, investimentos em imóveis, como obras, construções, reformas e novas locações, o que impossibilitou esta unidade regional de contratar os serviços necessários à melhoria das instalações físicas de suas unidades administrativas e bases operacionais.

III - Execução Orçamentária por Programa de Governo

Demonstrativo da da Execução Orçamentária por Programa de Governo - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO. Conforme redação constante na Consolidações das Instruções Operacionais que Orientarão o Preenchimento das Partes A e B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009, somente deverá ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), no nosso caso só a sede do DPRF tem esta responsabilidade.

2.7 - Indicadores Institucionais:

A violência constitui-se em um problema cujo grau de complexidade é consideravelmente alto. De fato, inúmeros fatores estão relacionados diretamente com a escalada desse fenômeno, a maioria dos quais foge à atribuições das polícias. As rodovias federais não estão distantes dessa realidade. Os números relativos às vítimas dos acidentes de trânsito, bem como os crimes praticados nessas vias ratificam essa situação.

No que pertine especificamente aos acidentes de trânsito, a diversidade de fatores relacionada ao problema exprime o alto grau de complexidade do fenômeno. Dentre esses fatores determinantes, podemos citar: o comportamento dos usuários, as condições da via (pavimento, sinalização, geometria da via), o clima, o aumento da frota de veículos, o aumento do número de condutores recém-formados, o grau de experiência dos condutores em relação à prática de direção em rodovias, o expressivo aumento da frota de motocicletas, a situação econômica do país, a opção política pelo transporte rodoviário de cargas, a carência de efetivo do órgão fiscalizador, dentre outros.

Com relação aos crimes praticados no âmbito das rodovias federais, a amplitude de sua complexidade, bem como as dificuldades para o seu enfrentamento, resguardadas as devidas proporções, não diferem da realidade verificada nos centros urbanos.

Nesse contexto de complexidade tão abrangente, a definição de indicadores que expressem as múltiplas variáveis correlacionadas com tais fenômenos não consiste tarefa de fácil realização.

Os Indicadores Institucionais desenvolvidos pela 11ª SRPRF/PE foram normatizados através da Portaria nº 49 – DG/DPRF/MJ e IN 02/2010 11SPRF/PE, que “Estabelece os Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais e nova metodologia de Avaliação de Desempenho Individual do efetivo operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.”

Em seu Artigo 1º a referida portaria estabelece os Indicadores de Desempenho como

sendo:

1. Percepção de Segurança;
2. Taxa de Variação de Acidentes;
3. Taxa de Mortalidade;
4. Procedimentos de Fiscalização.

Os indicadores acima apresentados foram detalhados no Relatório de Desempenho Operacional, item 2.4.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N 108/2010

Texto da DN: Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não houve na UJ o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, por conseguinte não ocorreu este evento no período

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N 108/2010

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2011

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2011	R\$ 5.956,48	R\$ 100,00	R\$ 5.856,48	0
2010	R\$ 5.956,48	0	R\$ 46.260,00	0
2009	R\$ 46.260,00	R\$ 528,23	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2011	R\$ 1.771.265,46	R\$ 176.675,77	R\$ 1.594.589,69	0
2010	R\$ 1.820.636,22	R\$ 106.673,60	R\$ 854.668,16	R\$ 0,00
2009	R\$ 614.196,72	R\$ 29.456,62	R\$ 1.681.980,10	R\$ 347.145,04
Observações:				

Análise crítica:

- 1- A meta da UJ quanto à não geração de restos a pagar não vem sendo alcançada em virtude da política do Ministério do Planejamento em manter uma sistemática de liberação de recursos para a aquisição de bens de capital no final do exercício e limitar as descentralizações para cobertura das despesas de custeio, com o objetivo de cumprimento das metas de superávit primário;

- 2- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ, no presente exercício, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores são inevitáveis quanto ao comprometimento das disponibilidades financeiras;
- 3- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro – não houve
- 4 – A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2010 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto – não há
- 5 – Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP – O exercício de 2011 foi marcado, mais uma vez, pela restrição de disponibilidade financeira, o que, absurdamente, reduz a credibilidade das entidades públicas juntos às empresas que compõem o potencial mercado fornecedor.

5 – RECURSOS HUMANOS

5. ITEM 5 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		420	5	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		420	5	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		419	5	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários		-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)		420	5	15

Fonte: SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cédidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1 – Lei 9.020/1995

2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	21 – Determinação Judicial
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	27

Fonte: SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal e CR – Corregedoria Regional

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	1	1	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1	1	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	1	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	35	35	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	36	36	1	1

Fonte: SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	30	159	162	56	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	30	159	162	56	12
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	2	12	18	1	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	-	-
2.3. Funções gratificadas	2	12	17	1	1
3. Totais (1+2)	30	159	162	56	12

Fonte:

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			02	03	172	242		1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas						35			
3. Totais (1+2)			02	03	172	242		1	

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	321	12
1.1 Voluntária	315	12
1.2 Compulsória	04	-
1.3 Invalidez Permanente	02	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	4	-
2.1 Voluntária	1	-
2.2 Compulsória	1	-
2.3 Invalidez Permanente	2	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	325	12

Fonte:

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	51	5
1.1. Integral	51	5
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	73	1
3. Total (1+2)	124	6

Fonte:

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte:

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	R\$ 42.876.529	R\$ 166.593	R\$ 3.628.368	R\$ 1.254.251	R\$ 2.422.713	R\$ 519.479			R\$ 195.812	R\$ 51.063.748
	2010	R\$ 43.953.435	R\$ 13.938	R\$ 3.662.669	R\$ 1.752.157		R\$ 873.115	R\$1.818.824	R\$ 25.255		R\$ 52.074.167
	2009	R\$ 40.694.577	R\$ 8.876	R\$ 3.534.164	R\$ 6.977.801		R\$ 769.681	R\$ 1.311.268			R\$ 53.296.366
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	R\$ 73.696	R\$ 92,91	R\$ 7.370	R\$ 2.457	R\$ 3.766,00				R\$ 721	R\$ 88.102
	2010	R\$ 79.627		R\$ 7.370	R\$ 2.457			171			R\$ 89.624
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	R\$ 16.168	R\$ 3.646			R\$ 1.216					R\$ 21.031
	2010	R\$ 13.608		R\$ 1.101				R\$ 912			R\$ 15.531
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	R\$ 63.264		R\$ 29.784	R\$ 4.323	R\$ 3.498				R\$ 363	R\$ 101.233
	2010	R\$ 10.544	R\$ 6.710		R\$ 1.347		R\$ 1.160	R\$ 304			R\$ 20.065
	2009	R\$ 68.923						R\$ 1.454			R\$ 70.377
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	R\$ 3.416.430	R\$ 19.175	R\$ 382.955	R\$ 98.257	R\$ 191.167	R\$ 26.396			R\$ 11.306	R\$ 4.145.689
	2010	R\$ 3.447.153	R\$ 123.384	R\$ 288.034	R\$ 118.207		R\$ 45.310	R\$ 137.823			R\$ 4.159.910
	2009	R\$ 3.401.138	R\$ 130.602	R\$ 298.836	R\$ 546.589		R\$ 31.136	R\$ 83.441			R\$ 4.491.743

Fonte:

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Não há ocorrência na unidade.					

Fonte:

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não houve ocorrência na unidade		

Fonte:

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
Não houve ocorrência no exercício			

Fonte:

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200113/00001							CNPJ: 00.394.494/0108-75						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	04/2007	05.529.153/0001-44	01/10/2011	01/10/2012			32	29			P
2009	V	O	07/2009	08.165.946/0001-10	30/01/2011	30/01/2012			22	22			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIPAC

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200113/00001							CNPJ: 00.394.494/0108-75						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	04/2007	05.529.153/0001-44	01/10/2011	01/10/2012			32	29			P
2007	6	O	04/2007	05.529.153/0001-44	01/10/2011	01/10/2012			1	1			P
2007	4	O	04/2007	05.529.153/0001-44	01/10/2011	01/10/2012			3	3			P
2007	7	O	04/2007	05.529.153/0001-44	01/10/2011	01/10/2012			2	2			P
2007	9	O	04/2007	05.529.153/0001-44	01/10/2011	01/10/2012			2	2			P
2007	14	O	04/2007	05.529.153/0001-44	01/10/2011	01/10/2012			24	24			P
2009	3	O	07/2009	08.165.946/0001-10	30/01/2011	30/01/2012			22	22			P
Observação: A unidade não tem competência para realização de concursos, sendo todos os procedimentos realizados pelo Departamento Central em Brasília-DF													
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.					
1. Conservação e Limpeza;		8. Reprografia;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.					
2. Segurança;		9. Telecomunicações;											
3. Vigilância;		10. Manutenção de bens móveis											
4. Transportes;		11. Manutenção de bens imóveis											
5. Informática;		12. Brigadistas											
6. Copeiragem;		13. Apoio Administrativo – Menores Aprendiz											
7. Recepção;		14. Outras											

Fonte: SIPAC

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108/2010.

Quadro de Detalhamento de Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência – Não Ocorreu no período para UJ.

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL POR CONTRATOS E CONVÊNIOS

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE VASCONCELOS DE SOUSA**, CPF nº633.242.534-20, **Policia Rodoviário Federal**, exercido na **11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salientamos que esta UJ durante o exercício de 2011 não teve convênios, contratos de repasse e termos de parceria com transferência de recursos, não utilizando portanto o Sistema de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Recife-PE, 23 de março de 2012.

Alexandre Vasconcelos de Souza
Chefe da Seção Administrativa e Financeira

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n 8.730 de 1 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento de bens e rendas.

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR Quantidade

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	0	1
	Entregaram a DBR	1	0	1
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	35
	Entregaram a DBR	0	0	35
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Seção de Recursos Humanos/UJ

Análise Crítica:

No exercício de 2011, houve apenas uma mudança de titularidade em cargos de confiança ou funções gratificadas, com a nomeação do novo Superintendente da UJ, através da Portaria DPRF 988/2011, cargo DAS 101.3. A maioria dos servidores ocupantes de funções gratificadas autorizou o acesso dos órgãos de controle externo aos seus dados fiscais.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 - não se aplica a essa UJ, pois ainda não há sistema de controle interno constituído na estrutura da UJ.

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada,				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	X				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	X				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais: A metodologia usada foi o conhecimento da estrutura do órgão tendo sido consultada a área Administrativa e Financeira e a área de Policiamento e Fiscalização.					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N 108, DE 24/11/2010

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <ul style="list-style-type: none"> Foi contratada empresa para realizar a coleta, o transporte e a destinação ecologicamente correta de dejetos. As licitações de pneus estão exigindo que os vencedores recolham e deem o destino correto para os inservíveis. 			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A totalidade das lâmpadas adquiridas foram econômicas. 					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Foram adquiridos papéis reciclados contudo em pequena proporção quando comparado com os demais. 		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? As aquisições de veículos desta UJ é centralizada no Departamento central em Brasília-DF, logo não há como certificar a inclusão desse procedimento. 	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? - Através de comunicações oficiais.			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. ITEM 11 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PE-PERNAMBUCO	23	24
	2331- BELÉM DE SÃO FRANCISCO	1	1
	2357 – CABO DE STO AGOSTINHO	1	1
	2379 – CARPINA	1	1
	2381 – CARUARU	1	1
	2413 – FLORESTA	1	1
	2419 – GARANHUNS	1	1
	2427 – GRAVATÁ	1	1
	2435 – IGARASSU	1	1
	2487 – MORENO	1	1
	2497 – OURICURI	1	1
	2521 – PETROLINA	3	3
	2529 – QUIPAPA	1	1
	2531 – RECIFE	3	3
	2535 – RIBEIRÃO	0	1
	2543 – SALGUEIRO	1	1
	2551 – SANTA Mª DA BOA VISTA	1	1
	2561 – SÃO CAITANO	1	1
	2577 – SERRA TALHADA	2	2
	2581 – SERTANIA	1	1
	Subtotal Brasil	23	24
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	23	24

Fonte: SPIUNET

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PE-PERNAMBUCO	1	1
	2531-RECIFE	1	1
	UF “n”	0	0
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte:

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200113	233100004500-4	21	4	62.084,43	29/07/05		0,00	0,00
200113	235700163500-3	21	3	148.559,18	29/07/05		0,00	0,00
200113	237900004500-9	21	4	107.093,41	29/07/05		0,00	0,00
200113	238100012500-4	21	6	90.413,97	29/07/05		0,00	0,00
200113	241300029500-9	21	4	47.006,78	29/07/05		0,00	0,00
200113	241900030500-3	21	3	54.035,74	29/07/05		0,00	0,00
200113	242700004500-2	21	3	58.500,99	29/07/05		0,00	0,00
200113	243500009500-0	21	4	33.998,61	29/07/05		0,00	0,00
200113	248700004500-6	21	4	70.187,51	29/07/05		0,00	0,00

200113	249700017500-4	21	4	34.000,88	29/07/05		0,00	0,00
200113	252100059500-0	21	6	49.773,97	29/07/05		0,00	0,00
200113	252100060500-5	21	3	148.559,18	29/07/05		0,00	0,00
200113	252100061500-0	21	6	33.998,61	29/07/05		0,00	0,00
200113	252900006500-6	21	6	34.000,38	29/07/05		0,00	0,00
200113	253100521500-8	21	4	52.865,18	29/07/05		0,00	0,00
200113	253100695500-5	21	3	49.959.388,83	30/10/08		0,00	0,00
200113	253100696500-0	21	4	2.999.517,86	09/08/01		0,00	0,00
200113	254300024500-0	21	6	27.958,96	29/07/05		0,00	0,00
200113	255100044500-0	21	4	27.901,06	29/07/05		0,00	0,00
200113	256100004500-9	21	3	65.252,59	29/07/05		0,00	0,00
200113	257700214500-7	21	7	148.559,18	29/07/05		0,00	0,00
200113	257700215500-2	21	4	64.564,27	29/07/05		0,00	0,00
200113	258100002500-2	21	4	47.006,78	29/07/05		0,00	0,00
			TOTAL	54365228,35			0,00	0,00
Total	0	0	Total	0	0	Total	0	0
Fonte: SPIUNET							Fonte: : SPIU NET	Fonte: SPIUNE T

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Análise Crítica:

O Decreto nº 7.446/2011 vetou investimentos em imóveis, como obras, construções, reformas e novas locações, o que impossibilitou esta unidade regional de contratar os serviços necessários à melhoria das instalações físicas de suas unidades administrativas e bases operacionais.

Para o exercício de 2012 estão previstas a regularização cartorial dos imóveis da 11ª SRPRF – PE, a contratação de serviços de manutenção predial e a contratação de projetos executivos para construção, reformas e ampliações de algumas unidades da UJ, incluindo o prédio onde atualmente funciona a sede e as futuras instalações.

12. ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					

4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	3 servidores + 1 terceirizado				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		x			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N 108, DE 27/10/2011

Informações sobre a utilização de cartão de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n 5.355/2005 e 6.370/2008.

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2009	2010	2011
R\$ 2.986,72	R\$ 2.745,20	R\$ 4.144,50

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
SF 001-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Rejane de Sá Ribeiro Arruda CPF 02714284493	R\$ 1.997,29
SF 001-339039-Serviços			R\$ 863,80
SF 002-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400	R\$ 1.006,32
SF 002-339039-Serviços			R\$ 469,80
SF 003-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 1º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Rejane de Sá Ribeiro Arruda CPF 02714284493	R\$ 597,90
SF 003-339039-Serviços			R\$ 150,00
SF 004-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400	R\$ 475,92
SF 004-339039-Serviços			R\$ 0,00
SF 005-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400	R\$ 280,44
SF 005-339039-Serviços			R\$ 13,95
SF 006-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Nelson Jerônimo Filho CPF 70480257434	R\$ 1.347,67
SF 006-339039-Serviços			R\$ 120,84
SF 007-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400	R\$ 955,05
SF 007-339039-Serviços			R\$ 23,60
SF 008-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400	R\$ 467,30
SF 008-339039-Serviços			R\$ 132,34
SF 009-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400	R\$ 724,51
SF 009-339039-Serviços			R\$ 299,75
SF 010-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto para leilão de viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Nelson Jerônimo Filho CPF 70480257434	R\$ 0,00
SF 010-339039-Serviços			R\$ 142,65
SF 011-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400	R\$ 415,13
SF 011-339039-Serviços			R\$ 68,04
SF 012-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Nelson Jerônimo Filho CPF 70480257434	R\$ 1.350,28
SF 012-339039-Serviços			R\$ 799,68
SF 013-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Nelson Jerônimo Filho CPF 70480257434	R\$ 456,06
SF 013-339039-Serviços			R\$ 43,33
SF 014-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	Nelson Jerônimo Filho CPF 70480257434	R\$ 1.011,60
SF 014-339039-Serviços			R\$ 0,00

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
T O T A L I S			R\$ 14.213,63
2 0 0 9 / 2 0 1 1			

LIMITES SUPRIMENTO DE FUNDOS 2011

SUPRIDO	Nº ___/2011	LIMITE TOTAL	COMPRAS	SERVICOS
ALBERTO RODRIGO FERNANDES CARICIO	1	R\$ 1.100,00	R\$ 800,00	R\$ 300,00
NELSON JERONIMO FILHO	2	R\$ 1.100,00	R\$ 800,00	R\$ 300,00
NELSON JERONIMO FILHO	3	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 500,00
NELSON JERONIMO FILHO	4	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 600,00

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

2009	2010	2011
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2011

Descrição da ocorrência	J u s t i f i c a t i v a	Responsável	Valor
Não houve			R\$ 0,00
T O T A L			R\$ 0,00

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N 108/2010

Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, bem como sobre as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias. N'AO HOUE OCORRÊNCIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2010 – NÃO SE APLICA PARA ESTA UJ.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N 108/2010

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Síntese da providência adotada:	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL					Ñ SE APLICA
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	500.088/1998-5	37/2006	09/06/01	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PE					Ñ SE APLICA
Descrição da Deliberação:					
9.6. determinar à 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Estado de Pernambuco: 9.6.1. que regularize a situação dos veículos doados a outras instituições junto ao Detran/PE, agindo no sentido, se for o caso, de que os donatários sanem as pendências financeiras que possam indevidamente ser atribuídas à Polícia Rodoviária Federal, ou seja, aquelas referentes ao período compreendido entre a doação e a respectiva alteração do registro de veículos automotores					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL					Ñ SE APLICA
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Aguardando instauração e resultado da propositura de demanda judicial pela AGU. Em 17/08/2010, o processo foi encaminhado, através do Ofício nº 1.326/2010 (ANEXO I), para a AGU a fim de serem adotadas medidas judiciais com vistas à regularização comandada. Como não obtivemos resposta, foi enviado, em 07/02/2011, o Ofício nº 215/2011 (ANEXO II), solicitando informações atualizadas sobre a demanda. Até esta data, não obtivemos resposta da AGU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A demanda foge à vontade do gestor, pois, não há como o Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco realizar a baixa da responsabilidade diante da caracterização do problema. Logo, dependemos de comando judicial para a completa solução.					

15.1 - Recomendações do OCI atendidas no exercício - **Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.**

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada																		
Denominação completa:			Código SIORG															
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA															
Recomendações do OCI																		
Recomendações expedidas pelo OCI																		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida															
201112763/01			04/10/11															
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG															
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA															
Descrição da Recomendação:																		
<p>1) Disponibilizar os processos nº 05000142008 (Empenho 2011NE800002), 2007PR00003 (2011NE800023) e o processo nº 2007PR0003 (2011NE800041), nos quais devem constar, no mínimo:</p> <p>a) planos de trabalho;</p> <p>b) projeto básico;</p> <p>c) edital;</p> <p>d) proposta vencedora;</p> <p>e) contratos correspondentes juntamente com os aditivos e apostilamentos, se houver;</p> <p>f) portaria de nomeação do gestor do contrato bem como os relatórios de registros da ocorrência emitidos;</p> <p>g) processos de pagamentos realizados no exercício 2011, contendo, no mínimo: notas fiscais, folha de pagamento e documentos emitidos pelo SEFIP, comprovantes de recolhimento do INSS e FGTS, Ordens bancárias emitidas, memória de cálculos das retenções efetuadas, etc;</p> <p>2) Disponibilizar os processos de pagamento de despesas de exercícios anteriores correspondentes aos gastos relacionados às Notas de Empenho nº 2011NE800002, 2011NE800003, 2011NE800001 e 2011NE800125, contendo, no mínimo:</p> <p>a) justificativas de despesas de exercícios anteriores com a motivação do registro de ocorrência (identificando a ocorrência na tabela abaixo com os incisos do artigo 22 do Decreto 93872/86), independente da vontade do Ordenador de Despesas, por tratar-se:</p> <p>a1) Inciso I – de despesas que não se tenha processado na época própria. Aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que dentro do prazo estabelecido o credor tenha cumprido sua obrigação;</p> <p>a2) Inciso II – de despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor, foi destinada a despesas do exercício;</p> <p>a3) Inciso III – de despesas cujo compromisso financeiro foi reconhecido após o encerramento do exercício.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nota de Empenho</th> <th>Fornecedor</th> <th>Inciso do art. 22 do Dec. 93873/86</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011NE800002</td> <td>?</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2011NE800003</td> <td>?</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2011NE800001</td> <td>?</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2011NE800125</td> <td>?</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>b) notas fiscais, folha de pagamento e documentos emitidos pelo SEFIP;</p> <p>c) comprovantes de recolhimento do INSS e FGTS;</p> <p>d) Ordens bancárias emitidas juntamente com as memórias de cálculos das retenções efetuadas, etc;</p> <p>3) Solicitamos que sejam disponibilizados os processos de empenhos inscritos em 2010 como restos a pagar não processados, conforme tabela a seguir, acompanhados com as seguintes informações/documentos:</p> <p>3.1) Documentos que possam comprovar a vigência do prazo de entrega das mercadorias ou da vigência do contrato de serviços na ocasião do encerramento do exercício, os quais levaram ao enquadramento a cada inciso do ar. 35 do Decreto 93.872/86:</p> <p>a) dos contratos ou outros instrumentos que os substituam e seus aditivos;</p> <p>b) dos editais ou equivalentes, para os casos em que não há contrato; e</p> <p>c) das ordens de serviço, quando for o caso;</p> <p>3.2) Informar para cada empenho da relação abaixo os incisos do art. 35 do Decreto 93.872/86, bem como apresentar justificativas para os casos de empenhos cujos bens ou serviços ultrapassaram o prazo de vigência do serviço ou da</p>				Nota de Empenho	Fornecedor	Inciso do art. 22 do Dec. 93873/86	2011NE800002	?		2011NE800003	?		2011NE800001	?		2011NE800125	?	
Nota de Empenho	Fornecedor	Inciso do art. 22 do Dec. 93873/86																
2011NE800002	?																	
2011NE800003	?																	
2011NE800001	?																	
2011NE800125	?																	

entrega da mercadoria, mas estava em curso a liquidação da despesa, ou era de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor (inciso II), no momento da inscrição:

Nota de Empenho	Natureza da Despesa	Valor (R\$)	Inciso do art. 35
2010NE900855	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	554.870,00	
2010NE900806	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	348.000,00	
2010NE900807	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	114.000,00	
2010NE900808	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	106.600,00	
2010NE900835	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	88.348,00	
2010NE900804	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	62.461,68	
2010NE900034	MATERIAL DE CONSUMO	59.904,90	
2010NE900757	OBRAS E INSTALAÇÕES	44.606,48	
2010NE900026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	40.981,50	
2010NE900869	MATERIAL DE CONSUMO	30.686,00	
2010NE900017	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	24.355,90	
2010NE900588	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	23.792,78	
2010NE000011	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	20.074,11	
2010NE900018	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	19.868,22	
2010NE900636	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.454,00	

3) Solicitamos que sejam disponibilizados os processos inscritos como restos a pagar processados, conforme tabela a seguir, justificando (com comprovação documental) o motivo do não pagamento de cada empenho dentro do exercício de 2010, haja vista que esses já tinham sido liquidados:

Nota de Empenho	Natureza da Despesa	Valor (R\$)
2010NE900435	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.061,48

4) Informar se houve cancelamento de restos a pagar não processados e caso positivo, informar os motivos legais que ensejaram esses cancelamentos.

5) Solicitamos informar a existência de suficiente disponibilidade de caixa para o pagamento das obrigações assumidas nos dois quadrimestres de 2010, cujas parcelas foram ou serão pagas no exercício de 2011; e

- 6) Informar se o órgão setorial do SIAFI ao qual a UG está vinculada estabeleceu limites para pagamento de restos a pagar de que trata o Decreto 7.94, de 3 de fevereiro de 2010 e, caso positivo, anexar a comprovação do cumprimento dos mesmos

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira/Núcleo de Orçamento e Finanças	Não se aplica
Síntese da providência adotada:	

Informamos a Vossas Senhorias que os processos dos empenhos 2011NE800002, 2011NE800003 e 2011NE8000041 se referem ao contrato celebrado entre a 11.ª SRPRF/PE e a SEMPRESERV TERCEIRIZAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. EPP, CNPJ: 05.529.153/0001-44, empresa prestadora de serviço de terceirização de apoio administrativo, limpeza e conservação. Tal processo foi encaminhado à AGU para procedimento de repactuação no dia 26/09/11, às 8h20min, conforme Relatório de Movimentação de Processo apresentado em anexo.

Seguem cópias dos empenhos com as seguintes observações:

- Os empenhos 2 e 3 também se encontram no processo 08.654.000.083/2011-15, que foi disponibilizado para análise também no item 02;

- O empenho 41 consiste no empenho de abertura com o valor simbólico de R\$ 5,00 (cinco reais). Valores simbólicos são descentralizados pelo DPRF (Departamento de Polícia Rodoviária Federal) no começo do ano, para que possamos abrir todos os empenhos de contratos continuados da Unidade Gestora, conforme Nota de Crédito 2011NC000422, de 25 de janeiro/2011, em anexo. A sistemática é a seguinte: nós recebemos esse crédito no começo do ano e vamos reforçando os empenhos mensalmente à medida em que vão sendo descentralizados os recursos pelo DPRF. **NÃO RECEBEMOS RECURSOS DE UMA ÚNICA VEZ PARA TODO O EXERCÍCIO;**

- No tocante aos itens **1.a, 1.b, 1.c., 1.d e 1.e**, encaminhamos um CD em anexo contendo todo o histórico da contratação da empresa SEMPRESERV. Tão logo recebamos o processo físico da AGU, encaminhá-lo-emos;

- Relativamente ao item **1.f**, encaminhamos as portarias n.º 220, de 16/10/2007, n.º 222, de 15/08/2008, e n.º 341, de 08/11/2010, já publicadas nos respectivos Boletins de Serviço da Regional;

- Em relação ao item **1.g**, seguem os processos abaixo discriminados, referentes a pagamentos de despesas do exercício de 2011:

N.º do Processo	Mês	Dia do pagamento
Proc. n.º 08654000392/2011-95	JANEIRO/2011	09/03/2011
Proc. n.º 08654000392/2011-95	JANEIRO/2011	24/03/2011
Proc. n.º 08654000983/2011-62	FEVEREIRO/2011	25/03/2011
Proc. n.º 08654000983/2011-62	FEVEREIRO/2011	08/04/2011
Proc. n.º 08654001621/2011-99	MARÇO/2011	11/04/2011
Proc. n.º 08654001621/2011-99	MARÇO/2011	04/05/2011
Proc. n.º 08654002143/2011-34	ABRIL/2011	13/05/2011
Proc. n.º 08654002698/2011-86	MAIO/2011	15/06/2011
Proc. n.º 08654002698/2011-86	MAIO/2011	27/06/2011
Proc. n.º 08654003479/2011-14	JUNHO/2011	12/07/2011
Proc. n.º 08654003479/2011-14	JUNHO/2011	13/07/2011
Proc. n.º 08654004033/2011-15	JULHO/2011	10/08/2011
Proc. n.º 08654004683/2011-52	AGOSTO/2011	05/09/2011

- As ordens bancárias e retenções estão transcritas nas capas dos processos e podem ser consultadas no sistema SIAFI através dos comandos >CONOB, >CONDARF, >CONGPS e >CONDAR.

- Alguns processos, conforme verificado, foram pagos em datas diferentes, uma vez que ao longo do ano, estamos tendo problemas de orçamentário e financeiro. Caso seja necessário confirmar o exposto ora relatado, verificar a observação das ordens bancárias concomitantemente com a movimentação das contas **292110000 (Crédito Disponível)** e **112160400 (Limite de Saque com Vinculação de Pagamento)**. Para exemplificar, anexamos a **OB 2011OB800108**.

ITEM 02 – Caput

Disponibilizamos os processos e as portarias dos fiscais dos respectivos contratos (LISERV e TICKET CAR), conforme abaixo indicado:

Empenhos	Fornecedor	Processos
2011ne800002 e 2011ne800003	SEMPRESERV	08.654.000.083/2011-15
2011ne800001	LISERV	08.654.000.084/2011-60
2011ne800125	TICKET CAR	08.654.001.391/2011-68 apensado a 08.654.000.405/2011-26

A respeito do item **2.a**, as justificativas das despesas de exercícios anteriores constam no bojo dos processos supramencionados. No entanto, cremos tratarem-se todas as situações do Inciso III, do Art. 22 do Decreto 93.872/86. Segue a tabela abaixo:

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
201112763/02			04/10/11
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA
Descrição da Recomendação:			
<p>Em função dos exames de auditoria que estão sendo realizados no âmbito dessa Unidade no Estado de Pernambuco, solicitamos determinar aos setores envolvidos que forneçam formalmente as informações ou justificativas, por meio de expediente encaminhado aos servidores designados para realização dos trabalhos, bem como para os seus e-mail geronimo.barbosa@cgu.gov.br ou rildo.leitao-junior@cgu.gov.br:</p> <p>1) Disponibilizar justificativas para as seguintes impropriedades relacionadas ao Processo nº 08.654.002.325/1007 - Processo de Origem 2007PR00003, cujos pagamentos em 2011 estão sendo suportados pelos Empenhos 2011NE800041 e 2011NE800123, tendo como favorecida a empresa SempreServ Terceirização Ltda, CNPJ 05529153/0001-44, contratada como resultado do Pregão Eletrônico nº 003/2007, que resultou no Contrato nº 004/2007:</p> <p>a) o plano de trabalho não foi encontrado no processo mencionado, o que resultou em grande dificuldade para aprovação do Edital do Pregão pela AGU, conforme está relatado no item “d” do Parecer NAJ/Recife/PE nº 492/2007, quando solicita justificativa para a pretendida contratação, que é um dos itens do Plano de Trabalho próprio para orientar a caracterização do objeto e evidenciar as vantagens para a Administração e sua economicidade e definir diretrizes para a elaboração do projeto básico, bem como os itens a seguir, conforme o parágrafo 3º do art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 02/2008:</p> <p>a1) Justificativa para a necessidade dos serviços;</p> <p>a2) relação entre demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada;</p> <p>a3) demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.</p> <p>b) não levou em conta o levantamento de mão-de-obra no Termo de Referência (Projeto Básico) 01 (um) motorista e 02 (duas) agentes administrativas que fazem parte do quadro de pessoal permanente;</p> <p>c) foram contratados serviços diversos em um mesmo contrato, tais como limpeza e conservação, copeira, telefonista, motorista, recepcionista, quando o art. 3º da supramencionada IN determina que: “serviços distintos devem ser licitados e contratados separadamente, ainda que o prestador seja vencedor de mais de um item ou certame”.</p> <p>d) não foram disponibilizados os relatórios de registros da ocorrência emitidos pelo fiscal do contrato;</p> <p>e) justificar por que não está sendo cumprido o Contrato 04/2007 no que se refere ao item 22.8 – DO PAGAMENTO, haja vista que os pagamentos realizados estão demorando bastante para serem atestados e estão sendo pagos com mais de 5 dias de atraso, sem os acréscimos dessa Cláusula Contratual, conforme pode ser observado a seguir, que diz: “será efetuado por meio de ordem bancária até o 5º dia útil contado a partir da data de apresentação da respectiva nota fiscal”.</p> <p>f) ausência da portaria de designação do pregoeiro no processo de licitação;</p> <p>g) ausência do comprovante de publicação em jornal de grande circulação nacional, haja vista o valor total da aquisição, levando em conta a possibilidade de durar até 60 meses.</p> <p>h) foram realizadas as despesas através dos empenhos 2011NE800004 e 2011NE800123 sem o prévio empenho dos créditos orçamentários.</p>			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira/Núcleo de Orçamento e Finanças	Não se aplica
Síntese da providência adotada:	
<u>ITEM 01 - a1</u>	
<p>Informamos a Vossas Senhorias que a justificativa para a necessidade dos serviços foi anexada aos autos do processo nº 08.654.002.2325/2007, às folhas 909, conforme cópia anexa.</p>	
<u>ITEM 01 – a2</u>	
<p>A relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço contratada está relatada no Termo de Referência, localizado às folhas 03 a 24 do referido processo, cuja cópia segue anexa, onde constam os vinte e três locais de execução com suas respectivas áreas internas e subdivisões e áreas externas, o dimensionamento da quantidade de materiais de serviços gerais a serem utilizados mensalmente e a descrição dos serviços a serem executados e sua periodicidade.</p>	
<u>ITEM 01 – a3</u>	
<p>Não foi feito estudo ou planejamento, com definição de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, relacionado com o contrato de terceirização em comento.</p> <p>Após dimensionamento da mão-de-obra e dos recursos necessários e adjudicação à empresa vencedora, os termos aditivos de repactuação e renovação foram assinados sempre precedidos de demonstração de vantajosidade e após parecer favorável da Advocacia-Geral da União.</p> <p>O contrato firmado sofre fiscalização quanto ao seu cumprimento, consoante o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme portaria anexa.</p>	
<u>ITEM 01 – b</u>	
<p>Os serviços realizados pelos funcionários terceirizados não guardam relação com as atribuições do cargos dos servidores administrativos.</p> <p>Os funcionários terceirizados executam trabalhos de menor complexidade, mas não menos importantes à consecução dos objetivos da instituição, como reprografia, edição de memorandos e documentos afins simples e rotineiros, triagem no atendimento ao público etc.</p> <p>Há um servidor nos quadros da 11ª SRPRF – PE que ocupa o cargo de Motorista Oficial e que tem a atribuição de conduzir viaturas de maior porte e caracterizadas com a padronização policial do DPRF, como as viaturas de Resgate e de apreensão de animais.</p> <p>Os motoristas terceirizados desempenham as funções de condução das viaturas de menor porte, descaracterizadas, de representação e de serviços de entrega e recebimento de documentos.</p> <p>Convém, ainda, lembrar que ainda não houve no âmbito do DPRF concurso para provimento de cargos diversos do de Policial Rodoviário Federal, razão pela qual temos nos quadros desta unidade regional apenas três servidores efetivos de cargos diversos, os quais foram redistribuídos de outros órgãos da Administração Federal para o DPRF.</p>	
<u>ITEM 01 – c</u>	
<p>O Pregão que originou o presente contrato foi realizado em 17/08/2007, e o contrato foi assinado em 25/09/2007 e publicado em 26/09/2007, datas anteriores à entrada em vigor da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, sendo os referidos atos regulados à época pela Portaria MPOG nº 18, de 22/12/1997.</p>	
<u>ITEM 01 – d</u>	
<p>Os relatórios de registros das ocorrências estão sendo providenciados pelos fiscais do contrato para anexação ao processo 08.654.002.325/2007.</p>	
<u>ITEM 01 – e</u>	

A 11ªSRPRF/PE está intimamente vinculada ao gerenciamento orçamentário e financeiro realizado pela Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário instalada na Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF. O DPRF, por sua vez, está vinculado ao gerenciamento orçamentário e financeiro realizado pelo Ministério da Justiça e só provisiona nossa Unidade após a liberação do MJ que, não diferentemente de outros Ministérios, está limitado pelos decretos de contingenciamento emitidos pelo Poder Executivo.

Assim, em relação ao Contrato 04/2007, os pagamentos estão sendo realizados em atraso devido à falta de descentralização recursos financeiros por parte de nossa Unidade Central, o DPRF. Ademais, há casos em que recebemos apenas parte das solicitações de recursos financeiros, sendo necessário fazer a gestão de quais pagamentos (despesas já liquidadas) serão realizados em detrimento de outros. Como o valor contratual mensal é alto, existem situações em que efetuamos o pagamento parcial do Contrato, como por exemplo, o pagamento da fatura de apoio administrativo, ficando a fatura referente à limpeza e conservação para pagamento quando da chegada do recurso financeiro. Dessa forma, não há alternativas para esta unidade a não ser pagar essas faturas em atraso, devido à insuficiência de recursos financeiros.

ITEM 01 – f

As portarias que designaram os responsáveis pela fiscalização da execução contratual foram anexadas ao processo 08.654.002.325/2007.

A publicação do aviso de licitação em jornal de grande circulação, à época da licitação, será anexada aos autos do processo processo 08.654.002.325/2007.

ITEM 01 – g

Houve um lapso de tempo considerável para a confecção das notas de empenho. Este equívoco não se repetirá nos próximos exercícios. Entretanto, não houve perdas para a administração nem para a contratada, tendo em vista que se trata de um contrato continuado e que se encontra vigente. Em relação à nota de empenho 2011NE800123, quando da confecção da mesma, o subitem utilizado não constava mais na tabela SIASG. Dessa forma, tivemos que entrar em contato com a Setorial Contábil em Brasília-DF para explicar a situação e resolver o problema. Por isso, houve um lapso de tempo maior em relação à nota de empenho 211NE800041.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
201112763/03			04/10/11
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código

	SIORG
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL	NÃO SE APLICA
Descrição da Recomendação:	
<p>Em função dos exames de auditoria que estão sendo realizados no âmbito dessa Unidade no Estado de Pernambuco, solicitamos determinar aos setores envolvidos que forneçam formalmente as informações ou justificativas, por meio de expediente encaminhado aos servidores designados para realização dos trabalhos, bem como para os seus e-mail geronimo.barbosa@cgu.gov.br ou rildo.leitao-junior@cgu.gov.br:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Justificar o registro contábil na natureza de despesa “despesas de exercícios anteriores” dos empenhos nº 2011NE800002, 2011NE800003, 2011NE800001 e 2011NE800125, tendo em vista as despesas pertinentes não se enquadram no caráter definido no art. 22 do Decreto nº 93.872/1986, o qual estabelece como condição para a contabilização nessa natureza de despesa o não processamento da despesa na época própria. Todas as despesas realizadas por meio dos empenhos citados foram processadas na época própria, por tratarem-se de despesas de caráter continuado, conforme notas fiscais emitidas pelos prestadores de serviços no exercício de 2010. 2) Foi observado que os gestores da unidade emitiram os empenhos nº 2011NE800002, 2011NE800003 para pagamento de despesas processadas no exercício de 2010, conforme notas fiscais nº 00005655 e 0005656, emitidas em 20/12/2010, pelo fornecedor Sempre Serv Terceirização e Comércio Ltda EPP, em decorrência do contrato nº 04/2007. Portanto, os gestores utilizaram recursos orçamentários e financeiros alocados ao exercício de 2011 para o pagamento de despesas processadas no final do exercício de 2010. Conforme consultas realizadas no SIAFI, especificadas abaixo, foi verificado que os gestores emitiram, no exercício de 2010, à empresa Sempre Serv Terceirização e Comércio Ltda EPP empenhos no montante de R\$ 995.031,80, importância suficiente para o pagamento das obrigações contratuais do exercício de 2010, correspondente a R\$ 989.280,88, conforme termos aditivos 3º e 5º. Também a partir de informações extraídas do SIAFI, foi observado que os gestores emitiram as ordens bancárias indicadas a seguir ao contratado, vinculadas aos empenhos informados, no montante de R\$ 760.439,24, restando um saldo de empenhos emitidos e não pagos de R\$ 234.592,56. Diante do exposto, justificar: <ol style="list-style-type: none"> 2.1. O pagamento de despesas processadas em 2010 com recursos orçamentários e financeiros alocados ao exercício 2011, quando havia saldo de dotação orçamentária (empenhos emitidos) no valor de R\$ 234.592,56 (R\$ 995.031,80 – R\$ 234.592,56), suficiente para o pagamento das notas fiscais nº 00005655 e 00005656. 2.2. A ausência de inscrição em restos a pagar, no final do exercício de 2010, do saldo orçamentário verificado em relação aos empenhos 2010NE900020 e 2010NE900109, correspondentes a R\$ 234.592,56 (R\$ 995.031,80 – R\$ 234.592,56). 3) Foi observado que os gestores da unidade emitiram os empenhos nº 2011NE800001, no valor de R\$ 96.850,32, para pagamento de despesas processadas no exercício de 2010, conforme nota fiscal nº 4453, emitida em 30/12/2010 pelo fornecedor Liserve Vigilância e Transporte de Valores Ltda, em decorrência do contrato nº 07/2009. Portanto, os gestores utilizaram recursos orçamentários e financeiros alocados ao exercício de 2011 para o pagamento de despesas processadas no final do exercício de 2010. Conforme consultas realizadas no SIAFI, especificadas abaixo, foi verificado que os gestores emitiram, no exercício de 2010, à empresa fornecedora Liserve Vigilância e Transporte de Valores Ltda. Empenhos no montante de R\$ 424.494,48, importância insuficiente para o pagamento das obrigações contratuais do exercício de 2010, correspondente a R\$ 473.957,46, conforme termos aditivos nº 2º e 4º. Também a partir de informações extraídas do SIAFI, foi observado que os gestores emitiram as ordens bancárias indicadas abaixo ao contratado, vinculadas aos empenhos indicados no montante R\$ 316.457,65, restando um saldo de empenhos emitidos e não pagos de R\$ 108.036,83. Diante do exposto, justificar: <ol style="list-style-type: none"> 3.1. A insuficiência de recursos orçamentários para atender às despesas contratuais referentes ao contrato nº 07/2009, no exercício de 2010, correspondente a R\$ 473.957,46, tendo em vista que o montante de empenhos emitidos foi de R\$ 424.494,48. 3.2. A ausência de inscrição em restos a pagar, no final do exercício de 2010, do saldo orçamentário verificado em relação ao empenho 2010NE900019, correspondentes a R\$ 108.036,83 (R\$ 424.494,48 – R\$ 316.457,65). 4) Foi constatado que os gestores da unidade emitiram os empenhos nº 2011NE800125, no valor de R\$ 10.025,57, para pagamento de despesas processadas no exercício de 2010, conforme notas fiscais nº 295985 e 295987, emitidos em 01/01/2011, pela TICKET Serviços S/A, em decorrência do contrato nº 34/2008. 	

Portanto, os gestores utilizaram recursos orçamentários e financeiros alocados no exercício de 2011 para o pagamento de despesas processadas no final do exercício de 2010.
 Conforme consultas realizadas no SIAFI, especificadas abaixo, foi verificado que os gestores emitiram no exercício de 2010, à empresa contrata, empenhos no montante de R\$ 761.898,62, importância insuficiente para o pagamento das obrigações contratuais do exercício de 2010, correspondente a R\$ 948.845,91, conforme termos aditivos 1º e 2º do contrato.
 Também a partir de informações extraídas do SIAFI, foi observado que os gestores emitiram as ordens bancárias indicadas abaixo ao contratado, vinculadas aos empenhos indicados, no montante de R\$ 766.769,11. Diante do exposto, justificar:

4.1. A insuficiência de recursos orçamentários para atender às despesas contratuais referentes ao contrato nº 34/2008, no exercício de 2010, correspondente a R\$ 948.845,91, tendo em vista que o montante de empenhos emitidos foi de R\$ 761.898,62.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira/Núcleo de Orçamento e Finanças	Não se aplica

Síntese da providência adotada:

ITEM 01

Inicialmente, ao cumprimentar essa equipe de auditores, cabem tecer breves considerações acerca da sistemática adotada por esta UG em relação aos pagamentos de fornecedores:

1- Todos os valores gastos com contratos continuados são informados à Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário - DIPLAN/DPRF, seção do DPRF responsável pela descentralização orçamentária para esta UG, a fim de que esta aloque recursos junto ao Ministério da Justiça. Tais contratos estão disponíveis no **SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, em anexo.**

2 – A DIPLAN descentraliza recursos mensalmente para os contratos. **Ela não disponibiliza toda a dotação anual de uma única vez.** Nossa UG solicitava por meio de **MSG SIAFI COMUNICA (exemplos em anexo)**, tais recursos. No entanto, por razões de contingenciamentos sofridos pelo DPRF, nem sempre o valor solicitado é descentralizado por aquela DIPLAN.

3 - Quando necessitamos de repactuação contratual, o DPRF fornece a necessária **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**. Todas as disponibilidades orçamentárias fazem parte dos autos processuais dos respectivos contratos. Só depois disso, encaminhamos o processo para apreciação da AGU.

Feito esse introyto e analisando a movimentação das contas 292110100 e 112160400 de 2010, bem como as NOTAS DE CRÉDITO DO DPRF e COMUNICA efetuados, entendemos o porque dos pagamentos não terem sido efetuados na época devida. **Decorreu justamente da não descentralização orçamentária do DPRF, o que fez com que tais pagamentos não entrassem em Restos a Pagar.**

Mais uma vez, transcrevemos, *in verbis*, as observações da resposta ao item 1 da O.S. anterior por acharmos pertinentes o reforço do que fora dito:

"A 11ªSRPRF/PE está intimamente vinculada ao gerenciamento orçamentário e financeiro realizado pela Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário instalada na Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF. O DPRF, por sua vez, está vinculado ao gerenciamento orçamentário realizado pelo Ministério da Justiça e só provisiona nossa Unidade após a liberação do MJ que, não diferentemente de outros Ministérios, está amarrado aos decretos de contingenciamento emitidos pelo Poder Executivo.

Dentre outros critérios utilizados pelo MJ e por conseguinte pelo DPRF, desde longa data, temos o provisionamento para pagamento das despesas de caráter continuado mensalmente, de acordo com o planejado para cada mês de competência. Desta feita, no final do exercício, caso o Poder Executivo não desbloqueie os recursos inicialmente contingenciados, não é raro termos situações em que as contas de um exercício, em especial as de maior vulto, fiquem para ser pagas no exercício seguinte, às custas da classificação de despesas de exercícios anteriores.

Apesar de não sermos informados dos reais motivos de tais contingenciamentos como também dos critérios de desbloqueio, temos a firme impressão de que despesas fixas e planejadas desde a sua contratação, estão sendo desprestigiadas frente à composição de um *superavit* primário para melhor enquadramento das contas

macroeconômicas.

Os casos dos empenhos 2011NE800002, 2011NE800003, 2011NE800001 e 2011NE800125, referem-se, exatamente, a esse tratamento dado pelo MJ e pelo DPRF, pois numa unidade como é o caso da 11ªSRPRF/PE, onde não se realizam grandes aquisições ou obras, as contas com maior valor são exatamente aquelas voltadas para o seu funcionamento e a sua manutenção (apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância e abastecimento de viaturas). Essas despesas, por serem pagas mês a mês, tem seus empenhos reforçados também nessa periodicidade com os valores que são descentralizados por nossa setorial orçamentária exatamente de acordo com as disponibilidades repassadas pelo MJ e fruto do contingenciamento ou desbloqueio de recursos;

As despesas empenhadas em 2011, através dos empenhos 2011NE800002, 2011NE800003, 2011NE800001 e 2011NE800125, foram realizadas exatamente em função da não descentralização por parte da nossa Unidade Central, o DPRF, de recursos suficientes para o pagamento de todas as despesas realizadas em 2010 com: apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância e abastecimento de viaturas. Desta feita, não restou alternativa para esta unidade a não ser pagar essas despesas em 2011 na classificação de despesas de exercícios anteriores, já que não houve saldo suficiente nos empenhos de 2010 para registro em restos a pagar”.

ITEM 2

2.1 Em consulta ao 4º termo aditivo ao contrato nº 04/2007, verificamos que explicitamente consta na cláusula segunda que o valor a ser pago a contratada no exercício de 2010, entre os meses de janeiro e setembro, era de R\$ 89.393,28 por mês; sendo R\$ 43.022,17, relativo a apoio administrativo e R\$ 46.371,11, relativo a limpeza e conservação, logo o valor total para esse período seria de R\$ 804.539,52;

2.2 Em consulta ao 5º termo aditivo ao contrato nº 04/2007, verificamos que explicitamente consta na cláusula segunda que o valor a ser pago a contratada no exercício de 2010 entre os meses de outubro e dezembro era de R\$ 95.246,14 por mês, sendo R\$ 44.993,96 relativo a apoio administrativo e R\$ 50.252,18 relativo a limpeza e conservação, logo o valor total para esse período seria de R\$ 285.738,42;

2.3 Como resultado da composição entre os valores constantes nos itens 2.1 e 2.2 acima, verificamos que o valor anual devido a contratada em 2010 foi de R\$ 1.090.277,94, e não o valor de R\$ 989.280,88 apurado por na OS 201112763/03, onde levou-se em consideração os termos o 3º e o 5º termos aditivos. Desta feita, o valor empenhado em 2010 não foi suficiente para o completo pagamento das obrigações contratuais do contrato nº 004/2007, tendo como principal motivo o contingenciamento orçamentário realizado pelo governo federal, apesar desta regional ter feito a solicitação prévia dos recursos necessários à Divisão de Controle Orçamentário do DPRF, órgão gerenciador e controlador dos recursos globais.

2.4 Entendemos que o valor apresentado de R\$ 234.592,56, registrado como saldo orçamentário, resultado da subtração do valor empenhado em 2010 (R\$ 995.031,80) do valor líquido pago (R\$ 760.439,24) deixou de considerar as obrigações contratuais relativas às retenções e recolhimentos pactuados originalmente, como por exemplo INSS, ISS, IR, CSLL, PIS e COFINS. Se forem utilizados os comando >CONGPS, >CONDARF e >CONDAR será possível confirmar os valores recolhidos da empresa terceirizada em comento. A falta de tais retenções ensejaria responsabilidade ao gestor desta unidade por infringir dispositivos legais.

ITENS 3 E 4

As justificativas para esses itens são as mesmas elencadas para o item 1. Favor refazer leitura do item 1 em paralelo com a telas do SIAFI em anexo que detalha passo a passo a não chegada de recursos para prover tais despesas.

A insuficiência de recursos orçamentários para pagamento das obrigações deu-se em função de contingenciamentos orçamentários e financeiros pelos quais o DPRF sofreu no exercício de 2010, que repercutem sobremaneira nas unidades que lhe são subordinadas.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
201112763/04			07/10/11
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA
Descrição da Recomendação:			
<p>Em função dos exames de auditoria que estão sendo realizados no âmbito dessa Unidade no Estado de Pernambuco, solicitamos determinar aos setores envolvidos que forneçam formalmente as informações ou justificativas, por meio de expediente encaminhado aos servidores designados para realização dos trabalhos, bem como para os seus e-mail geronimo.barbosa@cgu.gov.br ou rildo.leitao-junior@cgu.gov.br:</p> <p>5) Em relação ao processo nº 08.654.002.733/2010-86, empenho nº 2010NE900855, apresentar, se houver, termo(s) aditivo(s) de prorrogação do prazo contratual, tendo em vista que o empenho, conforme consulta realizada no SIAFI, encontra-se “a liquidar”, e o prazo contratual original já está expirado. Caso não tenha sido emitido aditivo, justificar a manutenção (não liquidação) do empenho.</p> <p>6) Em relação ao processo nº 08.654.002.733/2010-86, empenho nº 2010NE900855, apresentar, se houver, termo(s) aditivo(s) de prorrogação do prazo contratual, tendo em vista que o empenho, conforme consulta realizada no SIAFI, encontra-se “a liquidar”, e o prazo contratual original já está expirado. Caso não tenha sido emitido aditivo, justificar a manutenção (não liquidação) do empenho.</p> <p>7) Em relação ao processo nº 08.654.005.619/2010-16, apresentar a Ata de Registro de Preços em relação ao fornecedor MR Locações e Comércio Ltda – CNPJ 05.084.120/0001-38, referente à aquisição de material de informática. Apresentar, ainda, se houver, aditivo(s) contratual(is) de prorrogação de prazo, tendo em vista que o empenho nº 2010NE900083, conforme informações extraídas do SIAFI, encontra-se “a liquidar”. Justificar para o caso de ocorrência de manutenção de empenho com vigência contratual expirada.</p> <p>8) Apresentar os seguintes processos de pagamento:</p>			
Ordem Bancária			Favorecido
Número	Data	Valor	
2011OB800454	20/05/11	R\$ 348.000,00	General Motors do Brasil – CNPJ 59.275.792/0001-50
2011OB800444	20/05/11	R\$ 114.000,00	MMC Automotores do Brasil – CNPJ 54.305.743/0011-70
2011OB800215	01/04/11	R\$ 59.790,38	TICKET CAR -CNPJ 47.866.934/0001-74
2011OB800004	17/01/11	R\$ 33.122,08	CELPE – CNPJ 10.835.932/0001-08
2011OB800774	29/06/11	R\$ 30.686,00	Nacional Auto Peças – CNPJ 08.433.258/0001-93
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira/Núcleo de Orçamento e Finanças			Não se aplica
Síntese da providência adotada:			

ITEM 01

Informamos a Vossas Senhorias que o processo n.º 08.654.002.733/2010-86 foi disponibilizado a Vossas Senhorias no dia 03/10/2011. Relativamente ao empenho 2010NE900855, atinente ao recebimento de veículos da NISSAN do Brasil Automóveis Ltda., confirmamos que sua situação atualmente é “a liquidar”, visto que os demais veículos ainda não foram entregues à nossa Regional.

Informamos, ainda, que não foi emitido termo aditivo ao Contrato, considerando que, conforme cláusula nona do Contrato Administrativo nº 24/2010 da 11ªSRPRF/PE, datado de 21/12/2010, o presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação, a qual foi realizada no dia 03/01/2011. Dessa forma, o contrato encontra-se vigente até 03/01/2012, não sendo necessário termo aditivo.

ITEM 02

Em relação ao processo n.º 08.654.002.733/2010-86, Nota de Empenho 2010NE900808, referente à aquisição de 01 (um) veículo da NISSAN do Brasil Automóveis Ltda., informamos que as circunstâncias são as mesmas das descritas no item 01. Logo, fazemos alusão aos documentos listados no item acima, para justificar a inexistência do Termo Aditivo no citado processo e da situação do empenho como “a liquidar” .

ITEM 03

Informamos a esta equipe de auditores que o processo n.º 08.654.005.619/2010-16 foi disponibilizado na Resposta à O.S. n.º 2011/12763/01, entregue a Vossas Senhorias em 03/10/2011. No entanto, ressaltamos que ocorreu um equívoco na digitação do n.º do empenho na O.S. n.º 2011/12763/04: o documento mencionado foi 2010NE90083 (FALTANDO UM DÍGITO). Em levantamentos realizados pelo nosso setor, verificamos que a nota de empenho referente a esse processo é a **2010NE900835**.

Sendo assim, consultando o SIAFI, verificamos que o pagamento já foi efetuado, em 04/05/2011, conforme NP n.º 2011NP000061, O.B. n.º 2011OB800344.

Conforme solicitado, disponibilizamos a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n.º 04/2010, assinada entre a 3.ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal/MS e a MR LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA. - EPP, CNPJ n.º 05.084.120/0001-38 .

ITEM 04

Informamos a esta equipe de auditores que, conforme solicitado na O.S. em questão, esta Unidade disponibilizou os seguintes processos de pagamento efetuados em 2011:

N.º do Processo	Mês	Dia do pagamento
Proc. n.º 08654000124/2011-73	JANEIRO/2011	17/01/2011
Proc. n.º 08654002145/2011-23	MAIO/2011	20/05/2011
Proc. n.º 08654002379/2011-71	MAIO/2011	20/05/2011
Proc. n.º 08654003395/2011-81	JUNHO/2011	26/06/2011

Ressaltamos que o processo n.º 08654001391/2011-68 já foi disponibilizado a esta equipe de auditores na resposta à OS n.º 201112763-01 no item 02 – caput, entregue no dia 28/09/2011.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

--

Unidade Jurisdicionada																												
Denominação completa:			Código SIORG																									
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA																									
Recomendações do OCI																												
Recomendações expedidas pelo OCI																												
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida																									
201112763/05			07/10/11																									
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG																									
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			NÃO SE APLICA																									
Descrição da Recomendação:																												
<p>Em função dos exames de auditoria que estão sendo realizados no âmbito dessa Unidade no Estado de Pernambuco, solicitamos determinar aos setores envolvidos que forneçam formalmente as informações ou justificativas, por meio de expediente encaminhado aos servidores designados para realização dos trabalhos, bem como para os seus e-mail geronimo.barbosa@cgu.gov.br ou rildo.leitao-junior@cgu.gov.br:</p> <p>1) Em relação aos processos a seguir identificados, justificar a realização do pagamento ter ocorrido vários dias após a liquidação da despesa, conforme atesto nas notas fiscais;</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Ordem Bancária</th> <th>Favorecido</th> <th>Data da liquidação da despesa</th> </tr> <tr> <th>Número</th> <th>Data</th> <th>Valor</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011OB800454</td> <td>20/05/11</td> <td>R\$ 348.000,00</td> <td>General Motors do Brasil – CNPJ 59.275.792/0001-50</td> <td>15/05/11</td> </tr> <tr> <td>2011OB800444</td> <td>20/05/11</td> <td>R\$ 114.000,00</td> <td>MMC Automotores do Brasil – CNPJ 54.305.743/0011-70</td> <td>25/04/11</td> </tr> <tr> <td>2011OB800215</td> <td>01/04/11</td> <td>R\$ 59.790,38</td> <td>TICKET CAR -CNPJ 47.866.934/0001-74</td> <td>25/01/11</td> </tr> </tbody> </table> <p>2) No tocante ao processo nº 08.654.003.694/2010-34, empenho nº 2010NE900869, emitido à empresa Nacional Auto Peças – CNPJ 08.433.258/0001-93, justificar a liquidação da despesa ter ocorrido em período posterior à vigência contratual. Conforme atesto nas notas fiscais, a liquidação ocorreu em 28/06/2011, enquanto o prazo de execução dos serviços, de acordo com previsão no termo de referência da licitação era de trinta dias após a assinatura do contrato. Esse instrumento, firmado com a empresa Nacional Auto Peças, foi assinado em 22/12/2010.</p>				Ordem Bancária			Favorecido	Data da liquidação da despesa	Número	Data	Valor			2011OB800454	20/05/11	R\$ 348.000,00	General Motors do Brasil – CNPJ 59.275.792/0001-50	15/05/11	2011OB800444	20/05/11	R\$ 114.000,00	MMC Automotores do Brasil – CNPJ 54.305.743/0011-70	25/04/11	2011OB800215	01/04/11	R\$ 59.790,38	TICKET CAR -CNPJ 47.866.934/0001-74	25/01/11
Ordem Bancária			Favorecido	Data da liquidação da despesa																								
Número	Data	Valor																										
2011OB800454	20/05/11	R\$ 348.000,00	General Motors do Brasil – CNPJ 59.275.792/0001-50	15/05/11																								
2011OB800444	20/05/11	R\$ 114.000,00	MMC Automotores do Brasil – CNPJ 54.305.743/0011-70	25/04/11																								
2011OB800215	01/04/11	R\$ 59.790,38	TICKET CAR -CNPJ 47.866.934/0001-74	25/01/11																								
Providências Adotadas																												
Setor responsável pela implementação			Código SIORG																									
Seção Administrativa e Financeira/Núcleo de Orçamento e Finanças			Não se aplica																									
Síntese da providência adotada:																												

ITEM 01

A 11ªSRPRF/PE está intimamente vinculada ao gerenciamento orçamentário e financeiro realizado pela Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário instalada na Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF. O DPRF, por sua vez, está vinculado ao gerenciamento orçamentário e financeiro realizado pelo Ministério da Justiça e só provisiona nossa Unidade após a liberação do MJ que, não diferentemente de outros Ministérios, está amarrado aos decretos de contingenciamento emitidos pelo Poder Executivo.

Assim, os casos dos pagamentos referentes às ordens bancárias 2011OB800454, 2011OB800444 e 2011OB800215 referem-se, exatamente, à não descentralização por parte de nossa Unidade Central, o DPRF, de recursos financeiros suficientes para o pagamento de nossas obrigações. Ademais, há casos em que recebemos apenas parte das requisições de recursos financeiros, sendo necessário fazer a gestão de quais pagamentos (despesas já liquidadas) serão realizados em detrimento de outros. Quando o valor a ser pago é alto e o fornecedor possui uma boa capacidade econômico-financeira, este terá mais condições de prosseguir no mercado em comparação às empresas de menor porte. Desta feita, não restou alternativa a esta unidade a não ser pagar essas despesas vários dias após a sua liquidação, devido à insuficiência de recursos financeiros.

ITEM 02

Em relação ao processo nº 08.654.003.694/2010-34, empenho nº 2010NE900869, emitido à empresa Nacional Auto Peças - CNPJ 08.433.259/0001-93, informamos que a liquidação da despesa só ocorreu após a total execução dos serviços. Houve atraso na entrega do serviço em virtude de algumas das peças a serem substituídas estarem em falta no mercado local, conforme documento, em anexo, emitido pela contratada.

Síntese dos resultados obtidos**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

15.2 - Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício - **Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício – Não Houve no período**

ANEXO I



Ministério da Justiça

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

11ª Superintendência Regional / PE - GAB

Av. Antônio de Góes, 820, Pina, Recife/PE CEP: 51.010-000; (81) 3201-0708; gab.pe@dprf.gov.br

Ofício nº 1326/2010 – Gab/11.ª SRPRF/PE

Recife/PE, 17 de agosto de 2010.

A Sua Senhoria o Senhor

JOSÉ ROBERTO MACHADO FARIAS

Ilm.º Sr. Procurador Regional da União – AGU/PRU 5.ª Região

Endereço: Rua Quarenta e Oito, 149 – Encruzilhada, Recife/PE

CEP 52.020-060

Assunto: Regularização de pendências financeiras indevidamente atribuídas a veículos doados pela 11.ª SRPRF/PE sem a observância das formalidades legais

Ilm.º Sr. Procurador Regional,

Saudando-o cordialmente, servimo-nos do presente expediente para solicitar-lhe seja analisado o presente processo a fim de que se verifique a viabilidade de adoção de medidas judiciais por esta Procuradoria Regional no sentido de serem regularizados débitos indevidamente atribuídos à União, através da 11.ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, o que fazemos na forma e com os argumentos em sequência aduzidos.

De início, cabe-nos ressaltar que o Processo Administrativo n.º 08.654.004.384/2007-31 se iniciou em decorrência do Acórdão n.º 37/2006, do Plenário do Tribunal de Contas da União, publicado no DOU de 01/02/2006 (fl. 03), bem como do Relatório de Auditoria n.º 189.583 de 12/03/2006. Supracitado acórdão determinou à 11.ª SRPRF em Pernambuco que:

Regularize a situação dos veículos doados a outras instituições junto ao Detran/PE, agindo no sentido, se for o caso, de que os donatários sanem as pendências financeiras que possam indevidamente ser atribuídas à Polícia Rodoviária Federal, ou seja, aquelas referentes ao período compreendido entre a doação e a respectiva alteração do registro de veículos automotores.

Em virtude de tais disposições oriundas desse órgão de controle externo, a 11.^a SRPRF/PE, através da Portaria n.º 171, de 14 de agosto de 2007 (fl. 04), designou Comissão composta de três membros com o objetivo de regularizar a situação dos veículos doados por essa Superintendência sem a observância das formalidades legais pertinentes.

Após a realização de intenso trabalho instrutório, a Comissão supracitada delimitou o objeto de sua apuração conforme se depreende das folhas 196 e 197 do processo administrativo em epígrafe. Assim, verificou-se que constavam pendências financeiras indevidamente atribuídas a veículos irregularmente doados pela 11.^a SRPRF sem a observância das formalidades devidas, inclusive sem o registro no órgão competente para a transferência de propriedade dos respectivos bens móveis.

Dando continuidade aos trabalhos, a Comissão solicitou a 11.^a SRPRF, cópia dos processos administrativos n.º 08.654.000.892/2001 e 08.654.002.835/2003, os quais versavam respectivamente sobre localização de veículos doados e apuração de não recebimento de veículos doados (fl. 204) e de outros processos de doação de veículos no âmbito da 11.^a SRPRF/PE (fl.203, 230 e 231). Descreveu esta Comissão as suas atividades parciais no relatório (fls. 208 a 210). Em sequência, a 11.^a SRPRF/PE oficiou a diversas instituições, entre elas Prefeituras Municipais e Exército Brasileiro, a fim de que regularizassem as pendências financeiras indevidamente atribuídas à 11.^a SRPRF (fls. 211 a 220).

Posteriormente, a Comissão oficiou ao Superintendente Regional da 11.^a SRPRF a fim de que este fornecesse a localização de alguns veículos doados, consignando ainda a regularização de outros e a necessidade de diligenciar-se a outras entidades donatárias com o fito de regularizar-se as respectivas pendências financeiras (fls. 236 e 237).

Após proceder a Comissão a contato com diversas instituições donatárias, algumas resolveram por regularizar as pendências financeiras indevidamente atribuídas à 11.^a SRPRF/PE e continuaram com os veículos e outras resolveram por devolver à 11.^a SRPRF os veículos na época irregularmente doados.

Por fim, às fls. 458 a 468, a Comissão apresentou relatório final de suas atividades em que consigna a regularização de pendências indevidamente atribuídas a diversos veículos irregularmente doados. Entrementes, alguns desses veículos não tiveram a situação financeira regularizada. São eles: os veículos 14 a 27 constantes do Relatório Final da Comissão de Sindicância Administrativa (fls. 465 e 466).

Em sequência, vide fls. 500 e 501, em atendimento à solicitação de auditoria do TCU, a Comissão realizou diligências junto ao Detran/PE no sentido de que esta entidade realizasse a baixa dos

veículos ou a regularização de suas pendências financeiras indevidamente atribuídas à 11.^a SRPRF/PE. Em resposta à solicitação de regularização dos 14 (quatorze) veículos (vide fl. 506), o Detran/PE, em seu ofício n.º 424/2010 (fl. 508) informou que o procedimento administrativo a ser adotado pela 11.^a SRPRF/PE para a baixa do registro de veículos é: *encaminhar ao Detran/PE originais de CRV e CRLV dos veículos, boletim de acidente de trânsito, se for o caso, vistoria ou laudo pericial, recolhimento das placas e da parte do chassi na qual se encontra gravado o número*. Para a quitação dos débitos fiscais, informou inicialmente o Detran/PE que: *a União poderia ser isenta do pagamento de tais débitos em virtude do disposto na Lei Ordinária n.º 7550/1977, art. 3.º, inciso IV e art. 150, VI, “a”, da CRFB/88*. Todavia, após encaminhamento de novo Ofício ao Detran/PE (fls. 530 e 531), solicitando a mencionada isenção fiscal (fls. 526 e 527), tal entidade reformou seu entendimento ao afirmar que a mencionada isenção fiscal, disposta na Lei Estadual n.º 7.550/1977-PE, não se aplicaria a veículos de propriedade da União (fls. 533 a 538).

Quanto à baixa no registro de veículos a Comissão entendeu que tal procedimento administrativo, nos moldes em que proposto pelo Detran/PE, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução n.º 11/1998, do Contran, é inviável haja vista que a 11.^a SRPRF não dispõe de placas, parte do chassi, CRV e CRLV dos citados veículos.

Nos termos acima expostos, vimos a esta Procuradoria Regional da Advocacia-Geral da União solicitar as medidas judiciais cabíveis que Vossa Senhoria entenda pertinentes ao caso em tela, a fim de que a União, através da 11.^a SRPRF/PE, não continue a ser indevidamente onerada com débitos oriundos de veículos que foram irregularmente doados a outras instituições, entretanto, não tiveram a transferência de sua propriedade, ocorrida com a tradição dos respectivos bens móveis, transcrita no registro de veículos do DETRAN/PE. Ademais, saliente-se que tais veículos, muito provavelmente, nem sequer devem estar em operação ante o seu elevado tempo de uso (vide fls. 512 a 525).

Solicita-se, dessarte, sejam adotadas por Vossa Senhoria medidas para proceder-se à transferência de propriedade de tais veículos perante o registro de veículos do Detran/PE, ou à baixa dos citados veículos no citado registro de forma que os cofres da União não mais sejam onerados com pendências financeiras de veículos que não compõem a sua frota.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

VICTOR HUGO DE SOUZA
Superintendente Regional – 11.^a SRPRF/PE



Ministério da Justiça

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

11ª Superintendência Regional / PE - GAB

Av. Antônio de Góes, 820, Pina, Recife/PE CEP: 51.010-000; (81) 3201-0784; nuat.pe@dprf.gov.br

Ofício nº 215/2011 – Gab/11.ª SRPRF/PE

Recife/PE, 7 de fevereiro de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor

JOSÉ ROBERTO MACHADO FARIAS

Ilmo. Sr. Dr. Procurador-Regional da União – AGU/PRU – 5.ª Região

Endereço: Rua Quarenta e Oito, 149, Encruzilhada, Recife/PE

CEP 52.020-060

Assunto: Reiteração do disposto no Ofício n.º 1326/2010 – Gab/11.ª SRPRF/PE, referente à regularização de pendências financeiras indevidamente atribuídas a veículos doados pela 11.ª SRPRF/PE sem a observância das formalidades legais exigíveis.

Ilm.º Sr. Dr. Procurador-Regional da União,

Saudando-o cordialmente, servimo-nos do presente expediente para reiterar o contido no Ofício n.º 1326/2010 – Gab/11.ª SRPRF/PE, acerca da regularização de pendências financeiras indevidamente atribuídas a veículos doados pela 11.ª SRPRF/PE sem a observância das formalidades legais exigíveis.

Foi solicitada no supracitado ofício a análise por parte desta Procuradoria-Regional acerca da adoção de eventuais medidas judiciais a fim de que a União, através da 11.ª SRPRF/PE, não continue a ser indevidamente onerada com débitos oriundos de veículos que foram irregularmente doados a outras instituições, entretanto, não tiveram a transferência de sua propriedade, ocorrida com a tradição dos respectivos bens móveis, transcrita no registro de veículos do Departamento Estadual de Trânsito de

Pernambuco.

Solicitou-se, dessarte, fossem adotadas por esta douta Procuradoria-Regional medidas para proceder-se à transferência de propriedade de tais veículos perante o registro de veículos do Detran/PE, ou à baixa dos citados veículos no citado registro de forma que os cofres da União não mais fossem onerados com pendências financeiras de veículos que não compunham a sua frota.

Em virtude de tais considerações e de aproximar-se no final do corrente mês a data improrrogável para prestação de contas desta Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal ao Tribunal de Contas da União, colocamo-nos no aguardo de informações, de acordo com os critérios adotados por esta égrgia Procuradoria-Regional da União para o caso em comento, acerca do procedimento nesta Procuradoria instaurado a fim de que comuniquemos ao TCU as providências até então adotadas.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

VICTOR HUGO DE SOUZA
Superintendente Regional

Anexo II

PLANEJAMENTO OPERACIONAL 2012

Sumário

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2012 – 11ª SRPRF/PE.....	4
ANEXO I – PLANEJAMENTO OPERACIONAL – EXERCÍCIO 2012.....	6
INTRODUÇÃO.....	6
1 PREMISSAS DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	6
1.1. MISSÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	6
1.2. VISÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	7
1.3. VALORES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	7
1.4. PERSPECTIVAS ECONÔMICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	10
3 ESTRUTURA OPERACIONAL.....	11
3.1. EFETIVO DAS DELEGACIAS.....	11
4 DADOS ESTATÍSTICOS OPERACIONAIS.....	11
5 DIRETRIZES OPERACIONAIS.....	15
6 AÇÕES E PROJETOS.....	17
6.1. REDUÇÃO DA TAXA DE ACIDENTALIDADE.....	17
6.1.1. CAPACITAÇÃO SIGER E BR-BRASIL.....	17
6.1.2. CRIAÇÃO DE GRUPO DE ESTUDO DE ACIDENTES.....	17
6.1.3. CAPACITAÇÃO EM LEVANTAMENTO E ATENDIMENTO DE ACIDENTES.....	17
6.1.4. CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO (TEMPO DE DIREÇÃO) E USO DE “REBIT”.....	18
6.2. REDUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE.....	18
6.2.1. PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.....	18
6.2.2. DIRECIONAR ESTRATEGICAMENTE A FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.....	18
6.2.3. COMANDOS ESPECÍFICOS DE ALCOOLEMIA.....	19
6.2.4. FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE VELOCIDADE.....	19
6.2.5. CONVÊNIOS PARA REMOÇÃO E GUARDA DE ANIMAIS.....	19
6.2.6. CONVÊNIOS PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA.....	19
6.3. AUMENTO DA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA.....	20
6.3.1. PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE.....	20
6.3.1.1. CAPACITAÇÃO TPCC E TPFT.....	20
6.3.1.2. COMBATE AO TRÁFICO DE CRACK.....	20
6.3.1.3. REESTRUTURAÇÃO DO NOE E GPT.....	20
6.3.1.4. OPERAÇÕES TEMÁTICAS DE COMBATE AO CRIME.....	21
6.3.2. COMBATE A CORRUPÇÃO.....	21
6.3.2.1. REUNIÕES OPERACIONAIS.....	21
6.3.2.2. PROJETO TRÂNSITO COM CIDADANIA.....	21
6.3.3. SEGURANÇA AO TRAFEGAR PELA RODOVIA.....	21
6.3.3.1. POLICIAMENTO COM MOTOCICLETAS.....	21
6.3.3.2. PROJETOS PARA FLUIDEZ DO TRÂNSITO.....	22
6.3.3.3. MONITORAMENTO ELETRÔNICO (CÂMERAS, OCR, ETC.).....	22
6.3.4. NOTA DO TRABALHO DA PRF.....	22
6.3.4.1. OPERAÇÕES EM GRANDES EVENTOS.....	22
6.3.4.3. CENTRO DE COMANDO E CONTROLE - PE.....	22
6.4. AUMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO.....	23
6.4.1. REGULAMENTAÇÃO DA ADI E ADD.....	23
6.4.2. CARTÃO PROGRAMA DE POLICIAMENTO.....	23
6.5. REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL.....	23
6.5.1. REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL (POSTOS E DELEGACIAS).....	23
6.5.2. CONTROLE DE FORMULÁRIOS.....	24
6.5.3. PADRONIZAR PROCEDIMENTOS DAS DELEGACIAS.....	24
6.5.4. CADASTRAMENTO OPERACIONAL NO BR-BRASIL.....	24

6.5.5. PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL.....	24
6.5.6. SILVER.....	25
6.5.7. IMPLANTAR O TCO.....	25
6.5.8. PROTOCOLO EM SITUAÇÕES DE INVASÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO DA UNIÃO	
.....	25
6.5.9. PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO BCTRF.....	26
6.5.10. IGO.....	26
6.5.11. ESTUDO DA ESCALA E HORÁRIO DE RENDIÇÃO.....	26
6.5.12. ESTRUTURAR O PROCESSAMENTO DE PP.....	26
6.5.13. ESTRUTURAR O PROCESSAMENTO ANTT.....	27
6.5.14. DEFINIR O PADRÃO DE ABORDAGEM.....	27
6.5.15. FISCALIZAÇÃO DA RODOVIA BR 363.....	27
7 INDICADORES E METAS.....	28
7.1. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO.....	28
7.2. TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES	32
* AS METAS DE ACIDENTES COM FERIDOS E TOTAL DE VÍTIMA FORAM	
ESTIPULADAS PELA REGIONAL.....	32
ANEXO II - CALENDÁRIO DE OPERAÇÕES DA REGIONAL.....	34

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
Seção de Policiamento e Fiscalização

Instrução de Serviço Nº 001/2012 – 11ª SRPRF/PE

Estabelece o Planejamento Operacional para o Exercício 2012 da 11ª SRPRF/PE.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – 11ª SRPRF/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do DPRF, inciso I do artigo 107 da Portaria Ministerial nº 1.375/2007,

CONSIDERANDO a necessidade de alinhar as ações operacionais a serem desenvolvidas pelas Delegacias às diretrizes da Coordenação-Geral de Operações - CGO para o alcance das Metas contidas nos Indicadores do Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais - PPA 2012-2015 – Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania – Objetivos 0825 e 0833;

CONSIDERANDO que a redução da Taxa de Variação de Acidentes e a Taxa de Mortalidade são os indicadores de resultados estabelecidos no programa de governo acima mencionado;

CONSIDERANDO que os Procedimentos de Fiscalização é o indicador operacional estabelecido pela Coordenação Geral de Operações;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para alocação de recursos entre as delegacias;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer o Planejamento Operacional da 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal para o Exercício 2012, conforme Anexo I.

Art. 2º. Fixar o Calendário de Operações Regionais da 11ª SRPRF/PE, conforme Anexo II.

Art. 3º. Estabelecer as Metas dos Indicadores Operacionais das Delegacias para o Exercício 2012, conforme Anexo I.

Art. 4º. Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 01 de março de 2012.

**PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE**

CHARLSTON MARCELO MOREIRA
Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização

JOSÉ ROBERTO ANGELO BARROS SOARES
Superintendente Regional

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
Seção de Policiamento e Fiscalização

– **Anexo I – Planejamento Operacional – Exercício 2012**

– **Introdução**

O presente documento tem por finalidade apresentar o Planejamento Operacional da 11ª SRPRF/PE, conforme diretrizes definidas pela Coordenação Geral de Operações – CGO/DPRF/MJ

A partir da Visão e Missão da Polícia Rodoviária Federal, definidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal estabelecerá indicadores, metas, diretrizes e ações a serem implementadas, monitoradas e avaliadas, visando atingir os objetivos e metas estabelecidas. Para isso, elaborou um diagnóstico da situação atual dos serviços prestados pela 11ª SRPRF/PE e do panorama econômico do Estado, analisou o resultado das metas do Exercício 2011 e estabeleceu indicadores e metas para o Exercício 2012. Durante a Etapa de planejamento observou-se deficiências no acompanhamento gerencial das atividades desenvolvidas, de banco de dados criminais e informações operacionais. A estratégia adotada constitui na definição dos serviços prioritários, estruturação das atividades operacionais e fortalecimento da gestão.

– **1 Premissas do Planejamento Operacional**

– **1.1. Missão da Polícia Rodoviária Federal**

A declaração de missão da empresa deve refletir a razão de ser da empresa, qual o seu propósito e o que a empresa faz.

A missão é a razão de ser da organização. Nesse ponto procura-se determinar qual é o negócio da organização, porque ela existe, ou, ainda, em que tipos de atividades a

organização deverá concentrar-se no futuro (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). Neste sentido, para fins operacionais considerar-se-á a Missão abaixo descrita.

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da união.

1.2. Visão da Polícia Rodoviária Federal

A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Ela deve ser clara, estar em permanente demonstração para a comunidade, ser compatível com os valores da organização e ser ligada as necessidades dos clientes (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ).

Ser a polícia ostensiva federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de políticas públicas de segurança e cidadania.

1.3. Valores da Polícia Rodoviária Federal

Para alcançarmos nossa missão, nós afirmamos os nossos valores, que refletem o caráter duradouro da PRF e de seus colaboradores e são ancorados no projeto institucional (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). São eles: **Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de equipe, Transparência e Responsabilidade social.**



MAPA ESTRATÉGICO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL 2011 – 2020

MISSÃO DA PRF

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.

VISÃO DE FUTURO DA PRF

Ser a polícia ostensiva federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de políticas públicas de segurança e cidadania.

RESULTADOS INSTITUCIONAIS

Reduzir acidentes, lesões e mortes nas rodovias federais

Assegurar a livre circulação nas rodovias federais"

Contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país

Aumentar a sensação de segurança dos usuários das rodovias federais

PROCESSOS

Comunicação

Fortalecer a imagem institucional da PRF

Melhorar a comunicação interna e externa

Segurança com cidadania

Intensificar ações de educação para o trânsito

Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo

Reduzir o tempo de resposta as ocorrências de comunicações de ocorrências

Ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial

Aprimorar o registro de ocorrências e a pericia de acidentes

Articulação

Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à Missão da PRF

Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional

Gestão

Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados

Fortalecer a estrutura de gestão organizacional

Ampliar e aperfeiçoar ferramentas de gestão

Mapear, otimizar e padronizar processos internos

Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento

PESSOAS & INFRAESTRUTURA

Mapear e desenvolver competências

Adequar o quadro de pessoal

Potencializar a motivação e o desempenho dos servidores

Fortalecer os valores da PRF

- Profissionalismo
- Ética
- Equidade
- Proatividade
- Cordialidade
- Comprometimento
- Espírito de equipe
- Transparência
- Responsabilidade social

Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades

Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução

ORGANIZACIONAL & FINANCEIRA

1.4. Perspectivas Econômicas do Estado de Pernambuco

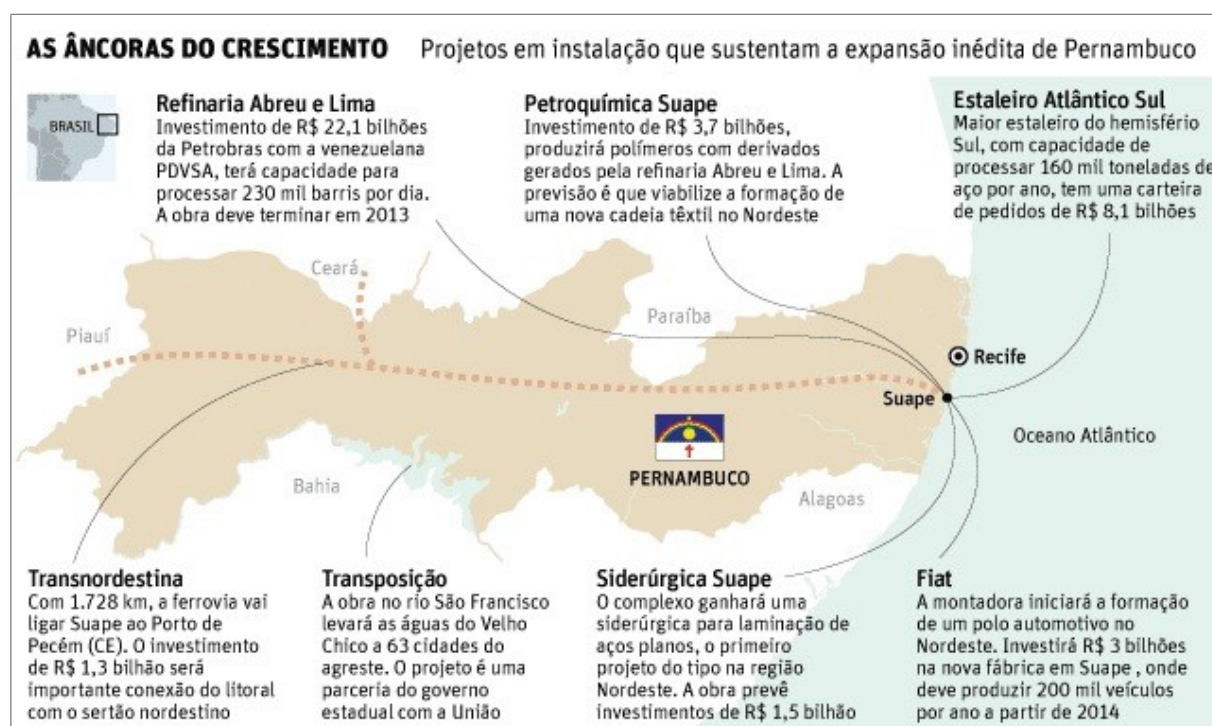
Após o estabelecimento da Missão, da Visão e dos Valores Institucionais, se faz necessário uma análise do ambiente externo para identificarmos as oportunidades e as ameaças. As ações a serem executadas para o alcance dos objetivos estratégicos devem alinhar-se as oportunidades identificadas, e as ameaças devem ser neutralizadas, evitadas ou ter seus impactos minimizados.

Evolução do PIB de Pernambuco

Como o quadro abaixo descreve, houve um salto no PIB do Estado no último ano, devido as obras que atraíram os investimentos e crescimento de renda.

Anos	PIB (em reais)	PIB per capita (em reais)
2006	55.400.000	6.528
2007	62.256.000	7.337
2008	70.441.000	8.065
2009	78.428.000	8.901
2010	87.170.000	9.910
2011	110.360.000	12.450

Fonte: Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisa Pernambuco (Condepe - Fidem)



Porém com o crescimento, vem a reboque às obras viárias, que mesmo algumas não ocorrendo nas rodovias federais, atingem diretamente nas atividades da PRF, como nos casos da construção do corredores: 1. Leste-oeste, obra de 12,5 quilômetros de extensão, que parte da praça do derby até o município de Camaragibe e São Lourenço (Cidade da Copa), cruzando a BR 101 e BR 408, 2: Norte-sul que se desenvolve pela faixa de central da BR 101, e também a variante Abreu e Lima, obra que desviará o trânsito do trecho urbano do município de Abreu e Lima, entre outras.

3 Estrutura Operacional

3.1. Efetivo das Delegacias

Delegacia	Postos	Circunscrição	% Acidentes	% Mortos	% Efetivo	Efetivo Total
DEL01 - METROPOLITANA	4	482,30	63,45%	37,22%	37,72%	109
DEL02 - CARUARU	2	283,40	12,24%	20,40%	12,46%	36
DEL03 - GARANHUNS	2	517,20	7,81%	17,04%	11,07%	32
DEL04 - SERRA TALHADA	2	317,20	2,93%	4,48%	9,34%	27
DEL05 - SALGUEIRO	3	499,00	5,55%	13,23%	13,84%	40
DEL06 - PETROLINA	3	275,40	8,01%	7,62%	15,57%	45
Total geral	20	2302,50	100,00%	100,00%	100,00%	289

Comparativo 2011 a 2010

Delegacia	% Variação de acidentes	%Variação de Mortos	% Efetivo	Variação de efetivo
	2010/2011	2010/2011	2010/2011	2010/2011
DEL01 - METROPOLITANA	+1,05%	-1,81%	+0,79%	+29
DEL02 - CARUARU	-1,6%	-3,23%	-0,17	-3
DEL03 - GARANHUNS	-0,56%	-1,31%	-0,51	-1
DEL04 - SERRA TALHADA	-0,48%	+1,10%	-0,84	-3
DEL05 - SALGUEIRO	+0,69%	+2,68%	+0,86	+3
DEL06 - PETROLINA	+0,9%	+1,56%	-0,22	0

* Do ano 2011 para 2012 houve uma redução absoluta no efetivo de 33 policiais

4 Dados Estatísticos Operacionais

OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Acidentes Sem Vítimas		4.305	5122	18,98%
Acidentes Com Feridos		2.561	2801	9,37%
Acidentes Com mortos		394	402	2,03%
Total de Acidentes		7.260	8325	14,67%
Pessoas Socorridas		622	365	-41,32%

OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Feridos		4.300	4392	2,14%
Mortos		467	459	-1,71%
Total de Vítimas		4.767	4851	1,76%
4.2. FISCALIZAÇÃO/ESCOLTA/BATEDOR				
OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Autuações		59.019	73937	25,28%
Autos de Infração extraídos		59.019	74239	25,79%
CNH's Recolhidas		837	844	0,84%
Documentos Retidos		4.871	5214	7,04%
Veículos Retidos		1.386	2013	45,24%
Veículos Fiscalizados		213.979	204903	-4,24%
Animais Recolhidos		350	532	52,00%
Auxílio Usuário		3.790	4415	16,49%
Escolta/ Batedor		503	468	-6,96%
4.3. APREENSÃO DE DROGAS				
OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Cocaína	Gramas	18.065	75000	315,17%
Crack	Gramas	100	3056	2956,00%
Lança-Perfume	Frasco	0		#DIV/0!
Maconha	Gramas	230.232	341581	48,36%
Pés de Maconha	Unidad e	0		#DIV/0!
Outras	Unidad e	25		-100,00%
Total de ocorrências		14	23	64,29%
4.4. APREENSÃO CONTRABANDO				
OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Bebida	Litro	0		#DIV/0!
CD/VHS/DVD	Unidad e	812	2974	266,26%
Cigarro	Pacote	11.364	17100	50,48%
Equipamentos de Informática	Unidad e	0		#DIV/0!
Eletrônicos	Unidad e	1.022	155	-84,83%

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2010	2011	%2010-2011
Medicamentos	Unidade	6.663	3104	-53,41%
Outras	Unidade	3.115	83627	2584,65%
Diversos	Gramas	0	300	#DIV/0!
4.5. APREENSÃO DE ARMAS				
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2010	2011	%2010-2011
Revolver	Unidade	13	11	-15,38%
Pistola	Unidade	4	4	0,00%
Espingarda	Unidade	0	6	#DIV/0!
Fabricação caseira	Unidade	0	0	#DIV/0!
Fuzil	Unidade	0		#DIV/0!
Submetralhadora	Unidade	0		#DIV/0!
Total de armas de fogo	Unidade	17	21	23,53%
Armas brancas	Unidade	1	3	200,00%
Total geral de armas		18	25	38,89%
Total de ocorrências		15	20	33,33%
4.6. APREENSÃO DE MUNIÇÕES				
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2010	2011	%2010-2011
Calibre 22/32	Unidade	2	27	1250,00%
Calibre 38	Unidade	64	25	-60,94%
Calibre 40	Unidade	0	0	0,00%
Calibre 380	Unidade	56	18	-67,86%
Calibre 762/308	Unidade	0	7	700,00%
Calibre 9mm	Unidade	0	0	0,00%

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2010	2011	%2010-2011
Outras	Unidade	0	41	41,00%
Total de munições apreendidas		122	118	-3,28%
Total de ocorrências		10	33	230,00%
4.7. CARGA ROUBADA				
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2010	2011	%2010-2011
Alimentos	Kilo	0	1700	1700,00%
Eletrônicos	Unidade	0		#DIV/0!
Outras	Unidade	0	0	0,00%
Total de ocorrências		0		#DIV/0!
4.8. CARGA RECUPERADA				
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2010	2011	%2010-2011
Alimentos	Kilo	7.000	215	-96,93%
Eletrônicos	Unidade	481	1	-99,79%
Outras	Unidade	480		-100,00%
Total de ocorrências		2	2	0,00%
4.9. MEIO AMBIENTE				
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2010	2011	%2010-2011
Animais Silvestres	Unidade	156	58	-62,82%
Carvão	m3	93	115	23,66%
Madeira	m3	109	53	-51,38%
Outros	Unidade	7	870	12328,57%
Total de ocorrências		10	23	130,00%
4.10. DETENÇÕES				
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2010	2011	%2010-2011
Assaltante de Carga		0	0	#DIV/0!
Assaltante ônibus		1	2	100,00%
Estrangeiros		2	0	-100,00%
Mandado		191	144	-24,61%

OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Tráfico de entorpecentes		15	21	40,00%
Roubo/Furto de veículos		34	35	2,94%
Contrabando/Descaminho		8	11	37,50%
Crimes de trânsito		576	564	-2,08%
Crimes ambientais		21	25	19,05%
Outros		139	120	-13,67%
Total de Detidos		987	922	-6,59%
4.11. CRIMES DIVERSOS				
OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Assalto a ônibus		4	4	0,00%
Assalto a veículo de carga		1	6	500,00%
Assalto veículo particular		4	29	625,00%
Crimes c/vida e patrimônio		38	36	-5,26%
Falsificação de Documento		33	19	-42,42%
Trabalhador Libertado		14		-100,00%
Veículos recuperados		118	121	2,54%
Crimes diversos		110	110	0,00%
Crimes de Trânsito		580	573	-1,21%
Total de ocorrências		864	853	-1,27%
4.12. CRIANÇAS E ADOLESCENTES – VÍTIMAS				
OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Criança		5	4	-20,00%
Adolescente		7	3	-57,14%
Total de menores vítimas		12	7	-41,67%
Total de ocorrências		5	2	-60,00%
Total de pessoas envolvidas		14	6	-57,14%
Total de pessoas detidas		4	1	-75,00%
4.13. CRIANÇAS E ADOLESCENTES – INFRATORES				
OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Criança encaminhada		4	5	25,00%
Adolescente apreendido		23	30	30,43%
Total de menores infratores		27	35	29,63%
Total de ocorrências		18	17	-5,56%

OCORRÊNCIAS	UNIDA DE	2010	2011	%2010-2011
Total de pessoas envolvidas		18	24	33,33%
Total de pessoas detidas		13	18	38,46%

5 Diretrizes Operacionais

5.1. Eleger a proteção à vida como diretriz norteadora de todas as ações policiais.

5.2. Priorizar as ações preventivas e o planejamento operacional.

5.3. Estabelecer a abordagem de veículos e pessoas como foco da ação policial, devendo esta ser permeada por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações.

5.4. Implementar a educação de trânsito no ato da abordagem, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, devendo as autuações serem precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança de trânsito, de modo a contribuir para a mudança de comportamento dos condutores.

5.5. Contribuir com o indicador “percepção de segurança” por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências.

5.6. Incluir na fiscalização ao transporte de passageiros e cargas ações de combate ao crime, quando possível com o emprego de grupos táticos e cães farejadores.

5.7. Informar aos passageiros, ao término da fiscalização, a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos às apreensões de pessoas e drogas.

5.8. Implementar a fiscalização de excesso de velocidade com emprego de equipamentos estáticos e portáteis e a fiscalização de alcoolemia com emprego de etilômetros.

5.9. Implementar ações de fiscalização a motociclistas, principalmente em áreas urbanas.

5.10. Desenvolver políticas de comandos ou operações especiais com o uso do pessoal administrativo das sedes das regionais, mantendo atualizado os policiais da área administrativa.

5.11. Realizar eventos de capacitação, abrangendo os temas segurança pública, direitos humanos, cidadania, ética e postura profissional, idiomas, comunicação e relações interpessoais.

5.12. Melhorar as condições nos Postos para atender aos usuários com mais eficiência,

dotando-os de mapas, informações turísticas e equipamentos de informática.

5.13. Integrar as ações de combate ao crime com as atividades de inteligência.

5.14. Promover a integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização.

5.15. Realizar pesquisas de satisfação dos usuários, periodicamente, utilizando as fichas de fiscalização, verificando aspectos relativos a urbanidade, apresentação individual, clareza e firmeza na orientação/autuação.

5.16. Estimular ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos.

5.17. Priorizar a alocação de recursos humanos e materiais de acordo com os índices de acidentes da Delegacia/Posto.

5.18. Aumentar a eficácia da fiscalização de trânsito

5.19. Ampliar a Fiscalização: ultrapassagens, velocidade, alcoolemia e cinto de segurança e cadeirinha.

5.20. Intensificar o AGS

5.21. Aumentar a divulgação dos Resultados Operacionais

5.22. Planejar o desfile de Sete de Setembro envolvendo as áreas operacionais, disponibilizando equipes representativas: CHOQUE, TÁTICA e outros

5.23. fazer mapeamento de riscos: recursos humanos, financeiros, grande quantidade de convocações, principalmente no mês de dezembro.

6 Ações e Projetos

6.1. Redução da taxa de acidentalidade

6.1.1. Capacitação SIGER e BR-Brasil

Ação 1	Treinamento de SIGER e BR-Brasil
Objetivo	Treinamento dos gestores nos Sistemas SIGER e Br-Brasil.
Finalidade	Aumentar a eficácia nas funções de planejamento e controle.
Produto	Todos os chefes de delegacia, Chefes de NPF e Núcleos da SPF utilizando.
Responsável	NUCAP e NURAM

Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.1.2. Criação de Grupo de Estudo de Acidentes

Ação 2	Criação de Grupo de Estudo de Acidentes
Objetivo	Realizar estudo dos acidentes de trânsito, identificando pontos críticos e causas, propondo ações preventivas.
Finalidade	Fornecer subsídios para o planejamento 2013.
Produto	Grupo de Trabalho Nomeado e realizando pesquisas e estudos nas Delegacias.
Responsável	SPF e NURAM
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.1.3. Capacitação em Levantamento e Atendimento de Acidentes

Ação 3	Capacitação em Levantamento e Atendimento de Acidentes
Objetivo	Capacitar o efetivo no levantamento e atendimento de acidentes.
Finalidade	Fornecer subsídios para melhorar a classificação dos tipos de acidentes e diagnosticar as suas causas, permitindo a análise dos dados gerados para ações preventivas.
Produto	Todo o efetivo capacitado.
Responsável	Chefe do NUCAP e NURAM
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.1.4. Controle de jornada de trabalho (tempo de direção) e uso de “rebit”

Ação 4	Controle de jornada de trabalho (tempo de direção) e uso de “rebit”
Objetivo	Realizar convênio com o Ministério do Trabalho.
Finalidade	Realizar ações conjuntas com o Ministério do Trabalho na prevenção e no controle do excesso de jornada de trabalho e por consequência reduzir o consumo de “rebites”.
Produto	Realizar trimestralmente operações para reprimir e prevenir o excesso de jornada de trabalho.
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.2. Redução da taxa de mortalidade

6.2.1. Projeto de Educação para o trânsito

Ação 5	Projeto de Educação para o trânsito
Objetivo	Ministrar palestras sobre educação para o trânsito para motoristas profissionais.
Finalidade	Capacitar os motoristas profissionais sobre técnicas de condução segura e conscientizá-los dos riscos a que estão expostos ao trafegar por rodovias, adotando uma postura preventiva a esses riscos.
Produto	Motoristas capacitados
Responsável	NUCAP e Comissão de Educação para o Trânsito
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.2.2. Direcionar estrategicamente a fiscalização de trânsito

Ação 6	Direcionar estrategicamente a fiscalização de trânsito
Objetivo	Direcionar a fiscalização de trânsito para infrações relacionadas às principais causas de acidentes e para os locais, datas e horários de maior incidência, como, ultrapassagens proibidas, excesso de velocidade, não uso do cinto de segurança e de cadeirinhas.
Finalidade	Prevenir acidentes e reduzir a mortalidade e gravidade das vítimas.
Produto	Aumentar o percentual das autuações às infrações relacionadas as principais causas de acidentes e vitimização, comparativo ao total de autuações.
Responsável	NMP
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.2.3. Comandos Específicos de Alcoolemia

Ação 7	Comandos Específicos de Alcoolemia
Objetivo	Desenvolver um modelo de comando de alcoolemia, de forma a aumentar a eficácia da fiscalização e a otimização dos meios.
Finalidade	Aumentar a eficácia dos comandos de alcoolemia e reduzir a gravidade dos acidentes de trânsito.
Produto	Comandos Específicos de alcoolemia padronizados e executados.
Responsável	SPF e Delegacias
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.2.4. Fiscalização de excesso de velocidade

Ação 8	Fiscalização de excesso de velocidade
Objetivo	Implementar uma rotina de operações com os radares estáticos para aumentar a eficácia de seu uso e a logística de manutenção.
Finalidade	Reduzir os acidentes de trânsito e sua letalidade.

Produto	Aumentar a eficácia da fiscalização de excesso de velocidade e reduzir a gravidade dos acidentes de trânsito.
Responsável	SPF e Delegacias
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.2.5. Convênios para remoção e guarda de animais

Ação 9	Convênios para remoção e guarda de animais
Objetivo	Celebrar convênio com municípios para recolhimento e guarda de animais que transitam as margens das rodovias federais.
Finalidade	Prevenir acidentes provocados por animais as margens das rodovias.
Produto	Delegacias com Convênios celebrados.
Responsável	Delegacias e NUAT
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.2.6. Convênios para fiscalização eletrônica

Ação 10	Convênios para fiscalização eletrônica
Objetivo	Celebrar convênio com municípios para fiscalização eletrônica.
Finalidade	Ampliar a fiscalização de excesso de velocidade.
Produto	Convênios celebrados.
Responsável	SPF e NUAT
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3. Aumento da Percepção de Segurança

6.3.1. Prevenção da Criminalidade

6.3.1.1. Capacitação TPCC e TPFT

Ação 11	Capacitação TPCC e TPFT
Objetivo	Capacitar o efetivo no NOE e Grupos Táticos em técnicas de combate ao crime e fiscalização de trânsito.
Finalidade	Aumentar a eficácia da fiscalização de trânsito e combate ao crime.
Produto	Policiais capacitados
Responsável	NOE e NUCAP
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.1.2. Combate ao tráfico de crack

Ação 12	Combate ao tráfico de crack
Objetivo	Realizar operações de combate ao crack
Finalidade	Aumentar a eficácia das operações de combate ao crack
Produto	Operações realizadas.
Responsável	NOE e NUI NT
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.1.3. Reestruturação do NOE e GPT

Ação 13	Reestruturação do NOE e GPT
Objetivo	Executar o projeto da DCC para reestruturação do NOE e criação de GPT
Finalidade	Aumentar a eficácia no combate a criminalidade.
Produto	Projeto de reestruturação do NOE e GPT
Responsável	SPF e NOE
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.1.4. Operações Temáticas de Combate ao Crime

Ação 14	Operações Temáticas de Combate ao Crime
Objetivo	Realizar operações temáticas de combate ao crime, principalmente, identificação veicular, combate ao narcotráfico e ambiental.
Finalidade	Aumentar a eficácia nas ações de combate ao crime, por meio de capacitação e operações.
Produto	Execução de operações temáticas.
Responsável	NOE e NUCAP
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.2. Combate a Corrupção

6.3.2.1. Reuniões Operacionais

Ação 15	Reuniões Operacionais
Objetivo	Realizar reuniões operacionais com todo o efetivo da regional.
Finalidade	Melhorar a imagem da PRF
Produto	Reuniões trimestrais
Responsável	Chefes de Seção e Superintendente.
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.2.2. Projeto Trânsito com Cidadania

Ação 16	Projeto Trânsito com Cidadania
Objetivo	Intensificar as palestras do Projeto Trânsito com Cidadania.
Finalidade	Buscar o auxílio da sociedade no combate a corrupção.
Produto	Aumentar em 20% as metas do Projeto.
Responsável	Corregedoria
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.3. Segurança ao trafegar pela rodovia

6.3.3.1. Policiamento com motocicletas

Ação 17	Operacionalizar o Corpo de Motociclista Regional (CMR)
Objetivo	CMR funcionando
Finalidade	Aumentar a percepção de segurança por meio da diminuição dos tempos de respostas.
Produto	Efetuar o policiamento com motocicletas na regional
Responsável	CMR e NUCAP
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.3.2. Projetos para fluidez do trânsito

Ação 18	Projetos para fluidez do trânsito
Objetivo	Melhorar a fluidez do trânsito na Região Metropolitana.
Finalidade	Aumentar a percepção de segurança e reduzir a taxa de acidentalidade
Produto	Projeto implementado para melhorar a fluidez
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.3.3. Monitoramento Eletrônico (câmeras, OCR, etc.)

Ação 19	Monitoramento Eletrônico (câmeras, OCR, etc.)
Objetivo	Instalação de sistema de monitoramento das rodovias na Região Metropolitana.
Finalidade	Diminuição do tempo de resposta e aumento da percepção de segurança.
Produto	Sistema de monitoramento instalado
Responsável	SPF e NUINT
Custo	A ser definido.

Prazo	Exercício 2012.
-------	-----------------

6.3.4. Nota do trabalho da PRF

6.3.4.1. Operações em grandes eventos

Ação 20	Operações em grandes eventos
Objetivo	Desenvolver uma metodologia para análise e definição da participação da PRF em eventos.
Finalidade	Otimizar a utilização dos recursos e definição de operações.
Produto	Metodologia para avaliação de grandes eventos.
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.3.4.3. Centro de Comando e Controle - PE

Ação 21	Compor o Centro de Comando e Controle do Estado (CCC-PE)
Objetivo	Ser membro atuante do CCC do Estado de Pernambuco junto à SDS
Finalidade	Operacionalizar a Central de Informações da PRF (CIOP/PE)
Produto	Projeto para melhorar a CIOP/PE
Responsável	SPF e CIOP
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.4. Aumento dos Procedimentos de Fiscalização

6.4.1. Regulamentação da ADI e ADD

Ação 23	Regulamentação da ADI e ADD
Objetivo	Regulamentar a avaliação de desempenho individual e a avaliação de desempenho das delegacias.
Finalidade	Alcance das metas e motivação do efetivo
Produto	Nova metodologia de avaliação de desempenho, individual e das delegacias, implantada.
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.4.2. Cartão Programa de Policiamento

Ação 24	Cartão Programa de Policiamento
Objetivo	Implementar a utilização do cartão programa de policiamento de forma

	eficaz.
Finalidade	Aumentar a eficácia das atividades de policiamento e fiscalização.
Produto	Metodologia da utilização do cartão programa implantada.
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5. Reestruturação Operacional

6.5.1. Reestruturação operacional (Postos e Delegacias)

Ação 25	Reestruturação operacional (Postos e Delegacias)
Objetivo	Dar continuidade a nova matriz de policiamento com distribuição de postos e delegacias de forma técnica
Finalidade	Melhorar a distribuição de postos e delegacias, aumentando a eficácia da atuação da PRF.
Produto	Nova matriz de policiamento e distribuição de postos e delegacias.
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.2. Controle de Formulários

Ação 26	Controle de Formulários
Objetivo	Implementar o controle e a padronização dos formulários operacionais.
Finalidade	Controlar o uso e a disponibilidade dos formulários operacionais.
Produto	Controle dos formulários operacionais implementados.
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.3. Padronizar Procedimentos das Delegacias

Ação 27	Padronizar Procedimentos das Delegacias
Objetivo	Instalação do Sistema de Livro Eletrônico
Finalidade	Aumentar a eficácia dos trabalhos administrativos desenvolvidos nas delegacias.
Produto	Livro eletrônicos
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.4. Cadastramento Operacional no BR-Brasil

Ação 28	Cadastramento Operacional no BR-Brasil
Objetivo	Cadastrar a estrutura operacional e de apoio no BR-Brasil.
Finalidade	Fornecer informações da estrutura e de apoio ao efetivo e subsidiar o planejamento operacional.
Produto	Estrutura operacional e de apoio cadastrada no BR-Brasil
Responsável	Delegacias (SPF) e CIOP
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.5. Pesquisa de Clima Organizacional

Ação 29	Pesquisa de Clima Organizacional
Objetivo	Dar continuidade na avaliação do clima organizacional e propor ações para sua melhoria.
Finalidade	Melhorar o clima organizacional e motivar os servidores
Produto	Pesquisa de clima organizacional realizada e analisada.
Responsável	GAB e SRH
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.6. SILVER

Ação 30	Sistema de Controle de Veículos retidos e Apreendidos - SILVER
Objetivo	Finalizar o processo de cadastramento de veículos retidos/apreendidos e realizar os leilões.
Finalidade	Controlar os veículos retidos/apreendidos e reduzir a quantidade de veículos nos pátios dos postos e delegacias.
Produto	Sistema de controle de veículos retidos/apreendidos e convênio para remoção e guarda de veículos implementados.
Responsável	SPF e NUAT
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.7. Implantar o TCO

Ação 31	Implantar o TCO
Objetivo	Implementar a utilização do TCO
Finalidade	Simplifica os procedimentos administrativo em casos de crimes de pequeno potencial ofensivo e aumentar a disponibilidade do efetivo.
Produto	TCO implementado
Responsável	SPF e NUAT

Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.8. Protocolo em situações de invasão de área de domínio da União

Ação 32	Protocolo em situações de invasão de área de domínio da União
Objetivo	Criar Protocolo de procedimentos a serem adotados em caso de invasão de área de domínio da União
Finalidade	Coibir a invasão das áreas de domínio da União.
Produto	Manual de procedimentos em caso de invasão de área de domínio da União
Responsável	Comissão PRF/DNIT
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.9. Projeto para implantação do BCTRF

Ação 33	Projeto para implantação do BCTRF
Objetivo	Implementar o Boletim das Condições de Trafegabilidade das Rodovias Federais
Finalidade	Obter informações das condições das rodovias para fins de divulgação e planejamento operacional
Produto	BCTRF implementado
Responsável	SPF e NUINT
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.10. IGO

Ação 34	IGO
Objetivo	Implementar a Inspeção da Gestão Operacional
Finalidade	Aprimoramento da gestão das delegacias
Produto	IGO implementada
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.11. Estudo da Escala e Horário de Rendição

Ação 35	Estudo da Escala e Horário de Rendição
Objetivo	Realizar estudo para definição de escala de serviço e horário de rendição.
Finalidade	Aumentar a eficácia da atuação da PRF, propondo uma nova escala de serviço e horários de rendição mais adequados

Produto	Escala de serviço e horário de rendição implementados.
Responsável	SPF e SRH
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.12. Estruturar o processamento de PP

Ação 36	Estruturar o processamento de PP
Objetivo	Mapear o processamento de multas de PP e padronizar as rotinas administrativas
Finalidade	Aumentar a eficácia do processamento de multas de PP e dimensionar os recursos necessários.
Produto	Processamento de multas de PP mapeado e padronizado e recursos dimensionados
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.13. Estruturar o processamento ANTT

Ação 37	Estruturar o processamento ANTT
Objetivo	Mapear o processamento de multas da ANTT e padronizar as rotinas administrativas
Finalidade	Aumentar a eficácia do processamento de multas da ANTT e dimensionar os recursos necessários.
Produto	Processamento de multas da ANTT mapeado e padronizado e recursos dimensionados
Responsável	SPF
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.14. Definir o padrão de abordagem

Ação 38	Definir o padrão de abordagem
Objetivo	Padronizar os procedimentos a serem adotados com relação à abordagem e atendimento a ocorrências, conforme quantidade de integrantes da equipe e do local.
Finalidade	Desenvolver metodologia segura e eficaz para realização de abordagens
Produto	Metodologia desenvolvida
Responsável	SPF e NOE
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

6.5.15. Fiscalização da Rodovia BR 363

Ação 39	Implantar a fiscalização na Rodovia BR 363
Objetivo	Fiscalizar a rodovia BR 363 na Ilha de Fernando de Noronha.
Finalidade	Disciplinar o trânsito da BR 363
Produto	Escala de serviço implantada
Responsável	SPF e SRH
Custo	A ser definido.
Prazo	Exercício 2012.

7 Indicadores e Metas

Para gestão das Ações a serem executadas, serão estabelecidos os Indicadores Operacionais da Regional, que serão desmembrados entre as Delegacias, com metas a serem monitoradas e controladas pela CIOP/PE por meio de relatórios mensais.

A SPF supervisionará as metas estabelecidas para as Delegacias mensalmente, ficando sob a responsabilidade da Delegacia estabelecer os critérios de desmembramento das metas com suas Unidades Operacionais e Efetivo.

7.1. Procedimentos de Fiscalização

Este Indicador será composto pelos sub-indicadores: veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia.

DIVISÃO DE METAS POR EFETIVO						
	Quantidade de Procedimentos (Anual)			Quantidade de Procedimentos (Diário)		
	Pessoas	Veículos	Alcoolemia	Pessoas	Veículos	Alcoolemia
1ª Delegacia	78640	78640	11324	215,45	215,45	31,02
2ª Delegacia	25973	25973	3740	71,16	71,16	10,25
3ª Delegacia	23087	23087	3325	63,25	63,25	9,11
4ª Delegacia	19480	19480	2805	53,37	53,37	7,68
5ª Delegacia	28859	28859	4156	79,07	79,07	11,39
6ª Delegacia	32466	32466	4675	88,95	88,95	12,81
Total	208505	208505	30025	571,25	571,25	82,26

Obs: O índice "Alcoolemia" deverá ser alcançado obedecendo as normas e legislações

		Ocorrências	2010	2011	%2011-2010	META 2012	%
DEL 01-Metropolitana	Acidentes Sem Vítimas		2969	3530	18,90		
	Acidentes Com Feridos		1420	1463	3,03	1389,85	-5,00
	Acidentes Com Mortos		166	160	-3,61		
	Ignorado		39	55	41,03		
	Total de Acidentes		4594	5208	13,37	4887	-6,16
	Pessoas Socorridas						
	Feridos		2166	2147	-0,88		
	Mortos		187	177	-5,35	168,15	-5,00
	Total de Vítimas		2353	2324	-1,23	2091,6	-10,00
Delegacia							
		Ocorrências	2010	2011	%2011-2010	METAS 2012	%
Del 02 - Caruaru	Acidentes Sem Vítimas		540	543	0,56		
	Acidentes Com Feridos		376	377	0,27	358,15	-5
	Acidentes Com Mortos		91	78	-14,29		
	Ignorado		10	6	-40,00		
	Total de Acidentes		1017	1004	-1,28	1070	6,5
	Pessoas Socorridas						
	Feridos		680	689	1,32		
	Mortos		112	94	-16,07	89,3	-5
	Total de Vítimas		792	783	-1,14	743,85	-5
Delegacia							
		Ocorrências	2010	2011	%2011-2010	METAS 2012	%
Del 05 - Garanhuns	Acidentes Sem Vítimas		276	307	11,23		
	Acidentes Com Feridos		263	254	-3,42	241,3	-5
	Acidentes Com Mortos		69	75	8,70		
	Ignorado		7	6	-14,29		
	Total de Acidentes		615	642	4,39	622	-3,12
	Pessoas Socorridas						
	Feridos		521	454	-12,86		
	Mortos		87	83	-4,60	78,85	-5
	Total de Vítimas		608	537	-11,68	510,15	-5
Delegacia							
		Ocorrências	2010	2011	%2011-2010	METAS 2012	%
Del 06 - Serra Talhada	Acidentes Sem Vítimas		102	97	-4,90		
	Acidentes Com Feridos		130	135	3,85	128,25	-5
	Acidentes Com Mortos		14	18	28,57		
	Ignorado		3	0	-100,00		
	Total de Acidentes		249	250	0,40	248	-0,8
	Pessoas Socorridas						
	Feridos		228	282	23,68		
	Mortos		16	20	25,00	19	-5
	Total de Vítimas		244	302	23,77	286,9	-5
Delegacia							
		Ocorrências	2010	2011	%2011-2010	METAS 2012	%
Del 08 - Petrolina	Acidentes Sem Vítimas		286	357	24,83		
	Acidentes Com Feridos		214	265	23,83	251,75	-5
	Acidentes Com Mortos		17	29	70,59		
	Ignorado		5	3	-40,00		
	Total de Acidentes		522	654	25,29	574	-12,23
	Pessoas Socorridas						
	Feridos		309	436	41,10		
	Mortos		24	34	41,67	32,3	-5
	Total de Vítimas		333	470	41,14	446,5	-5

pertinentes, como a Lei nº 9503/97 (CTB), Lei nº 11705/08 e a Instrução Normativa nº 003/2008 da Coordenação Geral de Operações do DPRF.

*** As metas de acidentes com feridos e total de vítima foram estipuladas pela regional.**

Considerando a importância da identificação e registro da causa presumível do acidente, principalmente para fins estatísticos, possibilitando o estudo e ações preventivas para redução dos acidentes de trânsito.

Considerando que na maioria dos acidentes de trânsito é possível a identificação de diversas causas contribuintes. No entanto, a causa a ser registrada deve ser a principal e que a causa “falta de atenção” será sempre secundária, exceto se não for identificada nenhuma das outras causas.

Considerando que a opção “outras causas” só deverá ser registrada se não for identificada nenhuma das causas especificadas.

Considerando que o alto índice de registro de “outras causas” e “falta de atenção” demonstra a necessidade de capacitação do efetivo.

A Regional e as Delegacias deverão intensificar esforços para a correta identificação e registros das causas presumíveis dos acidentes de trânsito, devendo reduzir, no mínimo, em 50% as classificações “Falta de Atenção” e “Outras Causas”.

Anexo II - Calendário de Operações da Regional

LOCAL DA OPERAÇÃO (Delegacia ou Posto)	MÊS	DATA INÍCIO (Dia/Mês)	DATA FIM (Dia/Mês)	NOME DA OPERAÇÃO	EFETIVO TOTAL (Escala+Reforço)	DIÁRIAS OPERACIONAIS (R\$)
01 DEL/ PE	MÊS	Janeiro	Dezembro	Operação Sulanca	7	R\$ 56.286,00
05 DEL/ PE	Janeiro	09/01/12	13/01/12	Capacete I (Duas Rodas I)	8	#VALOR!
01 DEL/ PE	Janeiro	11/Jan	12/Jan	Vida Segura I	7	R\$ 1.062,00
01 DEL/ PE	Janeiro	18/Jan	21/Jan	Hera Venenosa I (Gravatá)	8	R\$ 4.956,00
06 DEL/ PE	Janeiro	20/Jan	22/Jan	Operação Lei Seca I	12	R\$ 7.788,00
05 DEL/ PE	Janeiro	20/Jan	31/Jan	Festa de São Sebastião, Ouricuri-PE	15	#VALOR!
01 DEL/ PE	Janeiro	25/Jan	26/Jan	Duas Rodas II	7	R\$ 1.062,00
01 DEL/ PE	Janeiro	25/Jan	27/Jan	Hera Venenosa II (Recife)	8	R\$ 0,00
01 DEL/ PE	Fevereiro	1/Fev	4/Fev	Hera Venenosa III (Gravatá)	10	R\$ 6.195,00
06 DEL/ PE	Fevereiro	2/Fev	5/Fev	Carnaval de Juazeiro – BA	16	R\$ 11.682,00
05 DEL/ PE	Fevereiro	6/Fev	10/Fev	Caatinga	11	#VALOR!
01 DEL/ PE	Fevereiro	11/Fev	12/Fev	Bloco Cabeça de Touro	12	R\$ 1.274,40
03 DEL/ PE	Fevereiro	13/Fev	18/Fev	Entroncamento I (C. Nordeste)	10	R\$ 9.735,00
01 DEL/ PE	Fevereiro	15/Fev	16/Fev	Caminhoneiro Seguro	7	R\$ 1.274,40
05 DEL/ PE	Fevereiro	17/Fev	22/Fev	Carnaval de Trindade-PE	11	#VALOR!
01 DEL/ PE	Fevereiro	19/Fev	20/Fev	Bloco dos Papangus	19	R\$ 4.248,00
05 DEL/ PE	Março	2/Mar	5/Mar	Duas Rodas III	10	#VALOR!
01 DEL/ PE	Março	5/Mar	9/Mar	Via Urbana I (Recife)	8	R\$ 0,00
03 DEL/ PE	Março	11/Mar	14/Mar	Carga Pesada I	4	R\$ 2.483,60
01 DEL/ PE	Março	12/Mar	13/Mar	Exposição de Animais de Carpina	6	R\$ 1.274,40
06 DEL/ PE	Março	12/Mar	17/Mar	Carcará I (Petrolina)	10	R\$ 9.735,00
06 DEL/ PE	Março	13/Mar	16/Mar	Vale do São Francisco sem drogas	16	R\$ 13.806,00
01 DEL/ PE	Março	14/Mar	15/Mar	Vida Segura II	7	R\$ 1.274,40
03 DEL/ PE	Março	15/Mar	18/Mar	Festa do Padroeiro de Custódia	9	#VALOR!
05 DEL/ PE	Março	23/Mar	26/Mar	Veiculo seguro I	10	#VALOR!
02 DEL/ PE	Março	30/Mar	8/Abr	OPERAÇÃO SEMANA SANTA	16	R\$ 15.045,00
02 DEL/ PE	Abril	4/Abr	7/Abr	Quatro Rodas I (Caruaru)	10	R\$ 6.195,00
06 DEL/ PE	Abril	10/Abr	13/Abr	Vida Segura III	12	R\$ 7.788,00
01 DEL/ PE	Abril	11/Abr	12/Abr	APEVISA	7	R\$ 1.274,40
01 DEL/ PE	Abril	15/Abr	16/Abr	GP de ciclismo	15	R\$ 3.823,20
04 DEL/ PE	Abril	16/Abr	21/Abr	Carcará II (Petrolândia)	10	R\$ 9.735,00
03 DEL/ PE	Abril	18/Abr	22/Abr	Viagem Segura I	15	#VALOR!
05 DEL/ PE	Abril	23/Abr	25/Abr	Viagem segura II	8	#VALOR!
01 DEL/ PE	Abril	25/Abr	26/Abr	Duas Rodas IV	7	R\$ 1.274,40
05 DEL/ PE	Abril	25/Abr	29/Abr	Operação lei Seca III	10	#VALOR!
02 DEL/ PE	Mai	5/Mai	6/Mai	OPERAÇÃO FORMULA TRUCK	26	R\$ 5.310,00
04 DEL/ PE	Mai	6/Mai	6/Mai	Emancipação Política da cidade	11	#VALOR!
05 DEL/ PE	Mai	7/Mai	12/Mai	Entroncamento II (Ouricuri)	10	R\$ 9.735,00
01 DEL/ PE	Mai	9/Mai	10/Mai	Vida Segura IV	7	R\$ 1.274,40
06 DEL/ PE	Mai	11/Mai	13/Mai	Rodeio de Juazeiro – BA	16	R\$ 9.558,00
01 DEL/ PE	Mai	12/Mai	13/Mai	Vaquejada Carpina	18	R\$ 4.248,00
04 DEL/ PE	Abril	16/Mai	20/Mai	Operação lei Seca II	10	R\$ 6.372,00
03 DEL/ PE	Mai	16/Mai	20/Mai	Operação lei Seca IV	10	R\$ 6.372,00
03 DEL/ PE	Mai	21/Mai	24/Mai	Quatro Rodas II (Garanhuns)	10	R\$ 6.195,00
01 DEL/ PE	Mai	30/Mai	31/Mai	Duas Rodas V	7	R\$ 1.274,40
02 DEL/ PE	Junho	1/Jun	30/Jun	OPERAÇÃO SÃO JOÃO	21	#VALOR!
01 DEL/ PE	Junho	4/Jun	8/Jun	Via Urbana II (Recife)	8	R\$ 0,00
05 DEL/ PE	Junho	6/Jun	10/Jun	Criança feliz I	8	#VALOR!
06 DEL/ PE	junho	8/Jun	10/Jun	Jecana	16	R\$ 11.682,00
01 DEL/ PE	Junho	13/Jun	14/Jun	Carga Pesada II	7	R\$ 1.274,40
02 DEL/ PE	Junho	13/Jun	16/Jun	Hera Venenosa IV (São Caetano)	10	R\$ 6.195,00
05 DEL/ PE	Junho	18/Jun	22/Jun	Entroncamento III (Trevo do Ibó)	10	R\$ 7.965,00
03 DEL/ PE	junho	20/Jun	28/Jun	São João de Petrolina-PE	16	R\$ 11.682,00
05 DEL/ PE	Junho	21/Jun	25/Jun	São João no Araripe	15	#VALOR!
03 DEL/ PE	Junho	22/Jun	24/Jun	São João de Arcoverde	9	#VALOR!
01 DEL/ PE	Junho	27/Jun	28/Jun	Duas Rodas VI	7	R\$ 1.274,40
03 DEL/ PE	Junho	28/Jun	30/Jun	São João de Arcoverde	9	#VALOR!
05 DEL/ PE	Julho	indefinida	indefinida	Vaquejada de Araripina	8	#VALOR!

02 DEL/ PE	junho	4/Jul	8/Jul	Operação lei Seca V	10	R\$ 6.372,00
01 DEL/ PE	Julho	11/Jul	12/Jul	Viagem Segura III	7	R\$ 1.274,40
04 DEL/ PE	Julho	11/Jul	15/Jul	Carcará III (Serra Talhada)	10	R\$ 7.965,00
04 DEL/ PE	Julho	12/Jul	15/Jul	EXPOSERRA	11	#VALOR!
06 DEL/ PE	Julho	16/Jul	20/Jul	Duas Rodas VII	12	R\$ 9.204,00
03 DEL/ PE	Julho	19/Jul	23/Jul	Hera Venenosa V (Garanhuns)	10	R\$ 7.965,00
01 DEL/ PE	Julho	25/Jul	26/Jul	Duas Rodas VIII	7	R\$ 1.274,40
05 DEL/ PE	Julho	26/Jul	30/Jul	Missa do vaqueiro	12	#VALOR!
04 DEL/ PE	Agosto	3/Ago	5/Ago	Carnaval fora de época	11	#VALOR!
03 DEL/ PE	Agosto	5/Ago	8/Ago	Carga Pesada III	4	R\$ 2.483,60
06 DEL/ PE	Agosto	6/Ago	11/Ago	Hera Venenosa VI (Petrolina)	10	R\$ 9.735,00
01 DEL/ PE	Agosto	8/Ago	12/Mai	Operação lei Seca IV	14	R\$ 7.646,40
05 DEL/ PE	Agosto	13/Ago	17/Ago	Sertão livre	15	#VALOR!
01 DEL/ PE	Agosto	15/Ago	16/Ago	Vida Segura V	7	R\$ 1.274,40
01 DEL/ PE	Agosto	15/Ago	18/Ago	Quatro Rodas III (Recife)	10	R\$ 0,00
02 DEL/ PE	Agosto	16/Ago	19/Ago	VAQUEJADA RUFINA BORBA	26	#VALOR!
06 DEL/ PE	Agosto	20/Ago	24/Ago	Solo seguro	16	R\$ 11.682,00
01 DEL/ PE	Agosto	28/Ago	30/Ago	Carcará IV (Palmares)	10	R\$ 4.425,00
01 DEL/ PE	Agosto	29/Ago	30/Ago	Duas Rodas IX	7	R\$ 1.274,40
04 DEL/ PE	Agosto	29/Ago	8/Set	Festa da Padroeira da Cidade	11	#VALOR!
05 DEL/ PE	Setembro	2/Set	5/Set	Carga Pesada IV	4	R\$ 2.483,60
04 DEL/ PE	Setembro	3/Set	8/Set	Carcará V (Serra Talhada)	10	R\$ 9.735,00
05 DEL/ PE	Setembro	6/Set	10/Set	setembro cívico	8	#VALOR!
01 DEL/ PE	Setembro	7/Set	8/Set	Desfile de 7 de setembro	18	R\$ 3.823,20
03 DEL/ PE	Setembro	7/Set	10/Set	Exposição de Animais de Custódia	18	#VALOR!
01 DEL/ PE	Setembro	12/Set	13/Set	Produto Perigoso I	7	R\$ 1.274,40
04 DEL/ PE	Setembro	17/Set	23/Set	Sertão Seguro	15	#VALOR!
06 DEL/ PE	Setembro	17/Set	21/Set	Aniversário da Cidade	12	R\$ 7.788,00
02 DEL/ PE	Setembro	19/Set	21/Set	Integrada I (Caruaru)	10	R\$ 4.425,00
02 DEL/ PE	Setembro	20/Set	24/Set	Duas Rodas X	18	#VALOR!
01 DEL/ PE	Setembro	25/Set	27/Set	Integrada II (Recife)	8	R\$ 0,00
01 DEL/ PE	Setembro	26/Set	27/Set	Duas Rodas XI	7	R\$ 1.274,40
03 DEL/ PE	Setembro	28/Set	30/Set	Exposição de Animais de Capoeiras / Festa da Padroeira de Juazeiro	12	#VALOR!
06 DEL/ PE	Outubro	3/Out	8/Out	Quatro Rodas IV (Petrolina)	10	R\$ 9.735,00
06 DEL/ PE	Outubro	4/Out	7/Out	Vinhua Fest	16	R\$ 9.204,00
05 DEL/ PE	Outubro	11/Out	15/Out	Paz nas estradas	6	R\$ 3.186,00
01 DEL/ PE	Outubro	17/Out	18/Out	Vida Segura VI	7	R\$ 1.274,40
05 DEL/ PE	Outubro	22/Out	25/Out	Erradicação	15	#VALOR!
05 DEL/ PE	Outubro	22/Out	27/Out	Hera Venenosa VII (Salgueiro)	10	R\$ 9.735,00
03 DEL/ PE	Outubro	25/Out	28/Out	Exposição de Animais de Arcoverde	18	#VALOR!
01 DEL/ PE	Outubro	31/Out	1/Nov	Duas Rodas XII	7	R\$ 1.274,40
05 DEL/ PE	Novembro	1/Nov	5/Nov	Descanse em paz	8	#VALOR!
03 DEL/ PE	Novembro	7/Nov	11/Nov	Carcará VI (Pesqueira)	10	R\$ 7.965,00
03 DEL/ PE	Novembro	8/Nov	11/Nov	Exposição de Animais de Pesqueira	18	#VALOR!
01 DEL/ PE	Novembro	14/Nov	15/Nov	Viagem Segura IV	7	R\$ 1.274,40
05 DEL/ PE	Novembro	19/Nov	22/Nov	Não as drogas	8	#VALOR!
02 DEL/ PE	Novembro	19/Nov	22/Nov	Hera Venenosa VIII (Caruaru)	10	R\$ 6.195,00
03 DEL/ PE	Novembro	21/Nov	25/Nov	Viagem Segura II	15	#VALOR!
06 DEL/ PE	Novembro	23/Nov	25/Nov	Vaquejada de Juazeiro-BA	16	R\$ 11.682,00
02 DEL/ PE	Novembro	26/Nov	2/Dez	CRACK	18	#VALOR!
01 DEL/ PE	Novembro	27/Nov	29/Nov	Via Urbana III (Recife)	10	R\$ 0,00
01 DEL/ PE	Novembro	28/Nov	29/Nov	Duas Rodas XIII	7	R\$ 1.274,40
05 DEL/ PE	Dezembro	3/Dez	8/Dez	Quatro Rodas V (Arapipina)	10	R\$ 9.735,00
06 DEL/ PE	Dezembro	6/Dez	9/Dez	Gold Friends	16	R\$ 11.682,00
05 DEL/ PE	Dezembro	6/Dez	10/Dez	Criança feliz 2	10	#VALOR!
01 DEL/ PE	Dezembro	7/Dez	8/Dez	Procissão Nossa Sra da Conceição	14	R\$ 1.911,60
01 DEL/ PE	Dezembro	12/Dez	13/Dez	Vida Segura VII	7	R\$ 1.274,40
06 DEL/ PE	Dezembro	13/Dez	19/Dez	Integrada III (Petrolina)	10	R\$ 11.505,00
01 DEL/ PE	Dezembro	14/Dez	16/Dez	Alto de Natal de Gravatá	11	R\$ 4.956,00
05 DEL/ PE	Dezembro	17/Dez	21/Dez	Caatinga II	8	#VALOR!
01 DEL/ PE	Dezembro	21/Dez	25/Dez	Alto de Natal de Gravatá	11	R\$ 7.788,00
05 DEL/ PE	Dezembro	21/Dez	26/Dez	Natal seguro	8	#VALOR!
01 DEL/ PE	Dezembro	26/Dez	27/Dez	Duas Rodas XIV	7	R\$ 1.274,40
01 DEL/ PE	Dezembro	28/Dez	31/Dez	Fim de Ano	11	R\$ 6.496,80
01 DEL/ PE	Fevereiro	29/Fev	30/Fev	Duas Rodas XV	7	R\$ 1.274,40

ANEXO III

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PE		200113	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

Declaração do Contador enviada por e-mail, pelo Sr. José Carlos Gomes, Coordenador de Contabilidade do Ministério da Justiça

ANEXO IV

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-1836														
COEFICIENTE DE ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES OPERACIONAIS – CAIF – PE														
AVALIAÇÃO DAS DELEGACIAS - 1º SEMESTRE DE 2012														
REGIONAIS E DELEGACIA	POSTOS	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE					POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI				POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS			NOTA GERAL DO POSTO
		ESPAÇO FÍSICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTRUTURA	SOMA PONTOS / 4	EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DPRF/ INTERNET	SISTEMA DE RÁDIO	SOMA PONTOS / 3	A QUANTIDADE É SUFICIENTE ?	IDADE ESTÁ ADEQUADA ?	SOMA PONTOS / 2	
1ª Del – PE	PST 01 – CONTORNO	7	6	6	5	6,00	7	7	7	7,00	9	10	9,50	7,50
1ª Del – PE	PST 02 – IGARASSU	5	3	5	4	4,25	7	5	5	5,67	9	10	9,50	6,47
2ª Del – PE	PST 01 – JURITI	0	0	0	0	0,00	8	8	8	8,00	8	8	8,00	5,33
2ª Del – PE	PST 02 – SÃO CAETANO	8	8	8	7	7,75	8	8	8	8,00	8	8	8,00	7,92
3ª Del – PE	PST 01 – GARANHUNS	6	4	8	7	6,25	10	7	6	7,67	8	3	5,50	6,47
3ª Del – PE	PST 02 – CRUZEIRO DO NORDESTE	6	7	8	4	6,25	9	7	7	7,67	8	3	5,50	6,47
4ª Del – PE	PST 01 – SERRA TALHADA	4	5	4	6	4,75	8	6	3	5,67	9	7	8,00	6,14
4ª Del – PE	PST 02 – FLORESTA	3	7	5	6	5,25	9	6	3	6,00	8	6	7,00	6,08
6ª Del – PE	PST 01 – SERRA SANTA	6	2	0	0	2,00	5	6	7	6,00	8	8	8,00	5,33
6ª Del – PE	PST 02 – RAJADA	6	6	0	5	4,25	7	5	7	6,33	8	8	8,00	6,19
6ª Del – PE	PST 03 – STA. MARIA B. VISTA	10	9	6	5	7,50	8	7	8	7,67	8	7	7,50	7,56

Fonte: NUPLA/DPRF